

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano LXIV

BRASIL — RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 1956

N. 509

SUMÁRIO

CULTURA PROFISSIONAL

Págs.

O exército português no passado e no presente — Trabalho do Maj. Antonio Manuel Carneiro Pacheco.....	5
Capacidade de construção e potencial de combate — Artigo do General S.D. Sturgis Jr., traduzido da revista "Army" de abril de 1956, pelo Ten-Cel Fernando A. Moreira Barbosa.....	21
Emprego de uma unidade de engenharia do exército na solução de problemas básicos do Brasil — Cel Afonso Augusto de Albuquerque Lima.....	31
A formação do oficial do exército — Cap. Hostilio R. Filho.....	39
Importância do canal de Suez — Dados extraídos de um artigo publicado na revista "Conjuntura Econômica" de setembro do corrente ano.....	43

CULTURA GERAL

Recuperação moral na administração pública — Conferência pronunciada pelo Sr. Wagner Estrella Campos, na Escola Superior de Guerra.....	47
A situação atual da economia brasileira — Roberto Pinto de Sousa.....	63
O progresso do Serviço de Saúde no Brasil — Dr. Mario Pinotti.....	67
Contradições do comércio internacional — Maj José Geraldo de Sales.....	75

DIVERSOS

A participação de Oscar Cordeiro na história do petróleo nacional — Sr. Nelson Nassif, assessor da Petrobrás.....	85
Os vãos do voador — Afonso de E. Taunay.....	93
As comemorações em honra das vítimas da intenciona comunista de 1935....	103
Fundamentos da História — Reminiscências de campanha — Gen. A. Nogueira Junior.....	107
Inauguração de uma Agência da Caixa Econômica na Vila Militar — Discurso do Embaixador Batista Luzardo.....	109
Petra de Barros e "A Defesa Nacional".....	115

BRASILIANAS

Produção brasileira de alumínio — Movimento imigratório em 1954 — Produzirá um terço de derivados de petróleo gastos no país, a refinaria Presidente Bernardes — Fábrica de "Jeeps" em São Paulo — Exportação brasileira de minério de ferro — Mais de 3.600 cooperativas em funcionamento no Brasil — Aço em lingotes no primeiro semestre de 1956 — Produção de laminados no corrente ano — Os telefones existentes no Rio de Janeiro — Importância do novo porto de Macapá — Plano quinquenal do D.N.E.R.....	117
--	-----

NOTÍCIAS MILITARES

A aplicação de medidas disciplinares a militares da ativa, da reserva ou reformados — Aprovado e promulgado o projeto de envio de tropas para o Suez — Montgomery critica o dispositivo militar da NATO — Novas armas do exército lanque — Foguete com velocidade 104 vezes superior à do som.....	123
--	-----

ATOS OFICIAIS

Resenha de avisos, decretos e leis publicados no "Diário Oficial" durante o mês de setembro do corrente ano.....	127
--	-----

Porque se deve anunciar em "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 42 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

PREÇO DOS ANÚNCIOS

PARA TODO O BRASIL

Por publicação :

Cr\$

Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Meia página.....	1.000,00

24/57

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.

AVISO SÔBRE ASSINATURAS

PARA FACILIDADE DO CONTRÔLE DO SERVIÇO, A PARTIR DE JANEIRO DE 1957, SÓ EXISTIRÁ UMA FORMA DE PAGAMENTO :

ASSINATURA ANUAL DE CR\$ 100,00, PAGA NO INÍCIO DE CADA ANO.

— OUTROSSIM, SOLICITAMOS AOS Nossos REPRESENTANTES E ASSINANTES, COMUNICAREM SUAS TRANSFERÊNCIAS OU MUDANÇAS DE ENDERÊÇO, USANDO A FICHA DESTACÁVEL QUE SE ENCONTRA ABAIXO.

A DEFESA NACIONAL

MINISTÉRIO DA GUERRA

Caixa Postal 17 — Rio de Janeiro

FICHA DE MOVIMENTAÇÃO

Nome do assinante

Pôsto Fôrça Armada

Enderêço antigo :

Unidade Região

Residência

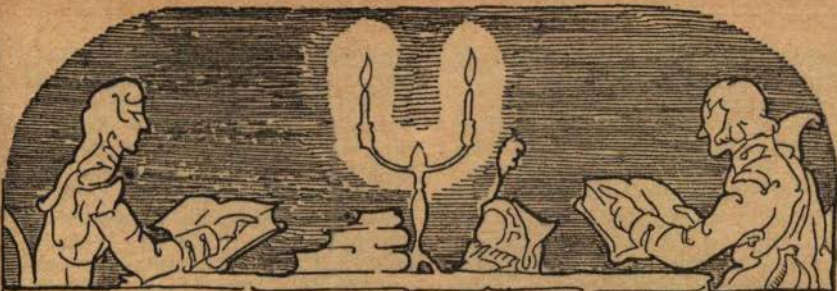
(Rua, Bairro, Cidade e Estado)

Enderêço atual :

Unidade Região

Residência

(Rua, Bairro, Cidade e Estado)



CULTURA PROFISSIONAL

O EXÉRCITO PORTUGUÊS — NO PASSADO E NO PRESENTE

ANTONIO MANUEL DE F.M. CARNEIRO
PACHECO, Major do C.E.M.

"A falta de lustre na pena do historiador procurou compensá-la o soldado com a ternura da sua alma de patriota e a sinceridade do seu coração de militar"

General Ferreira Martins

Falar ao Brasil no Exército de Portugal o mesmo é que folhear em família numa maravilhosa história de vários volumes que a Comunidade Luso-Brasileira encadernará num livro só — o do Destino comum dos nossos Povos.

É bem verdade que, se a Diplomacia e a Estratégia são as grandes alavancas de que a Política se serve para formar, consolidar e engrandecer o Estado, o Exército, como elemento terrestre das Forças Militares, estreitamente ligado ao pensamento político que através do tempo informou a nossa ação no Mundo, foi um dos grandes construtores da História de Portugal.

I — O EXÉRCITO PORTUGUÊS DESDE A FUNDAÇÃO A REPÚBLICA (1919)

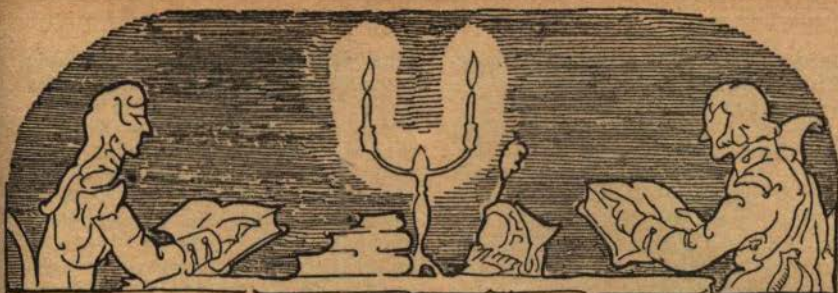
No vasto políptico em que se sucedem as imagens desse período quase oito vêzes secular destacare-

mos, desde já, alguns painéis cuja côr e beleza de composição o tempo não consegue apagar: São êles:

O do Exército Medieval — cuja orgânica e ação se estendem desde a Fundação da nacionalidade até ao sistema das "ordenanças" de D. João III (1143-1549).

Nesta época gloriosa de formação, consolidação e expansão do Reino, o Senhor tinha o direito de armar os seus vassallos.

De acôrdo com a organização militar medieval o Exército do Rei, ou "hoste", era constituído essencialmente por *contingentes feudais* dos ricos homens, pelas *milicias comunais* fornecidas pelos conselhos, e por contingentes das *Ordens Militares*, em que ao exercício místico se aliava o das armas, constituindo o refúgio permanente do espírito militar, que assegurou a reconquista cristã da Península e tanto contri-



CULTURA PROFISSIONAL

O EXÉRCITO PORTUGUÊS — NO PASSADO E NO PRESENTE

ANTÓNIO MANUEL DE F. M. CARNEIRO
PACHECO, Major do C.E.M.

"A falta de lustre na pena do historiador procurou compensá-la o soldado com a ternura da sua alma de patriota e a sinceridade do seu coração de militar"

General Ferreira Martins

Falar ao Brasil no Exército de Portugal o mesmo é que folhear em família numa maravilhosa história de vários volumes que a Comunidade Luso-Brasileira encadernará num livro só — o do Destino comum dos nossos Povos.

É bem verdade que, se a Diplomacia e a Estratégia são as grandes alavancas de que a Política se serve para formar, consolidar e engrandecer o Estado, o Exército, como elemento terrestre das Forças Militares, estreitamente ligado ao pensamento político que através do tempo informou a nossa ação no Mundo, foi um dos grandes construtores da História de Portugal.

I — O EXÉRCITO PORTUGUÊS DESDE A FUNDAÇÃO À REPÚBLICA (1919)

No vasto políptico em que se sucedem as imagens desse período quase oito véses secular destacare-

mos, desde já, alguns painéis cuja côr e beleza de composição o tempo não consegue apagar : São êles :

O do Exército Medieval — cuja orgânica e ação se estendem desde a Fundação da nacionalidade até ao sistema das "ordenanças" de D. João III (1143-1549).

Nesta época gloriosa de formação, consolidação e expansão do Reino, o Senhor tinha o direito de armar os seus vassallos.

De acôrdo com a organização militar medieval o Exército do Rei, ou "hoste", era constituído essencialmente por contingentes feudais dos ricos homens, pelas milícias comunais fornecidas pelos conselhos, e por contingentes das Ordens Militares, em que ao exercício místico se aliava o das armas, constituindo o refúgio permanente do espírito militar, que assegurou a reconquista cristã da Península e tanto contri-

buiu, depois, para a proeza extraordinária dos Descobrimentos e Conquistas dos séculos XV e XVI.

Entre as reformas militares deste período destacam-se: a de D. Sancho I, em que claramente se vislumbra a obrigatoriedade do serviço militar, a de D. Diniz (1290) que promulgou o *Regimento de Guerra*, em que pela primeira vez aparece a designação de *ordenanças* como significando o pessoal apurado nos conselhos para ficar "às ordens do Rei"; a de D. Fernando (1373) com as suas "*Ordens Gerais*", pelas quais o serviço militar, que já era obrigatório, passa a ser geral, como princípio, e outras, como as de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V (Ordenações Afonsinas) nas quais se mantêm o caráter fundamental da legislação de D. Diniz e D. Fernando.

D. João II foi, como sabemos, o organizador do poder marítimo e D. Manuel I, instado pelos procuradores dos conselhos, mantendo a prioridade do nosso esforço naval, reduziu as forças de terra, extinguindo os "Besteiros do Conto", com inconvenientes, mais tarde verificados, para a defesa da posição conquistada no Mundo.

* *

Como marcos miliários da ação do Exército Português neste período de formação nacional e imperial a História perpetuou a lembrança de batalhas vitoriosas, entre as quais avultam:

Ourique (1139), *Tomada de Santarém e Lisboa* (1147), *Tomada de Silves* (1189) e sua reconquista (1242), *Tomada de Alcácer* (1217) e *Tomada de Faro* (1249), com a qual se concluiu a formação metropolitana. Em ação combinada pela reconquista cristã da Península anteviemos em *Navas de Tolosa* (1217) e no *Salado* (1340), empurrando-se o mouro invasor de antanho (711) para o seu reduto de Granada, de onde mais tarde foi acossado para as suas terras africanas.

Formado o Reino, houve que defendê-lo da cobiça do poderoso vizinho — Castela — e então se trava

uma série de batalhas gloriosas pela consolidação da nossa independência, entre as quais: *Atoleiros* (1384), *Trancoso*, principalmente *Aljubarrota* e, finalmente, *Valverde*, em 1385. Mas eis que a vocação universalista dos portugueses logo se revela lançando-os na campanha de expansão pelo Norte de África, e então ficaram celebradas as conquistas de *Ceuta* (1415), *Alcácer-Ceguer* (1458), *Arzila e Tanger* (1471). Depois, e na sequência de esse mesmo universalismo lusiada, que levou ao *descobrimento do caminho marítimo para a Índia* (1498) e à *dessoberta do caminho do Brasil* (1500), o 1º Vice-Rei da Índia, em ação conjunta das forças de que dispunha, ampliou os nossos domínios orientais com as conquistas de *Mombaca e Quiloa* (1505), na África Oriental, e o 2º Vice-Rei com as de *Ormuz, Goa e Malaca* (1507-1511), assim se estabelecendo e alargando em Terras do Levante num vasto Império Português, que inspirou ao épico imortal dos *Lusíadas* a legenda famosa: "*Dilatando a Fé e o Império*" e deu ao Rei Venturoso o incomparável título de: "*Rei de Portugal e dos Algarves, de quem e além-mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*".

* *

Da riquíssima galeria de chefes militares, correspondente a este período, sobressaem figuras de legenda, desde Afonso Henriques — O Rei Conquistador — e seus guerreiros de ténpera de aço, como Gonçalo Mendes da Maia e Fuas Roupinho e Martim Moniz, através da plêiade brilhante dos Reis da 1ª Dinastia, até ao Mestre de Aviz (fundador da 2ª Dinastia), ao Condestável D. Nuno Alvares Pereira, a D. Afonso V — O Africano — e aos grandes Vice-Reis da Índia Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Luiz de Ataíde e outros, e aos seus valorosos capitães: Duarte Pacheco, João de Castro, Lopo Soares de Albergaria, Martim, Afonso de Souza, Fernão Peres de Andrade, Pero de Amaia, Afonso de Noronha,

Henrique de Menezes e tantos... tantos mais.

Figuras e fatos da maravilhosa gesta do Exército Português no seu esforço hercúleo pela formação nacional, consolidação da independência e expansão do reino de Portugal.

Homens e ações que a lembrança guarda e muitos dos quais em letras inspiradas perduram para sempre nessa bíblia pátria dos Lusíadas!

* *

Seguindo o maravilhoso políptico, aparece-nos um outro painel quase tão vasto como o anterior, e no qual, depois de negras tintas, qual "leit motiv" de uma derrota que significou seis decênios de dominação estrangeira, surgem, em contraste consolador, as côres brilhantes da vitória a que os olhos se tinham habituado no já descrito retábulo, celebrando as Campanhas da Restauração (1640-1668) e, depois, as da Guerra Peninsular (1807 a 1810 em Portugal, e até 1814 em Espanha e França).

É o *Período das Ordenanças* — que se inicia com a reforma militar de D. João III, em que se fundamenta a organização das ordenanças do reino promulgada por Regimento de 10 dez. 1570 de D. Sebastião, e vai até à reorganização promovida pelo General Beresford em 1816 ... (1549-1816).

Neste período, que sucedeu à quase milagrosa e incontida expansão do domínio de Portugal no Mundo, pelo seu poder marítimo, tornando-se pequena a cabeça do Reino para tão grande Império, volta a recair no Exército, talvez demasiado tarde, a prioridade da organização das nossas forças armadas.

É assim que D. Sebastião (em 1569) "estuda a reorganização militar do país, tão descurada desde D. Manuel, e promulga em 10 dez. 1570 o *Regimento das Companhias*

de Ordenanças", que põe de pé a notável organização militar "pela qual nos vamos reger por mais de dois séculos". Segundo êsse diploma foi o reino dividido em capitânias-mores ou comarcas, em cada uma das quais o capitão-mor, (1) coadjuvado pelo sargento-mor de ordenanças, tinha a seu cargo o alistamento de todos os homens válidos dos 20 aos 60 anos, formando com êles as *Companhias de Ordenanças*, de comando de capitão e que, reunidas, formavam o *Térço de Ordenanças*, antecessor do Regimento "A Restauração repôs em execução a organização de D. Sebastião ligeiramente alterada. O serviço militar obrigatório passou a abranger os indivíduos desde os 16 aos 60 anos de idade. É criado pela primeira vez em Portugal o *Exército Permanente*, constituído por 20.000 infantes e 4.000 cavalos. Estas eram as tropas de 1ª linha. As tropas de 2ª linha eram chamadas tropas auxiliares ou milícia e não eram permanentes. Os terços de auxiliares eram convocados em caso de guerra (2)."

Se bem que a construção das fábricas d'armas em Barcarena e Lisboa se deva aos Reis D. Manuel I e D. João III que, como afirma Severim de Faria, no seu livro "Notícias de Portugal" conseguiram fazer construir e guardar nos seus arsenais muitas mil armas de tôdas as espécies, chegando El-Rei D. João III a ter armas para 40.000 homens, e muitas mil peças d'artilharia grossa e meúda", não devemos esquecer que D. João IV soube organizar o Estado, a Nação e o Exército de acôrdo com os requisitos da conjuntura político-militar, criando o *Conselho de Guerra* (1640) constituído pelos generais mais distintos, estabelecendo o cargo de Tenente-General da Art. do Reino e a *Tenência*, (3), nomeando Governadores para as Províncias "tirados dos oficiais mais experimentados", pro-

(1) O capitão-mor era o alcaide-mor ou senhor de terras. Os mais oficiais eram eleitos pelas câmaras.

(2) Elementos de Organização Militar — Tel.-Cel. do C.E.M. Pereira da Conceição.

(3) Verdadeira antecessora do Arsenal do Exército e do atual Serviço de Material.

movendo as *Coudelarias*, fundando a fábrica de ferro do Prado (Temar) e restabelecendo a de Sachuca (junto a Figueiró) para fundirem balas e artilharia, estabelecendo fábricas de salitre e pólvora nas Comarcas, criando as *Védorias do Exército* (1641) e uma *Aula de Fortificação e Arquitetura Militar* (4) (1647) e "adotando muitas outras providências a respeito dos negócios da guerra".

D. João V publicou em 1707 as "Novas Ordenanças" pelas quais reorganiza o Exército, respeitando no entanto o sistema de recrutamento anterior.

É criado pela primeira vez o *Regimento* em substituição do antigo *Térço*.

O *Conde de Lippe*, ainda no Século XVIII, inspirou a reorganização de 1764, que, sendo notável em métodos de instrução, disciplina e sistema de defesa do País, respeita contudo o sistema de recrutamento das ordenanças em vigor" (5).

Finalmente, pela organização de 1806, o Exército passou a compreender Divisões e Brigadas e os regimentos receberam numeração.

* *

Observado o quadro sob o aspecto orgânico, vejamos agora os acontecimentos, nas tintas fortes das campanhas militares.

E o painel começa com a dolorosa derrocada de um sonho, já anteriormente esboçado pelo Rei africano, o prolongamento dos Algarves para o Norte de Africa. Registrando apenas que o instrumento de guerra ávidamente preparado pelo jovem Rei não tinha ainda nem o amadurecimento que consolida nem a tempera que robustece, damos a palavra ao bem moldado *Almanaque do Exército* referido ao 1 de julho de 1855: "A infeliz batalha de Alcácer-Quibir dada em 4 de agosto de 1578, na qual o jovem Rei D. Sebastião pereceu com a maior parte da nobreza e a flôr do seu Exército,

e os grossos cabedais que depois se gastaram para resgatar os cativos, reduziram este Reino à maior desgraça".

"A invasão dos Espanhóis" — a que não pôde opôr-se o improvisado Exército que sob o Comando de D. Antônio, Prior do Crato, se bateu inglória mas briosamente em Alcântara — e o seu opressivo e tirânico domínio de 60 anos, em que o seu governo, por uma errada política, ou indiferença, deixou perder, por falta de socorros, muitas e ricas conquistas que Portugal havia feito no precedente século, veio ainda agravar mais o desastroso estado do país, por isso que só se tratava de dispersar ou extinguir as forças nacionais, ao mesmo tempo que se lançavam pesados tributos e se procedia a grandes recrutamentos, sendo o último, de 16.000 homens, ordenado por Carta Régia de 26 janeiro 1639, a fim de sustentar as guerras de Flandres e da Catalunha."

É que, como diz Latino Coelho: (6) os portugueses "eram reputados perigosos como inimigos e excelentes como soldados", pelo que a Espanha dominadora soube juntar à sua famosa Infantaria os Terços portugueses, alguns dos quais deixaram história em terras afastadas da exilada Pátria.

Porém, com o despontar da alvorada heróica do 1 de dezembro de 1640, o painel retorna numa resurgida claridade, descrevendo-nos uma nova série de campanhas gloriosas, travadas àquem e além-mar, por um Exército organizado pelas imediatas providências governativas a que já nos referimos.

"Foi assim que se pôde sustentar uma gloriosa luta de 28 anos, em que se alcançaram as famosas vitórias do Montijo (1646), das Linhas d'Elvas (1658), Ameixial (1663), Montes Claros (1665) e Castelo Rodrigo (1664) e em que se tomou a importante Praça de Valença d'Alcantara, obtendo-se, afinal, o reconhecimento da independência da

(4) Antecessora da Academia Real de Fortificação, Art. e Desenho (1790).

(5) Elementos de Organização Militar — Tenente-Coronel do C.E.M. Pereira da Conceição.

(6) História Militar e Política de Portugal — Latino Coelho.

Monarquia Portuguesa em 13 Fev 1668 (7)". Nessa ocasião conseguiu Portugal reaver a maior parte dos seus territórios no Ultramar.

Cabe aqui uma referência especial às vitoriosas lutas contra os holandeses na Índia, no Brasil e Angola, em que se destaca a *restauração do Maranhão* (1642-43), a *batalha das Tabocas* (1645), e a expulsão dos holandeses do Norte do Brasil e Angola depois da reconquista de Angola (1648) e das duas brilhantes vitórias dos *Guararapes* (a primeira em 1648, e a segunda em 1649) e *do cerco e tomada do Recife*. Terminarei: esta referência, pela pena do autor de "Tropa d'Africa": Quase desajudado da metrópole, que mal podia defender as próprias fronteiras, o Brasil defendera-se e reconstituiu-se por si só. Era a prova mais evidente da sua vitalidade e da natureza atlântica da nação portuguesa".

* *

Consolidada a restauração da Independência os tempos correm, depois, entre altos e baixos, obrigando-se o Exército Português a intervir:

— *na guerra da Sucessão de Espanha*, em cuja campanha de 1706 o Exército Português, auxiliado pelos ingleses, penetra até Madrid onde faz proclamar Rei de Espanha o Arquiduque Carlos d'Austria, "dando ainda depois grandes provas de valor nas batalhas de *Almança* e *Saragoça*";

— *na guerra de oposição ao Pacto de Família* (guerra dos 7 anos), em que soube comandar, por hábil manobra, a ofensiva franco-espanhola de 1762;

— *nas campanhas de coligação contra a França*, em que o pequeno Exército Português "que passou a Espanha para a auxiliar contra a República Francesa, sustentou a honra das armas nacionais, distinguindo-se nas campanhas de *Rousillon* e da *Catalunha* de 1793 a 1795, em cujo último ano voltou a Portugal, fazendo-se a paz em 1797";

— *na inglória campanha de 1801*, contra a Espanha e França então aliadas.

Mas... já se desenha um novo quadro, que pela expressão se assemelha ao que se iniciou com *Alcácer Quibir* e se soergueu na brilhante composição das campanhas da Restauração:

Perante a invasão do nosso país, resultante do Tratado de Fontainebleau de 1807, as nossas tardias disposições de reorganização e defesa não impediram a derrocada nacional perante as forças francesas de Junot, que, em ação combinada com forças espanholas, se assenhoreou do país ante a partida do Rei e da Corte para o Brasil.

Porém, agora como então, desta vez com o decisivo apoio da Inglaterra, logo se desenharam as vitórias anglo-lusas de *Roliça* e *Vimeiro*, que levaram à convenção de Sintra e à retirada dos invasores (1808).

É o reverso glorioso da medalha:

Preparado o país, sob a égide da Regência que então se constituiu, para resistir a novas invasões do inimigo, "o Exército Português, unido e a par do Exército Britânico, sob o comando geral do invicto Marechal General Duque de Wellington e da Vitória, ajudado algumas vezes de forças espanholas, e sempre do acrisolado patriotismo e amor da independência nacional dos espanhóis, soube adquirir a justa reputação que tanto ilustra a nossa História, batendo e derrotando os numerosos Exércitos de Napoleão, compostos muitas vezes das suas melhores tropas e dirigidas pelos seus mais hábeis marechais (Soult, Duque da Dalmácia, em 1809; Massena, Príncipe d'Essling, em 1810 e 1811; Soult e Mortier, Duque de Treviso, em 1811; Marmont, Duque de Ragusa, em 1812; o Rei José Bonaparte e Jourdan, em 1813; e Soult em 1814) nas batalhas do *Bussaco*, *Fuentes de Honor*, *Albuhera*, *Salamanca*, *Vitória*, *Pirineus*, *Nivelle*, *Nive*, *Orthez*, e *Toulouse*, nos sítios e assaltos das fortes Praças de *Cidade Rodrigo*, *Badajoz* e *S. Sebas-*

tião, e num grande número de importantes ações e combates que houve na Guerra Peninsular”.

“O Exército Português, enfim, a par dos seus aliados, não só conseguiu repelir as invasões do inimigo sobre Portugal, mas também, libertada a Espanha, logrou entrar vitorioso em França, e, atravessando até além do Garona, fêz tremular ali as suas bandeiras, arvorando as dos Bourbons em Bordeus e logo depois em Toulouse. Terminou finalmente a carreira de tão relevantes feitos, achando-se o Marechal General Duque de Wellington em Toulouse, onde recebeu a importantíssima notícia de haverem entrado em Paris, Leão e outros pontos essenciais, os Exércitos aliados dos soberanos do Norte, em consequência do que foi depois celebrada a Paz em Paris, a 30 de maio de 1814, voltando o Exército Português à Pátria, coberto de imortais louros e das merecidas bênçãos da Nação, pela honra e glória de haver feito respeitar e, por assim dizer, reviver o antigo nome Português” (8).

Em consequência disto, Napoleão abdicava e retirava-se para a Ilha de Elba em abril do mesmo ano, este mesmo grande Cabo de Guerra e um dos grandes Capitães da História Militar, que tanto havia apreciado o valor e heroísmo da Legião Portuguesa que, recrutada por ordem de Junot, em 1808, se notabilizara em Wagram e em outras batalhas.

As perdas totais dos Corpos de 1ª linha do Exército Português na Guerra Peninsular foram de 21.141 homens, o que prova bem o sacrifício feito.

* *

Da brilhante galeria de retratos de grandes chefes militares do Período das Ordenanças, que agora se encerra, destacaremos apenas algumas figuras, como exemplo :

Nas campanhas da Restauração :

Na Metrópole : os Generais Matias de Albuquerque (depois Conde de Alegrete), Joane Mendes de Vasconcelos (9), André de Albuquerque Riba-Fria, Antonio Luiz de Menezes (Conde de Cantanhede e, depois, Marquês de Marialva), o Conde de Schomberg (chegado a Portugal em 1660, a convite da rainha D. Luiza), D. Sancho Manuel (Conde de Vila Flôr) ;

No Ultramar — Ruy Freire de Andrade e Nuno Alvares Botelho (na luta pela manutenção das nossas posições do Oriente, “*bonny fighters worthy of anny mon's steel*”, como os classificou o insuspeito autor inglês dos “*Chapters in Anglo-Portuguese Relations*”) e, no Brasil, Antonio Moniz Barreto, João Fernandes Vieira e o General Francisco Barreto de Menezes ; e Salvador Correia de Sá (Restaurador de Angola, libertando o leal e fiel punhado de heróis de Massangano).

Em 1706, o General Marquês das Minas, D. Antônio Luiz de Sousa.

Nas campanhas da Guerra Peninsular — os Generais Freire de Andrade, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca (Conde de Amarante) e Manuel Pinto Bacelar, entre tantos portugueses que se notabilizaram, como José Champalimaud, Bernardo Sepulveda, José Tallaya e o Conde de Castro Marim, ao lado dos grandes chefes do Exército anglo-luso : Artur Wellesley (Duque de Wellington) e Guilherme Carr Beresford, de entre galhardos comandantes de tão valorosas forças.

* *

O Comando em Chefe do Exército, que no período anterior era exercido pelo Soberano Reinante, e em, sua representação, pelos seus principais oficiais — o Condestável e o Marechal — postos criados por D. Fernando I, foi a partir da Res-

(8) Almanaque do Exército referido a 1 de julho de 1855.

(9) Cujo pai, Luiz Mendes de Vasconcelos, publicou em 1612 a “Arte Militar” vasto e erudito repostório do que então se sabia da ciência de organizar e fazer combater os exércitos”. Como esta, outras obras portuguesas engrandeceram a biblioteca militar do Século XVII — General Ferreira Martins — obra citada.

tauração entregue, como regra, a um General, tendo passado tão alto cargo pelas mãos de D. Afonso de Portugal (Conde de Vimioso), do Príncipe D. Teodósio, do Conde de Lippe (chamado por D. José I, para a orientação superior das forças anglo-lusas na luta contra a entente do Pacto de Família; discípulo de Frederico o Grande que ao tempo fazia entrar em moda a escola militar prussiana), do General D. João Carlos de Bragança (Duque de Lafões), dos Condes de Goltz e de Viomenil e, finalmente, do Tenente General do Exército Britânico, Guilherme Carr Beresford (de 1809 a 1820).

O Duque de Wellington, que comandava os Exércitos aliados na Península, só exerceu o comando especial do Exército Português, na ausência do Marechal Beresford, por poucos dias, no mês de abril de 1814.

* *

Carlos Selvagem, na sua obra "Portugal Militar" dá-me ensejo a encerrar esta breve referência ao Período das Ordenanças, que bem pode chamar-se da Restauração de Portugal perante a Espanha e a Europa, com estas palavras de Oliveira Martins na sua "História de Portugal":

"Prova-se a indestrutível tenacidade dessas raízes profundas que nenhuma charrua destrói, apesar de revolta a leiva pelo ferro das conquistas, depois de esmagadas as fôlhas e troncos pelo tropear dos cavalos de guerra, depois de queimadas e reduzidas a cinza pelos incêndios das invasões, pois, embora se lancem novas sementes à terra e nasçam vegetações novas, essas raízes profundas tornam a reverdecer, crescem, dominam um chão que é seu e, afinal, convertem ou esmagam, transformam ou exterminam, de um modo obscuro mas invencível, as plantas intrusas."

"A permanência dos caracteres primitivos dos povos, fato hoje indiscutível, permite fazer, se a expressão se nos consente, a História ao inverso: julgar de hoje para on-

tem, inferir do atual para o passado."

* *

Descerramos agora o terceiro painel do admirável políptico que estamos contemplando, e que se refere ao que os nossos tratadistas militares designam por:

Período Contemporâneo — que decorre desde as reformas de Beresford (de 1816) até aos nossos dias, melhor dizendo, até à criação do Pacto do Atlântico.

Porém, uma vez que uma data (1910) transpõe um regime político em Portugal e marca no campo internacional o advento do Exército Miliciano que havia de fazer a 1ª Grande Guerra, o quadro que agora observamos registrará apenas as figuras e os fatos que decorrem até à proclamação da República Portuguesa.

* *

Sob o ponto de vista legislativo e orgânico deve notar-se que o sistema das ordenanças, consagrado no período anterior, respeitado pela reforma militar de 1806 (que, perante a ameaça latente organizava ativamente o Exército em Divisões e Brigadas e pela primeira vez numerava os corpos das diferentes Armas) permanece de pé durante toda a Guerra Peninsular, pois que, por inspiração do General Beresford, a reorganização de 1809 introduziu nele basicamente, sem o afetar, novas disposições de ordem técnica, disciplinar e de Comando.

Só pela reorganização do Exército de 1816, promulgada, portanto, depois da queda definitiva de Napoleão Bonaparte, é que foi modificada a estrutura do Exército Português nos moldes seguintes:

— O serviço militar continuava a ser obrigatório e geral;

— O Exército compreendia tropas de linha, milícias e ordenanças (que passaram a representar apenas o pessoal destinado ao serviço de recrutamento das tropas de linha e das milícias), sendo as tropas de linha, com um tempo de serviço de 12 anos e um efetivo pré-estabelecido em tempo de paz, constitutivas

de unidades das diversas armas e serviços.

Desde então vai-se lentamente evoluindo do sistema orgânico do Exército Permanente (10) instituído com a Restauração no período anterior, e no qual os militares em tempo de paz é que faziam a guerra em tempo de guerra, para o Exército Miliciano, estabelecido pela instituição republicana (1911), em que a permanência dos indivíduos era reduzida ao indispensável à sua preparação militar.

"Assim, a duração do serviço militar efetivo nas fileiras, que era de 12 anos, passa sucessivamente a sete (1821) a seis (1836) a cinco (1840) e dois anos (1895), até se reduzir a algumas semanas pela lei de 1911 (11). Era o sentido lógico da evolução derivado das novas exigências políticas, econômicas, militares e sociais nascidas da Revolução Francesa.

No fim desta evolução, o caráter da função militar renobilita-se, deixando de significar uma obrigação servil para se tornar na expressão de um direito e uma honra do cidadão, pelo que é estabelecida a exclusão para os indignos de tal mercê.

Com a diminuição do número de exceções à prestação pessoal do serviço militar aumenta o número de homens chamados as fileiras, moraliza-se o recrutamento e prestigia-se a instituição.

Finalmente, com a fixação da idade única para a chamada ao serviço que oscilava em 3 idades, pela lei de 1856, e em sete idades (dos 18 aos 25 anos) pelas leis anteriores, é metodizada a incorporação e regulado o contingente anual.

* *

Encaremos agora os acontecimentos que se desenham neste terceiro

painel do admirável políptico em estudo:

Inicia-se este período com uma expedição militar à América do Sul, a que o "Almanaque do Exército de 1855" se refere nestes termos: Pouco tempo depois da última guerra da Europa contra Napoleão, e da sua abdicação e prisão em 1815, uma Divisão escolhida do Exército Português, composta de 4.831 homens, foi mandada servir noutro hemisfério, e ali adquiriu novos louros nas campanhas do Rio da Prata e de Montevidéu, desde 1816 a 1823, em "que regressou ao Reino".

E entramos nas tintas sanguinolentas da ingloria e esgotante guerra civil entre constitucionais e absolutistas ou, seja, entre liberais e miguelistas ou, ainda, entre as pretensões à Coroa, dos dois Príncipes D. Pedro e D. Miguel, filhos de D. João VI, lutas em que o Exército Português, se escreveu páginas isoladas de valor militar, (12) nem por isso deixou de enfraquecer-se, por intervir, dividindo-se, não o campo do interesse nacional mas sim no da política partidária.

Foi assim que, desde a revolução do Porto (1820) — que originou a constituição de 1822 — até ao final do reinado de D. Maria II (1853) Portugal viveu 3 decênios de transformação política e depauperante desgaste das suas forças, numa lenta viragem do absolutismo tradicional para um constitucionalismo mais ou menos liberal, viragem histórica em que o Brasil proclamou a sua independência (setembro de 1822).

Não se esqueça, no entanto, neste período, a valorosa atuação de uma Divisão portuguesa de 6.000 homens, que auxiliou as tropas da Rainha de Espanha contra o pretendente D. Carlos em vários combates designadamente na Batalha de Armiñon (1837).

Porém ... não findaria o Século XIX sem que novas tintas bri-

(10) Primeira modalidade do Exército Nacional, que sucedeu ao Exército Feudal.

(11) Tenente-Coronel Pereira da Conceição — obra citada.

(12) Podem citar-se as vitórias liberais de Vila da Praia (1829), do desembarque no Mindelo (1832) e das batalhas de Almoester e Asseiceira (1834), de que resultou a Convenção de Évora-Monte, que pôs termo ao absolutismo e desterrou D. Miguel I.

lhantes perpetuassem, no retábulo que observamos, a primeira fase da magnífica ação do Exército Português nas *Campanhas de Ocupação em África*, verdadeira resposta nacional às exigências da Conferência de Berlim (1885) e ao "Ultimatum" inglês (1890) que, se momentaneamente nos humilhou, veio fazer despertar as velhas e sempre novas energias latentes na grei portuguesa.

Assim, ficaram para sempre consagrados na História e celebrados pela fama ou pela arte da estatuária, da pintura ou das letras, de entre tantos feitos:

Em Moçambique e contra o poderio vátua apoiado pela ambição inglesa: os combates de *Marra cuene* (1894), em que pela primeira vez se recompôs o "quadrado" roto pelo embate negro; de *Magul* (1895), "vitória esta mais decisiva pelos estragos produzidos nas "impis" inimigas e pelo golpe vibrado na soberbia vátua" (13); e de *Co-lela* (1895) em que o pequeno quadrado de 577 europeus e 450 auxiliares conseguiu destroçar as grandes "impis" do Gungunhana no total de 10 a 12.000 homens, vitória decisiva que tornou possível a gesta legendária do *Chaimite* (aprisionamento do poderoso régulo vátua) e a famosa *Campanha dos Namarrais*.

A êste respeito conclui Carlos Selvagem:

"Pela persistência, pela reiteração dos esforços, pela unidade de vistas, por certos lampejos de heroísmo individual e, sobretudo, pela infatigável energia dos governadores, votados a essa empresa, a conquista de Moçambique é uma das mais belas páginas de glória do Exército Português."

Em Angola: a derrota e submissão dos *Cuamatos* (1906-1907) que, permitindo assegurar uma linha de ocupação, pelo estabelecimento de um rosário de fortes, "constitui um modelo-tipo de campanha em África e a demonstração de quanto vale, para o bom êxito de tais operações, a cuidadosa preparação, a execução

metódica, e a regularidade e calma com que foi conduzida em tôdas as fases do seu desenvolvimento" (13); a submissão dos *Dembos* e o avanço da ocupação, no Sul de Angola, desde as margens do Cunene às do Cuito e Cuando.

Foi a primeira fase da ocupação efetiva do S. e S.E. da nossa grande Província da África Ocidental, êsse então "hostil oceano de selvas, matos bravios, chamas de capim, povoados por um inextricável xadrez de povos e tribos bárbaras, insubmissas, sanguinárias, mal conhecidas, que viviam da caça, da guerra, e da rapina — cuanhamos, evalos, cuangares, ganguelas, ambuelas mucancalas, mucussos, lutchazes, etc" (14).

É que a segunda fase, a submissão e ocupação do Cuanhama, ao qual não faltaria o apoio da vizinha colônia alemã, só em 1915 cinco anos após a proclamação da República Portuguesa, se iria efetuar, em plena Grande Guerra.

Não deve esquecer-se, no entanto, que "além dessas pertinazes campanhas de ocupação em Moçambique e Angola, que foram o nosso maior título de glória da Monarquia Constitucional, outras campanhas mais obscuras nos domínios ultramarinos de Portugal, ainda vastos, afirmaram freqüentemente o valor dos soldados portugueses, e a magnífica unidade e espírito nacional em tôdas as partes do mundo por onde a Nação se tinha derramado — na Guiné, na Índia, em Macau e em Timor" (14).

* *

Voltando à brilhante galeria de retratos dos Chefes Militares de Portugal neste período, aí encontramos, entre muitas outras que a memória conserva: as figuras consteladas dos Marechais Duque de Saldanha e Conde de Vila Flor (depois Duque da Terceira), ao lado do Marquês de Sá da Bandeira, na luta pelo constitucionalismo e suas instituições.

(13) Carlos Selvagem — obra citada.

(14) Carlos Selvagem — obra citada.

Na ocupação de Moçambique, as dos capitães Mouzinho d'Albuquerque (cujo centenário de nascimento acaba de celebrar-se), Caldas Xavier, Freire de Andrade, Paiva Couceiro, Galhardo, Azevedo Coutinho, Paiva d'Andrade, Serpa Pinto, Aires d'Ornelas e Gomes da Costa, Massano de Amorim ladeando a rica moldura do retrato de Antonio Enes, o extraordinário Comissário Régio de 1894-95 — e, na 1ª fase de pacificação de Angola, as dos capitães Artur de Paiva, Alves Roçadas, João de Almeida e Eduardo Marques, em torno dos retratos de Governadores famosos como Eduardo Costa e Paiva Couceiro, já notabilizados em Moçambique.

Celestino da Silva sobressai entre os pacificadores de Timor.

* *

Não encontro melhor fecho para este capítulo de que o testemunho de um Herói e o louvor de uma Rainha :

Mouzinho d'Albuquerque, na sua incomparável carta ao Príncipe Real D. Luiz Filipe pôde afirmar :

"Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na História de Portugal Contemporâneo escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer em sangue."

A Rainha D. Amélia, desenvolvendo o que escreveu El-Rei D. Carlos, em telegrama para Antonio Enes, depois da batalha de Coolela e da destruição do império vátua, diz :

"Daqui mando uma derradeira homenagem àqueles que pela Pátria deram a vida e saúde todos aqueles — Comissário Régio, oficiais e soldados — que tão brilhantemente continuaram as nossas gloriosas e nunca interrompidas tradições." (15).

II — O EXÉRCITO PORTUGUÊS DESDE A REPÚBLICA ATÉ AOS NOSSOS DIAS

Com o advento do regime republicano (1910), cuja eclosão se pre-

parara no subsolo dos partidos e foi finalmente proclamado sobre uma pronúncia militar, coincidiu, naturalmente, a reforma das instituições fundamentais do Estado, em que avulta a corajosa reorganização do Exército de 1911, que estabeleceu entre nós o sistema do Exército Miliciano.

Este sistema, limitando a poucas semanas a duração de serviço nas fileiras, preparava grandes efetivos para a guerra. A doutrina de então o impunha.

Foi com esta nova orgânica, mal consolidada ainda, que o Exército Português participou na primeira guerra mundial (1914-18) servindo o objetivo político de defesa dos nossos interesses ultramarinos e de consolidação da velha aliança com a Inglaterra.

A guerra veio em má altura, no meio daquela lenta e dolorosa transformação política que, por não ter ainda raízes fundas no subconsciente nacional, se prolongaria depois de celebrada a paz, mantendo divididos os portugueses e desgastando os recursos da Nação a tal ponto que se tornou quase espontâneo o golpe de Estado de 1926, dado pelo Exército, com o fim de sanar a vida pública portuguesa.

Foi este o primeiro ato do incontestável ressurgimento nacional que iria operar-se na doutrina, nas instituições e nos processos, sob a égide de Salazar (chamado para o Governo em 1928), na sequência do qual a Nação, votando a Constituição Política de 1933, instaurou o regime vigor e — o Estado Novo.

O Exército Português, integrado dentro desse novo corpo de doutrina, como um dos ramos das Forças Armadas, passando a servir a Nação e não os seus partidos, radicou os seus altos fins nos da própria Política nacional que, por outros meios que os da Diplomacia, deve estar pronto a seguir tanto na paz como na guerra.

Desde 1932, data em que o Dr. Oliveira Salazar tomou conta da pasta da guerra, logo coadjuvado pelo en-

(15) De "As Campanhas de Moçambique em 1895 — Prof. Doutor Marcelo Caetano.

tão capitão do C.E.M. Santos Costa, que um verdadeiro sópro renovador foi operando, lenta mas firmemente, o ressurgimento de um Exército depauperado e descrente da sua unidade e da sua força.

Assim, em obediência às diretrizes constitucionais de 1933, se promulgaram, durante a Guerra de Espanha (1936-39), as leis básicas de 1937, que estabeleceram a nova Organização do Exército (Lei 1960) e o novo sistema de Recrutamento e Serviço Militar (Lei 1961), às quais se seguiu um conjunto harmonioso e progressivo de disposições legais e regulamentares que reformaram, criaram ou fortaleceram as instituições militares portuguesas.

Foi o instrumento militar, assim forjado, que a par de outros meios, tornou possível ao Estado e à Nação a defesa da sua valiosa atitude política durante a segunda guerra mundial (1939-45) e, após esta a sua honrosa e efetiva participação nos planos de defesa e seus compromissos derivados do Pacto do Atlântico (1950).

Segura evolução esta no sentido essencial de contribuir para que o país retomasse a linha histórica do seu prestígio internacional, tanto no domínio das idéias, como no das instituições, sua atividade e sua força.

* *

Vejamos alguns marcos miliários dessa evolução :

Sucedendo ao Exército Permanente (anterior à República) e ao Exército Miliciano de 1911, a reorganização de 1937 estabeleceu em Portugal o sistema orgânico do Exército Semi-Permanente, que ainda hoje vigora, e que representa um compromisso entre os dois anteriores, tendo sido instaurado pelas exigências da guerra total derivados da 1ª guerra mundial, com as seguintes razões clássicas da sua adoção mais ou menos generalizada :

“ — necessidade da constituição de efetivos de cobertura e de preparação da mobilização econômica ;

— conveniência em se possuir desde o tempo de paz o esqueleto de quase toda a organização militar do tempo de guerra ;

— exigência de uma maior permanência nas fileiras de um número sempre crescente de técnicos e especialistas treinados ;

— necessidade de se estar preparado, uma vez que os conceitos pacifistas põem as Nações que os adoptam em condições de serem objeto mais fácil de agressão por parte daqueles que os não consideram (16).

“Esta evolução não vem senão confirmar...” a estreita analogia que, em cada época, existiu sempre entre o sistema de organização do Exército e a mentalidade político-social dessa época.

Os Exércitos acompanham a evolução das sociedades e a sua organização é a reflexa do nível humanístico dessa sociedade” (16).

No campo concreto do recrutamento, a nossa legislação consagrou de há muito o princípio da obrigatoriedade do serviço militar, e o processo do serviço geral, pessoal e obrigatório, adotado hoje pela generalidade dos países, o qual obriga todos os cidadãos sem distinção de classe, origem social ou religião (geral) e é pessoal por ter de ser prestado pelo próprio indivíduo, que não pode fazer-se substituir por outrem.

Assim se respeita o caráter puro e nobre que deve informar as instituições militares e se dá ao serviço militar o cunho de um direito e uma honra, a que não têm acesso, por exclusão, os que a não mereçam.

O sistema de recrutamento é o do serviço geral, pessoal e obrigatório para a massa dos combatentes e o de voluntariado, entre nacionais, para os quadros de dirigentes.

A linha geral da evolução da duração das obrigações militares tem, desde o advento do Século até hoje, a seguinte característica :

— aumento sucessivo da duração total das obrigações militares ;

(16) Elementos de Organização Militar — Tenente-Coronel Pereira da Conceição.

— tendência para aumento de permanência no escalão das tropas ativas ;

— preparação e manutenção de uma reserva de recrutamento, capaz de, por antecipação, fornecer con-

tingentes para recompletamento do Exército ativo em campanha.

A lei de 1949, em vigor (que insere alterações à de 1937), estabelece a seguinte duração das obrigações militares :

— dos 18 aos 20 anos —	Reserva de recrutamento ou de suplemento	3	anos
— dos 20 aos 28 anos —	Tropas ativas, sendo :		
	21/22 — nas fileiras		
	22/28 — na disponibilidade	8	anos
— dos 28 aos 40 anos —	Tropas licenciadas	12	anos
— dos 40 aos 45 anos —	Tropas territoriais (Reserva de mobilização ou de complemento)	5	anos
	Total	25 + 3	anos

A marcha da organização, que viria cumular em 1950 com a nomeação do primeiro Ministro da Defesa Nacional e a criação do Secretariado Geral da Defesa Nacional (que sucedeu à extinta Majoria Geral do Exército) e, em 1952, a do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica (que deu independência à Força Aérea como um dos três ramos das Forças Militares), além da reforma dos organismos superiores da Defesa Nacional, correspondeu, naturalmente, todo um laborioso processo de evolução de meios, de que não poderemos deixar de destacar :

— na organização e doutrina — adoção de uma nova orgânica — nos moldes dos Exércitos modernos — para as Unidades das Armas e Serviços tanto em campanha como em tempo de paz, e nova regulamentação.

— na parte financeira — o estabelecimento do Orçamento Suplementar de Defesa, para os encargos extraordinários.

— no equipamento material das Unidades — o Programa da Ajuda Mútua (MDAP) dentro do Pacto do Atlântico, e o esforço nacional de produção de material de guerra.

— nas infraestruturas militares e meios de instrução — Novos e amplos aquartelamentos, renovadas escolas e centros de instrução de es-

pecialistas, uma modelar Escola Militar de Eletromecânica (onde se formam, para os três ramos das Forças Militares, os núcleos instrutores de rádio-transmissões e eletromecânica e radar), e um magnífico Campo de Instrução Militar onde se realizam manobras anuais no âmbito das Grandes Unidades.

— no apetrechamento fabril — ampliação das instalações e incremento das possibilidades dos estabelecimentos produtores de material de guerra, e intensificação da produção por industriais civis, com vista à Mobilização Industrial em caso de guerra.

* *

Estruturalmente, a Organização Militar Territorial, estabelecida com a função descentralizadora da ação do Ministro do Exército (e das 3 Direções Gerais do seu Ministério) em especial quanto a administração, disciplina e justiça, e para a preparação e execução : das operações de recrutamento, instrução e mobilização militares, e das medidas relativas à defesa aérea do território, ao exercício do comando superior das tropas nas respectivas áreas e cumprimento das missões que às mesmas incumbem, compreende :

Na Metrópole : cinco Regiões Militares (uma das quais designada

por Governo Militar de Lisboa) no continente, e dois Comandos Militares nos Arquipélagos dos Açores e Madeira.

Os Quartéis-Generais das Regiões Militares estão organizados, em tempo de paz, de modo a tornar possível, em tempo de guerra, o seu desdobramento em Q.G. Territorial e Q.G. de uma Grande Unidade. Por esse fato, entre as Unidades e estabelecimentos militares de cada Região Militar, existem, como regra, as seguintes unidades territoriais, mobilizadoras das unidades divisionárias: três Regimentos de Infantaria; um Regimento de Artilharia Ligeira de Campanha; um Regimento de Artilharia Pesada de Campanha; um Grupo de Artilharia Contra Aeronaves; um Regimento de Cavalaria; um Regimento de Engenharia; as correspondentes unidades mobilizadoras dos Serviços.

A *defesa costeira, defesa aérea e defesa interna* do território, embora ligadas à organização territorial acabada de expor, têm, naturalmente, os seus dispositivos permanentes e adequados meios conjuntos de Comando e de contrôle.

No *Ultramar* — um Comando Militar em cada uma das Províncias Ultramarinas, dispondo de meios de comando, unidades e estabelecimentos militares necessários para a constituição de uma Divisão em cada uma das Províncias de Angola e Moçambique e, nas restantes, dos meios julgados convenientes para a defesa da soberania portuguesa naquelas possessões.

* *

Na galeria dos grandes painéis que perpetuam o esforço das Armas portuguesas neste último período em estudo — de 1910 aos nossos dias — observamos agora os seus três últimos quadros, pintados por mão de artista, algum dos quais enriquece as paredes do nosso Museu Militar, em Lisboa:

O primeiro refere-se à intervenção portuguesa na primeira Guerra Mundial (1914-18); o segundo descreve, durante a 2ª Grande Guerra (1939-45), a mobilização e instala-

ção defensiva das forças militares portuguesas, na Metrópole e no Ultramar, para a vigilância e defesa da nossa soberania, perante a atitude política nacional de neutralidade armada e a posterior cedência temporária de bases aero-navais nos Açores, por invocação da aliança luso-britânica e a pedido dos E.U.A.; o terceiro, finalmente, incompleto ainda, mas exprimindo já, nas cores e traços definitivos de algumas imagens, e na felicidade do desenho ou esboço, um todo harmonioso e de vinculada expressão militar, fala-nos do ingente esforço do Exército Português, na atualidade, no sentido do seu engrandecimento e da cabal satisfação dos seus honrosos compromissos internacionais.

No primeiro, justamente se consagra a patriota ação do Exército Português durante a Grande Guerra de 1914-18: na definitiva ocupação do Sul de Angola, pela submissão e derrota do Cuanhama, cuja pedra de toque foi o *Combate da Môngua* (1915); na campanha do limite N. da Província de Moçambique, em que se assinala a passagem do Rovuma e a *Tomada de Kionga*, e, finalmente, na medida de um desusado esforço militar, na mobilização, expedição e briosa atuação de um Corpo de Exército (a 2 Divisões) — O *Corpo Expedicionário Português* — C.E.P. — que num total de 55.000 homens, ocupou e defendeu um setor de 12 quilómetros da frente do XI C.E. do 1º Exército Inglês — na Flandres, desde princípios de 1917 — guerra esta de trincheiras e de nervos d'aço que, pelas suas características especiais, um escritor militar chamou guerra de baterias, de companhias e pelotões, pon-do à prova, essencialmente, os comandos e os soldados das pequenas unidades empenhadas.

Desta campanha ficou memorável o vitorioso combate de 14 de agosto de 1917, contra o potente "raid" alemão daquele dia, e marcada a letras de ouro e de luto nos seus anais, a inglória mas esforçada, sangrenta e útil resistência do C.E.P. perante a grande ofensiva alemã, que ficou designada por *Batalha de La Lys* (ou de Armentières), lan-

cada a 9 de abril de 1918, e sobre a qual não resisto a transcrever a insuspeita referência do correspondente de guerra junto do Grande Q.G. inglês, publicada no "Times" de 11-IV-918 (17).

"A 2ª fase da grande ofensiva alemã executou-se em formidável escala, irrompendo a N. de Armentières, no velho campo de batalha de Messines. O inimigo, até agora (dia 10), apenas conseguiu repelir o nosso centro, numa pequena frente, até às alturas do R. Lys, a oeste e N.O. do Laventie. Os prisioneiros feitos informam ter esta ofensiva por objetivo fazer terminar a guerra, destruindo o Exército britânico.

O pêso do grande ataque de ontem (9 de abril) não incidiu, porém, sobre as tropas britânicas, mas sobre as portuguesas, que guarneciam o centro da frente atacada. Foi isto devido, naturalmente, à nova política que os alemães adotaram de atacar os pontos de ligação dos exércitos, como fizeram ao inglês e francês a 20 de março, pontos em regra mais fracos.

A frente guarnecida pelos portugueses foi, contudo, o centro do ataque principal de ontem. O combate preliminar da artilharia teve particular violência sobre a frente portuguesa, bem como o ataque da infantaria, iniciado às 5 da manhã, após uma hora de horrível preparação da artilharia. Numa frente de 17 mil jardas, os alemães lançaram 8 Divisões ao ataque. Sob o pêso de tal ataque os portugueses não puderam manter a posição. Os alemães aproveitaram ainda o fato de haver um denso nevoeiro...

Sob o tremendo pêso do ataque alemão, a 1ª linha, pelas 6 h.m. estava em parte tomada, tendo-se a 1ª brecha produzido em Fauquissart. Pequenos grupos de portugueses continuaram, porém, batendo-se desesperadamente embora rodeados por forças consideráveis.

As 2ª e 3ª linhas, que a terrível barragem sucessivamente bateu,

foram análogamente destruídas e ocupadas pelos nossos inimigos.

Em Lacouture os restos dum batalhão bateu-se homericamente.

A artilharia portuguesa bateu-se com grande valor. "Por sua vez, o "Daily Mail" de 11 de abril diz: "Os portugueses, atacados violentamente, resistiram com vigor, apesar de ser a primeira vez que eram seriamente atacados. O ataque preliminar executado pelo fogo de morteiros foi o mais violento que jamais se fez até então, segundo o testemunho de oficiais ingleses que estiveram junto das tropas portuguesas e tinham combatido no Somme". "Foi o início da última grande ofensiva alemã da Grande Guerra de 14-18, a qual, uma vez parada, deu lugar à vigorosa contra-ofensiva que levou à derrocada das forças alemãs, ao Armistício de 11 Nov 918 e à Conferência da Paz de 1919.

Foi nesta conferência que o Governo Português, não tendo pedido qualquer indenização pelo nosso esforço nem qualquer pagamento pelos serviços prestados, viu sancionada a restituição de Quionga (ao N. de Moçambique) pela Alemanha, "bem modesto preço da nossa co-opeção militar na Grande Guerra, em que empenhamos tantos milhares de homens, e em que tantos deles sacrificaram a vida nos campos da batalha da Flandres (onde, entre mortos e feridos, os serviços estatísticos registraram 330 oficiais e 6.980 praças, além de milhares de prisioneiros e outras baixas por incapacidade) e das duas grandes províncias portuguesas de Além-Mar" (18).

Mais recentemente, já no limiar da 2ª Grande Guerra, há que registrar-se a valorosa e eficiente intervenção de um grande número de voluntários portugueses que honraram a bandeira das quinas na Guerra de Espanha (1936-1939).

O segundo painel, se não consagra a glória e o sacrifício da vida pela Pátria nos campos de batalha, nem por isso deixa de enaltecer a bem ordenada mobilização, prepa-

(17) A Batalha do Lys — General Gomes da Costa.

(18) General Ferreira Martins — obra citado.

ração, transporte, e instalação do Exército Português durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para a guarda vigilante das nossas possessões de aquém e além-mar em África, e no Oriente onde algumas dezenas de milhares de homens, conscientes do seu valor e das possibilidades do novo material que guarneciam, foram esforçadas sentinelas duma neutralidade armada, que, garantindo a defesa de posições essenciais, como a das bases aeronavais dos Açores, tanto serviu a causa dos nossos velhos aliados da 1ª Grande Guerra.

Finalmente, o último quadro deixa transparecer já no dinamismo o volume das imagens e das cores, o meritório esforço do Exército Português da atualidade, no sentido da sua reorganização, reapetrechamento e revisão dos sistemas de defesa, rejuvenescimento e aperfeiçoamento dos seus quadros, valorização do combatente por um adequado plano de instrução, desde a sua preparação individual (moral, física, profissional e técnica) ao treino do conjunto na similitude do ambiente de combate, e do desenvolvimento de uma unidade de doutrina e coesão nos altos princípios morais e patrióticos, que o informam, para salvaguarda da soberania nacional e satisfação dos compromissos militares de ordem internacional livremente assumidos.

* *

Voltando à galeria de retratos dos chefes militares que mais ergueram o nome do Exército Português por feitos em campanha, saltam-nos agora à vista as figuras apumadas, ora severas e hieráticas como esculpidas em bronze, ora de expressão comunicativa aberta a cinzel em mármore branco, de generais ou capitães ilustres de que, entre tantos, recordo os nomes de: Teixeira Pinto, Pereira d'Eça, Gomes da Costa, Pedro Curato, Xavier da Costa, Ribeiro de Carvalho, Sousa Gonzaga, Soares Zilhão, Bento Roma, Andrade Peres, Vale de Andrade, Barros Rodrigues, Araclete dos Santos, Pires de Figueiredo, Sousa Tribolet, Amé-

rico Olavo, Francisco Antônio Baptista, Santos Cunha, Silva Leal, Paulo do Rêgo, Ferreira do Amaral, Vieira da Rocha, Rodrigues Leite, Alfredo Guimarães, Silva Matos, Medeiros de Almeida, Manuel de Vasconcelos, Henrique de Sousa, Helder Ribeiro, Bernardo de Faria, Ferreira Martins, etc.

Entre toda essa pléiade de ilustres militares, com o peito conchado de medalhas, lá estão também os retratos do dinâmico Ministro da Guerra de então — Norton de Matos — e do General Tamagnini de Abreu — Comandante do C.E.P. —, dos Generais Garcia Rosado e Abel Hipólito.

A guerra de Espanha trouxe para aquela galeria alguns belos retratos de "Viriatos", os heróicos militares portugueses precusores da defesa do Ocidente em terras da Ibéria, figuras galhardas que o tempo acabará por consagrar e entre as quais se destacam altos chefes do Exército Português da atualidade.

Mas... não dissemos tudo, porque em cada português há o germen do sacrifício, do valor e do heroísmo, que tanto brota das estrêlas ou galões dourados como da divisa do sargento ou do soldado raso; e tantos foram os heróis dessa nova Ala dos Namorados que, apesar de esmaltarem o peito de alguns a Torre e Espada ou a Cruz de Guerra, houve que simbolizar e enaltecer toda a gesta magnífica dessa gente humilde de legendário ânimo na figura anônima, mas grandiosa, do Soldado Desconhecido, cujo corpo foi levado, na presença dos mais altos chefes aliados, após exéquias soleníssimas, a repousar sob as abóbadas de Santa Maria da Vitória — na Batalha — como um dos Grandes de Portugal.

* *

Ó Brasil de Portugal e Portugal do Brasil!

Tenho a impressão de que esta breve história do Exército de Portugal para o Brasil nada de novo contém que o não saibam as duas Nações irmãs, pois é, também, a história do valoroso Exército do Brasil, cuja representação se cobriu de glória nos campos de batalha da Eu-

ropa na 2ª Guerra Mundial, e que Lisboa recebeu de braços abertos, em amplexo de consagração, como se seus filhos fôssem.

É que nada mais procurei fazer do que interpretar, assim, como num ciciar através do Atlântico, soando a glórias e derrotas, a toque de alvorada e marcha de continência, uma conversa íntima de dois soldados irmãos no sangue, na fé, na língua, nos costumes e no ideal, sentados um de cada lado, ante a fogueira votiva dêste novo Mare Nostrum, a relemburar as figuras e fatos de seus maiores, no intervalo do exercício das armas ou da oração, na constante vigília para a defesa de um Patrimônio Comum que não tem par na História Universal.

BIBLIOGRAFIA

Portugal Militar — Carlos Selvagem.

História do Exército Português — General Ferreira Martins.

História Militar e Política de Portugal — Latino Coelho.

História de Portugal — Oliveira Martins.

História de Portugal — Pinheiro Chagas.

Curso de História Universal — Fortunato de Almeida.

Novos Subsídios para a História de Artilharia Portuguesa — General Teixeira Botelho.

Ordenanças e Grumetes d'El-Rei — Coronel Faria de Moraes.

André de Albuquerque — Herói da Restauração — Coronel Lúcio Nunes.

Elementos de Organização Militar — Tenente-Coronel Pereira da Conceição.

Organização Militar Portuguesa — Tenente-Coronel Ferreira da Conceição.

As Campanhas de Moçambique em 1895 — Prof. Dr. Marcelo Caetano.

Sul de Angola — Capitão João de Almeida.

A Batalha de Lys (9 de abril de 1918) — General Gomes da Costa.

A History of Portugal — Charles Nowell.

Almanaque do Exército referido ao 1 de julho de 1855.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.

Carta de Mousinho d'Albuquerque a Sua Alteza o Príncipe Real D. Luiz de Bragança.

Relatórios Diversos apresentados ou elaborados no Estado-Maior do Exército.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência de Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Telefone: 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência: 43-1112 — Diretoria: 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

CAPACIDADE DE CONSTRUÇÃO É POTENCIAL DE COMBATE

Tenente-General S.D. STURGIS Jr. (*)

(Traduzido da revista "ARMY" de abril de 1956, pelo Tenente-Coronel FERNANDO ALLAH MOREIRA BARBOSA)

Um dos mais desconhecidos instrumentos da vitória, na Segunda Guerra Mundial, foi a capacidade de construção americana, representada pelo "Bulldozer", pela betoneira móvel, montada sobre caminhão e outros equipamentos de nossa indústria de construções pesadas, postos nas mãos da Arma de Engenharia do Exército. Esse maquinário móvel construiu rodovias e pontes, aeródromos e portos, oleodutos e bases de suprimentos, em todo o mundo. Exemplo: entre o dia "D" e o dia da vitória na Europa, os engenheiros do Exército construíram 250 aeródromos na França, na média de um para 36 horas.

Em uma próxima guerra, como o General STURGIS deixa claro, no artigo abaixo, as solicitações à Arma

de Engenharia do Exército serão muito maiores e mais urgentes. Caso queiramos que essa eficiente arma esteja em condições de cumprir sua missão, certas condições essenciais devem ser claramente compreendidas por todo o Exército, e, como afirma o General STURGIS, certos aspectos desagradáveis devem ser modificados. Aquilo que ele tem a dizer é de interesse primordial para um Exército que caminha, rapidamente, para a Era atômica.

Alguns dos nossos profetas jornalísticos de ruínas e desastres estão avisando-nos de que, se Detroit continuar a produzir automóveis em ritmo mais acelerado que aquele em que a indústria de construção pode realizar pavimentação de

(*) O Tenente-General (equivalente ao nosso General-de-Exército) Samuel D. Sturgis Jr. foi comissionado na Arma de Engenharia, em 1918, após a graduação na Academia Militar. Al foi ele instrutor, de 1922 a 1926, após o que participou de vários estudos estratégicos, nas Filipinas, ao tempo em que servia como ajudante e depois comandante do 14º Batalhão de Engenharia. Enquanto comandava a tropa de engenharia da Escola de Cavalaria, proclamou a necessidade de equipamentos mecanizados, para a participação na guerra mecanizada, obtendo o primeiro equipamento dessa natureza, que foi distribuído a tropas de engenharia. Isso transformou-se em uma "experiência piloto", que resultou no fornecimento do "bulldozer", da pá mecânica, do compressor de ar e outras máquinas modernas de construção às tropas de engenharia, na Segunda Guerra Mundial. O General Sturgis é diplomado por Leavenworth e pelo "Army War College". Antes da Segunda Guerra Mundial, colaborou em vários importantes empreendimentos de engenharia civil. Durante a guerra, foi comandante de engenharia do 6º Exército e foi responsável por todas as bases aéreas, portos e construções militares em vinte e duas operações anfíbias, da Austrália ao Japão. Depois da guerra, serviu na 3ª Seção do Estado-Maior do Exército, foi engenheiro da "Divisão do rio Missouri" e comandou o 6º Batalhão Blindado e a Zona de Comunicações, no "EUCOM" e no "USAREUR". Foi nomeado Comandante da Engenharia (Chief of Engineers) em 25 de fevereiro de 1953. Membro de antiga família de militares, o avô do General Sturgis foi comandante de tropas na Guerra Civil, seu pai comandou a 37ª D.I. na Primeira Guerra Mundial e um tio, o Tenente S. G. Sturgis foi morto em ação, com o Coronel Custer.

concreto, chegará um dia em que todo o tráfego motorizado da nação terá que ser suspenso, paralizado, de costa a costa, por rodovias congestionadas de veículos.

Essa perspectiva não é mais fantástica que a sombria possibilidade de uma paralização militar, em alguma guerra futura, se nossa capacidade de construção militar não conseguir manter-se à altura dos outros elementos da força de combate.

Para compreender isso, deve-se fazer uma estimativa do papel do engenheiro na guerra moderna. Em parte, a Primeira Guerra Mundial foi confinada nas trincheiras da França, porque o equipamento de construção, que poderia ter arrancado os Exércitos da Primeira Conflagração da lama, ainda não havia sido aperfeiçoado em 1917-1918. As rodovias francesas eram tortuosos canais de lama, através dos quais os comboios militares arastavam-se ou atolavam, enquanto as tropas de engenharia tentavam, com equipamentos manuais, espalhar pedra britada, em tentativas, quase fúteis, de manterem o tráfego indispensável em movimento.

Quando a Segunda Guerra Mundial começou, a indústria americana de construção estava amadurecida e a engenharia do Exército estava capacitada para a construção das rodovias, pontes, aeródromos e portos que nossas forças da Segunda Guerra Mundial necessitavam. Tínhamos capacidade de construção à altura das exigências do melhor rendimento combativo de nossas Forças Armadas. Na verdade, nossos recursos de construção nunca foram mais que simplesmente adequados, e, algumas vezes, nem isso. Por isso, na área do Pacífico, depois de meados de 1943, o escalonamento de nossos assaltos anfíbios foi determinado, na maioria dos casos, pelo ritmo em que nossas bases podiam ser construídas, no local dos ataques anteriores. A segurança de nossa precária cabeça de ponte, em Leyte, esteve em jogo, durante muitas semanas, porque nos faltavam meios de construção — tropa e pedra britada — para a rápida construção das estradas e

aeródromos para qualquer tempo, necessários ao apoio de uma ruptura da linha de delimitação da zona ocupada.

Analogamente, na Ásia, a imposição de uma pressão militar sobre os japoneses, partida de bases no território continental, que teria sido de inestimável valor para nossas operações bélicas no Pacífico, foi severamente restringida pela escassez de suprimentos militares, principalmente gasolina, que substituiu até que a rodovia "LEDO" e o oleoduto que lhe era paralelo, fôssem terminados, quase no fim da guerra.

Assim, a capacidade de construção de nossa engenharia militar foi, muito freqüentemente, um fator de limitação, que influiu nas operações de combate, em terra e no ar. Por isso, foi necessário aos nossos comandantes em operações na Segunda Guerra Mundial e, mais tarde, na Coreia, onde os recursos em engenharia foram sempre insuficientes, fazerem o melhor uso possível de seus escassos meios de construção. Tal economia de meios foi realizada, por vários processos.

Em primeiro lugar, em todos os escalões do comando as "necessidades" e as "possibilidades" da engenharia eram cuidadosamente entrosadas com os planos de operações e logísticos. O mais importante fator, considerado isoladamente, na concretização dessa medida, foi a direttriz, universalmente aceita, que permitia ligações diretas do Comandante de Engenharia dos Exércitos com os respectivos comandantes e os principais membros de seu Estado-Maior.

Em segundo lugar, os velhos princípios da massa e da economia de forças foram aplicados ao emprego da engenharia, da mesma forma que ao dos demais elementos integrantes dos Exércitos. Dentro de um Exército, por exemplo, o comandante da engenharia comandava, ou melhor, exercia controle direto sobre todas as unidades de engenharia, que não estivessem à disposição dos comandos subordinados. Pela limitação, ao mínimo indispensável ao cumprimento das missões normais, da quantidade de unidades entregues aos escalões inferiores, o



Fig. 1 — Capacidade de construção significa a movimentação de grandes quantidades de lama, rocha e neve. Aqui vemos uma nova máquina de cavar trincheiras, que pode construir um abrigo individual em dez segundos

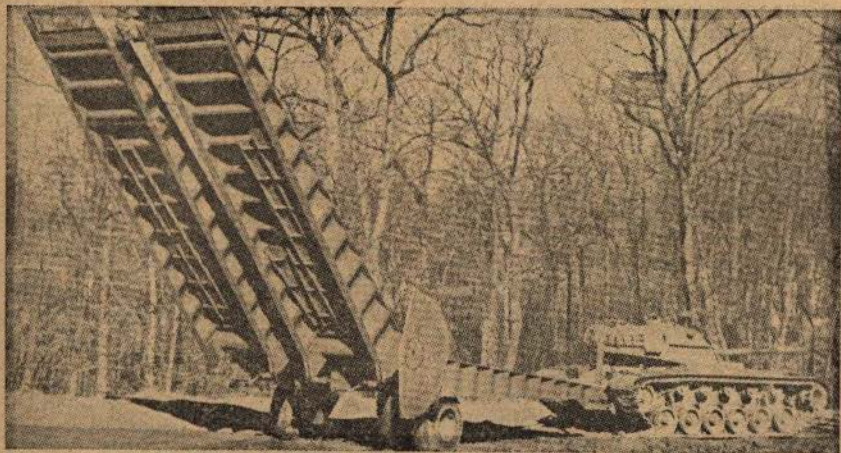


Fig. 2 — As novas pontes aperfeiçoadas pelos engenheiros do Exército incluem a ponte portátil para pequenas brechas, que é um artifício de transposição, capaz de ser lançado sobre brechas até de 40 pés de largura (mais ou menos 15 m). Projetada para ser utilizada sob o fogo inimigo, a ponte pode ser lançada e recolhida por um único operador, que permanece no carro de combate

comandante do Exército detinha, através do seu comandante de engenharia, o controle direto de uma parte substancial da capacidade de construção disponível no Exército e podia variar o ponto de aplicação dessa capacidade, quase tão rapidamente como podia manobrar com a potência de fogo de sua artilharia, de acordo com as modificações da situação de combate.

Em terceiro lugar, em cada escala do comando a responsabilidade por todas as missões da engenharia era concentrada em um único indivíduo, que também dispunha do controle dos recursos existentes para o cumprimento dessas missões.

Para avaliar a importância desse conceito, deve-se ter em mente que a engenharia, na realidade, empreende sua luta dentro do quadro de uma luta mais ampla, que está sendo conduzida pelo comando como um todo. Enquanto a infantaria, os blindados e a artilharia concentram suas atenções, inteiramente, no inimigo, os elementos de engenharia do conjunto devem dar atenção parcial ao inimigo, mas, primariamente, devem opor-se aos obstáculos naturais do terreno e das condições atmosféricas, que precisam ser superados. Essa batalha da engenharia contra a natureza, conquanto seja parte integrante da batalha total, frequentemente apresenta relação evidente muito pequena com ela, seja no espaço, seja no tempo. Por exemplo, a prioridade do esforço da engenharia na preparação dos pontos de travessia de um curso d'água para um corpo de Exército, ainda não engajado, enquanto quase todos os demais recursos do Exército são empregados no apoio de um outro corpo de Exército, já empenhado na batalha, é uma boa ilustração da aparente divergência de esforços que pode existir, em determinadas circunstâncias. Essa característica da missão da engenharia impõe o controle centralizado das operações da arma, em todos os escalões do comando, a fim de permitir a flexibilidade e preservar a unidade das organizações da engenharia e dar-lhes a possibilidade de executarem operações independentes.

Se, durante a Segunda Guerra Mundial e o conflito coreano, a vital capacidade de construção foi fragmentada, mediante a divisão da responsabilidade, pelos muitos elementos executantes, da missão da engenharia, deve-se indagar até onde os limitados meios de construção, se postos nas mãos dos nossos comandantes de Exércitos em campanha, ter-se-iam revelado adequados para a tarefa de permitir a mobilidade de nossas forças armadas no combate.

Encarando-se o futuro, novos problemas surgem no horizonte. Tanto quanto o leitor de imaginação pode vislumbrar a possibilidade de todo o tráfego vir a ser paralizado, caso não seja encontrada uma solução para o problema de nossas rodovias, da mesma forma o engenheiro militar pode prever a emergência de um "engarrafamento" militar, se a capacidade de construção de nossas forças armadas não for mantida em equilíbrio com os demais elementos de nosso poderio combatente.

Paradoxo: maiores necessidades, mas menor efetividade.

À primeira vista, duas tendências convergentes dão lugar a sérias preocupações. De um lado, as tendências no aperfeiçoamento do armamento e de outros elementos do equipamento militar estão aumentando as necessidades de construção em apoio das operações de combate. Por outro lado, certas tendências na formulação da doutrina organizacional, caso persistam, diminuirão a efetividade das ações da engenharia em campanha. Esse aparente paradoxo merece o mais cuidadoso exame.

O fato de os engenhos de destruição maciça estarem ao alcance das mãos de nossos inimigos potenciais significa que devemos estar em condições de evitar as grandes concentrações de homens e materiais, que seriam alvos compensadores. Para o Exército, isso pressupõe que estejamos aptos a operar com unidades relativamente pequenas e dispersas, dotadas de grande capacidade de mobilidade, capazes, portanto, de concentrarem-se para a ação decisiva, dispersando-se, em seguida, novamente, à procura da

segurança. A maior movimentação dos Exércitos, exigida por esses processos, requer, por sua vez, o emprêgo de um número substancialmente acrescido de veículos terrestres pelos elementos combatentes e aumenta a dependência do Exército em relação ao transporte aéreo de tropa e suprimentos. Com a

Além de obterem maior mobilidade tática, nossos futuros comandantes de operações deverão conservar suas instalações logísticas dispersas, de forma a diminuir a ameaça de constantes perdas de suprimentos, que poderiam interferir nas operações de combate. Tal necessidade, combinada com o im-

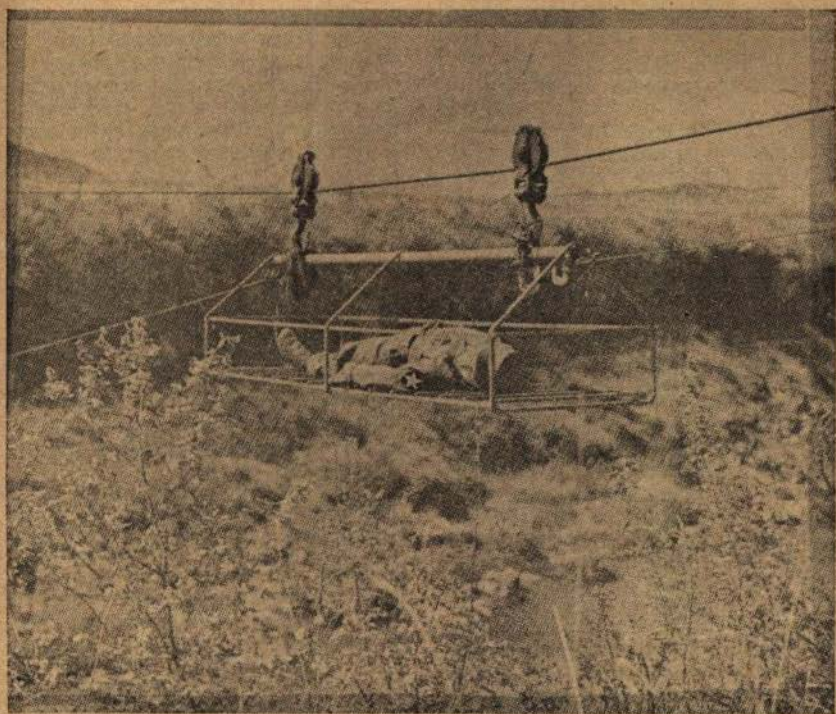


Fig. 3 — Na Coréia, a engenharia do Exército construiu este transportador suspenso, para conduzir feridos, através de uma ravina profunda

densidade de viaturas aumentada, dentro do Exército de campanha, crescerá a necessidade de estradas e pontes para que seja mantida a mobilidade tática. Ao mesmo tempo, a maior utilização do avião para o deslocamento e apoio dos elementos combatentes provocará a necessidade de melhoramentos nos campos de pouso, em número crescente e em ritmo progressivamente acelerado. Isso, inevitavelmente, indica um reforço no apoio de engenharia aos Exércitos em campanha.

perativo de expandir as atividades de suprimento, para garantir a mobilidade das forças combatentes, significa que deveremos ter mais e melhores vias aéreas e terrestres, de comunicações, tanto para fins logísticos como táticos. Ao mesmo tempo, a reconhecida vulnerabilidade de nossas instalações militares, que podem ser seriamente danificadas pelos engenhos inimigos de longo alcance, exige que disponhamos de reforçada capacidade de restabelecer e substituir portos e

depósitos críticos, bem como outras instalações-chaves, que poderão ser destruídas pela ação inimiga. Mais ainda, devemos estar preparados para realizar, na zona de combate, vultosas obras de proteção, para nos garantirmos contra a perda de postos de comando vitais e instalações de comunicações, sem o que o Exército não poderia agir, convenientemente. Essas exigências pedem mais capacidade de construção — não menos!

Há outro aspecto da guerra nuclear, que terá profunda influência na missão da engenharia. Do mesmo modo que nossas tropas devem adquirir maior mobilidade, em virtude das possibilidades atômicas do inimigo, as forças adversárias devem fazê-lo também, se quiserem evitar a destruição pelos nossos engenhos atômicos. Do nosso ponto de vista, porém, é tão importante prejudicar a mobilidade do inimigo e forçá-lo a concentrações inopertunas, como conservar a mobilidade e conseguir a dispersão oportuna de nossas próprias forças. Uma das principais maneiras de prejudicar as operações inimigas é o emprêgo da tropa de engenharia em sua clássica missão secundária de "impedir o avanço do inimigo". Pela adequada utilização dos campos de minas, destruições e outros obstáculos, os deslocamentos do adversário podem ser retardados e canalizados, por forma a criarem alvos compensadores para os nossos engenhos atômicos. No passado, essa espécie de operação da nossa engenharia foi importante; no futuro, pode bem tornar-se fundamental para o nosso êxito na batalha. De qualquer forma, é certo que exigirá o emprêgo de percentagem maior dos meios em engenharia disponíveis, que até aqui.

Paralelamente ao impacto dos engenhos nucleares, outros aperfeiçoamentos estão criando maiores servidões para nossas possibilidades militares de construção. Durante a Segunda Guerra Mundial, a engenharia do nosso Exército era capaz de construir campos operacionais para a aviação de caça, no prazo de um a 30 dias. Mesmo com o aparecimento do B-29, quatro batalhões

de engenharia, em Saipan, puderam atender ao mínimo de requisitos operacionais em 114 dias. Agora, entretanto, dificilmente haverá um avião, no arsenal das forças aéreas, que não exija um campo de pouso construído, no mínimo, segundo os padrões do B-29 e alguns exigirão muito mais; a época em que um campo de aviação tático podia ser construído em 36 horas, há muito que pertence à história. Até os helicópteros do Exército estão provocando problemas de construção. Nos primeiros tempos do helicóptero, as superfícies preparadas nunca eram fundamentalmente necessárias para as aterrissagens e decolagens. Entretanto, os novos e mais pesados modelos geram sérios problemas de manutenção, quando operados, intensivamente, de campos que não disponham de pistas de pavimentação altamente resistente. Esses não são, sem dúvida, os únicos aperfeiçoamentos no equipamento militar, que concorrem para onerar os recursos de construção disponíveis, mas mostram a tendência de maiores necessidades, em construções.

Naturalmente, estão sendo feitos esforços para atender a esses maiores encargos de construção. Por exemplo, o Exército continua a procurar viaturas de combate que tenham maior mobilidade através campo e, quase certamente, conseguirá algum sucesso a tal respeito. No entanto, recentes manobras no tereno demonstraram, muito claramente, que os novos veículos à nossa disposição, no presente, têm menor e não maior mobilidade através campo, que seus equivalentes da Segunda Guerra Mundial. Mais ainda, as crescentes possibilidades de nossos inimigos potenciais, na técnica da guerra de minas, conjugadas com a certeza de que as operações através campo, frequentemente, recomendam mal nossa habilidade em furta nossas ações à fotografia aérea inimiga, criam muitas perguntas significativas sobre se o aumento da capacidade manobreira através campo é, realmente, uma solução para nosso problema de mobilidade.

Analogamente, é dito, freqüentemente, que o desenvolvimento do transporte aéreo e a resultante utilização máxima do avião para o deslocamento de unidades combatentes do Exército e suprimentos, contribuirá, em muito, para reduzir a necessidade de construções no solo. Conquanto esse argumento pudesse ter algum valor, caso tivéssemos uma aviação de transporte capaz de operar, regularmente, de bases improvisadas, transforma-se em absurdo, quando, como é o caso concreto palpável, os atuais aviões de transporte são ainda mais exigentes que os da Segunda Guerra Mundial, quanto a seus requisitos de pistas e outras instalações operacionais, necessárias para garantir atividades com qualquer tempo. Não obstante as experiências como decolagem vertical e certos aparelhos de tipo especial, não há, presentemente, qualquer aperfeiçoamento em vista, que indique tendência diferente do aumento da necessidade de construções, para o apoio às operações aéreas. Se quisermos ser realistas, porém, devemos encarar o fato de que, em futuro previsível, teremos que enfrentar maior e não menor necessidade de construções para o apoio das operações de combate, em campanha.

Em virtude da deficiência nacional de engenharia, e a tendência para a necessidade de crescentes trabalhos de construção em apoio de nossas forças armadas, é lógico esperar-se que seja empreendido um esforço coordenado para desenvolver processos de aumentar as possibilidades dos elementos de engenharia. Tais esforços estão, realmente, sendo feitos e, em certos setores, têm dado promissores e frutíferos resultados. Por exemplo, em 1955, o Secretário da Defesa determinou a extinção das organizações de preparadores do terreno da Força Aérea e reintegrou a engenharia da aviação e sua missão no Exército. Essa decisão do Secretário da Defesa teve por objetivo, não somente eliminar dispendiosas superposições de atividades em tempo de paz, como, o que é mais importante, diminuir a competição na obtenção de materiais de construção

escassos, em situações de emergência, e proporcionar maior flexibilidade no emprego da capacidade de construção disponível, nos Teatros de Operações de tempo de guerra.

Também em outros setores têm sido feitos progressos. Por exemplo, nossas tropas de engenharia estão sendo equipadas com maiores e melhores implementos de terraplenagem; novas pontes de equipamento estão possibilitando meios mais eficientes e mais rápidos para a transposição de cursos d'água e outros obstáculos; oleodutos flexíveis estão tornando possível levar petróleo aos elementos combatentes avançados, mais rapidamente que até agora. Todos esses fatores, que representam empreendimentos positivos, no sentido de aumentar a eficácia da capacidade de construção na guerra, são animadores. Entretanto, paralelamente a esses fatos, estão desenvolvendo-se, dentro do Exército, certas tendências doutrinárias que poderão, se levadas ao campo de batalha, comprometer o bom rendimento desses melhoramentos positivos.

Para a bem sucedida exploração da capacidade de construção, na Segunda Guerra Mundial, foram estabelecidas três condições básicas para o emprego adequado dos elementos de engenharia das forças combatentes do Exército: 1º) participação integral da engenharia em todos os planejamentos logísticos e operacionais; 2º) controle e supervisão centralizadas de todas as unidades orgânicas de engenharia; 3º) manutenção da integridade da missão da engenharia. Esses princípios, que se revelaram tão necessários à preservação dos escassos recursos de engenharia durante a Segunda Guerra Mundial e a guerra da Coreia, serão ainda mais importantes no futuro. A despeito disso, é alarmante verificar-se que existe, muito divulgada, dentro do Exército, uma tendência para ignorar esses comprovados e verdadeiros conceitos, ao se aperfeiçoar a doutrina militar do futuro.

Tendência : Subordinação da engenharia no planejamento e nas operações :

A hoje rara atitude de excluir-se a engenharia dos planejamentos operacionais, tem produzido alguns episódios em manobras, que poderiam ter resultado desastrosos, em caso de operações de combate reais. Uma recente passagem de uma manobra, embora nunca houvesse sido confirmada, oficialmente, é sintomática do resultado final inevitável de tal diretriz. Nesse caso, o comandante de um Exército integrado por forças combinadas veio encontrar seu comandante de engenharia nas imediações do Q.G., alguns dias antes da data marcada para um ataque. Como lhe mencionasse, casualmente, a intenção de atacar a cavaleiro de determinada rodovia, foi surpreendido pela afirmação do engenheiro, de que as pontes dessa estrada não suportavam os veículos de combate que deveriam ser usados.

Por indagações posteriores, o comandante foi cientificado de que o engenheiro estava à disposição do G-4 e, portanto, não tinha acesso à sala do G-3 nem ao gabinete do comando, havendo fornecido os informes sobre a capacidade das pontes ao G-4, com alguns dias de antecedência, mas que, por inadvertência ou má interpretação, isso não havia sido levado em consideração, no planejamento da operação. Mais ainda, o engenheiro não estava a par do plano e, conseqüentemente, não pudera tomar, com antecipação, as medidas preparatórias tendentes a permitir que as unidades do Exército utilizassem a estrada prevista — ou qualquer outra.

Conquanto o exemplo exposto possa parecer caricaturado, não foi, em absoluto, exagerado naquilo que pode ocorrer quando um comandante subordina sua engenharia, inteiramente, a uma das seções do estado-maior, que só é responsável por um aspecto da operação. Se um tal tipo de organização for adotado no futuro (e há muitos que pensam que pode sê-lo) custar-nos-á muitas batalhas, quando não uma guerra inteira.

Tendência : Dispersão dos recursos da engenharia.

Outra tendência maléfica, que se manifesta, freqüentemente, ao elaborar-se a doutrina de emprêgo dos Exércitos, refere-se à disposição dos recursos da engenharia, segundo uma orientação que consiste em dividir as unidades de engenharia pelos comandos subordinados, deixando os comandantes dos mais altos escalões com poucos ou nenhum meios de engenharia sob seu controle direto. O propósito declarado dessa diretriz é tornar cada um dos pequenos elementos aptos às ações independentes, dando-lhes uma fração de cada um dos elementos de combate de que dispõe o Exército, como um todo. Por mais louvável que possa ser a finalidade dessa concepção, o resultado é aproximadamente o mesmo que se a artilharia orgânica de uma divisão fosse fracionada, na base da distribuição de uma peça por companhia de fuzileiros. Da mesma forma que essa dispersão das peças da artilharia orgânica anularia a potência de fogo do Exército, também uma dissipação semelhante dos recursos de engenharia liquida sua capacidade de construção potencial. E, uma vez que a vitória na guerra é obtida pela combinação da potência de fogo e da mobilidade, sendo esta última resultante, em larga escala, da eficiente exploração da capacidade de construção disponível, a dispersão, seja da potência de fogo, seja da capacidade de construção, afigura-se um suicídio militar.

Para uma guerra nuclear, a decisão de dividir e dispersar os elementos de artilharia pode, talvez, ser justificada pela idéia de que, com granadas atômicas, pode-se obter concentrações maciças de fogo com uma única arma e que, portanto, não estará havendo dissipação dos recursos de artilharia. Entretanto, nenhum raciocínio dessa natureza pode ser aplicado, seriamente, a respeito dos elementos de engenharia, até que chegue o problemático dia em que possamos trocar nossos "bulldozers" convencionais por tratores movidos a energia nuclear, cujas possibilidades alcançam a ordem das megatoneladas.

No entanto, embora nossos militares profissionais nunca preconizem a diretriz da pulverização de nossas possibilidades, pela distribuição homogênea da massa dos fogos de artilharia sobre a totalidade das forças inimigas, há alguns que, aparentemente, renunciaram à possibilidade de concentrar nossos previsíveis recursos de construção contra os obstáculos naturais que devem ser transpostos antes que se entre em contato com o inimigo. Isso, igualmente, pode custar-nos batalhas e até mesmo uma guerra.

Tendência : Fragmentação da missão da engenharia.

Uma terceira tendência, que é evidente na atual evolução doutrinária do Exército, é, pelo menos, tão importante quanto as duas outras. Trata-se da fragmentação da missão da engenharia.

A missão da engenharia implica em uma batalha contra a natureza, dentro da moldura de uma batalha total contra o inimigo. Como a ação da engenharia, frequentemente não passa pelas mesmas fases que a operação principal, seja no tempo, seja no espaço, as atividades da engenharia devem ser conduzidas de forma autônoma, ou quase autônoma. Essa característica da missão da engenharia, por sua vez, exige que as unidades de engenharia sejam capazes de ação continuada, com um mínimo de dependência de outros elementos combatentes ou de apoio do Exército.

No passado, essa capacidade de agir independentemente, foi obtida pela retenção, sob o controle da engenharia, de praticamente todos os recursos necessários ao cumprimento da missão da arma pessoal, equipamento e suprimentos de construção. Agora, porém, há a tendência, por parte dos planejadores do Exército, para o estabelecimento de uma doutrina organizacional baseada em "funções", de preferência a "missões". No caso da organização da engenharia, esse conceito funcional leva à separação dos suprimentos e da manutenção da engenharia e, mesmo de certas atividades de engenharia, como as topográficas, das operações e canteiros de construção

da engenharia, pondo-os sob comandos diferentes. O resultado dessa separação é sobrecarregar o comandante da engenharia de construção com a responsabilidade da execução de missões sem que se lhe dê autoridade sobre funções que são essenciais para a execução dessas missões.

Em defesa dessa orientação multiladora, argumenta-se, frequentemente, que os comandantes da infantaria dependem do material bélico, da intendência e de outros serviços para o apoio de suprimentos e manutenção de que necessitam; portanto, por que não pode o comandante de elementos de construção depender de outros elementos de serviços para os suprimentos e o equipamento necessários ao cumprimento de sua missão? A resposta, naturalmente, é que pode e deve.

Entretanto, há uma diferença fundamental entre o suprimento e a manutenção de engenharia e as funções similares dos serviços de material bélico e intendência. O suprimento e a manutenção de engenharia são utilizados, predominantemente, na execução de missões de engenharia, enquanto os serviços de material bélico e intendência fornecem suprimentos e equipamentos, primariamente, para as armas combatentes, inclusive a engenharia.

Mais ainda, a engenharia, em um dado escalão de comando, é responsável pela condução de operações que, como já foi salientado, anteriormente, são, por natureza, tanto independentes como continuadas. Dentro de um Exército em campanha, as responsabilidades do comandante da engenharia de Exército podem ser comparadas às de um comandante de divisão. Ele deve estar em condições de enfrentar e vencer as forças da natureza, tal como a divisão deve enfrentar e vencer as forças do inimigo. Conseqüentemente, o comandante da engenharia de Exército deve reter o controle das atividades de suprimento e manutenção que estejam mais intimamente relacionadas com sua missão, aproximadamente no mesmo grau em que o comandante da divisão controla as atividades de

suprimento e manutenção que sejam vitais para a bem sucedida execução da missão da divisão. Ambos podem confiar nos elementos de apoio dos escalões superiores. Nenhum dos dois pode se permitir confiar nos escalões paralelos, para a obtenção de apoio que seja fundamental para o cumprimento da missão recebida.

Nenhum comandante responsável foi, jamais, convencido de que uma divisão pode ser privada das funções de suprimento e manutenção mais intimamente relacionadas com seu sucesso na batalha. No entanto, há os que, seriamente, sugerem que a engenharia deve ser destituída do controle das funções de suprimento e manutenção, das quais depende o bem sucedido desempenho de sua missão.

Somente pode-se esperar que esses comandantes reconhecerão, no futuro, tal como fizeram no passado, que uma tal fragmentação da capacidade de construção só pode conduzir a uma redução da capacidade combativa, no campo de batalha. Em virtude dos quase esmagadores recursos humanos de nossos inimigos potenciais, seria, certamente, destituído de senso, para nós, desperdiçar a única vantagem capital de que ainda dispomos — uma tecnologia superior. Entretanto, se dividirmos e diluirmos nossos recursos de construção, nós, o mais provavelmente, estaremos desperdiçando um grande e vital elemento do poderio tecnológico, que é a nossa pedra angular da vitória na guerra.

A capacidade de construção é um elemento essencial do potencial de combate.

No futuro, como no passado, a vitória será alcançada pelo comandante que fizer o emprego mais eficiente da potência de fogo, da mobilidade e da ação de choque, no

campo de batalha. Uma vez que, em qualquer ponto e ocasião considerados, a potência de fogo e a capacidade de ação de choque, que o comando pode empregar, são determinadas, em grande parte, pelos quadros de organização e equipamento, pelos níveis de suprimentos e outros fatores semelhantes, sobre os quais o comandante tem pouco ou nenhum controle, conclui-se que a mobilidade é a única variável real, entre esses três elementos da capacidade combativa. Ou, dito de outra forma, qualquer comandante, que consiga obter 100 % de mobilidade, encontrará dificuldades muito pequenas na utilização da capacidade combativa integral das forças à sua disposição; contrariamente, sem mobilidade, o potencial combativo de sua força torna-se, virtualmente, inaplicável. No futuro, o sucesso dos comandantes em campanha, em seus esforços para conseguirem mobilidade, dependerá, crescentemente, da eficiência com que explorarem seus recursos de engenharia, para superarem os obstáculos criados pelo tempo e pelo terreno. Tal como o tráfego de nossas rodovias nacionais, nossas operações militares poderão ser paralizadas, se não fizermos previsões para a oportuna e eficiente aplicação da capacidade de construção aos problemas da circulação em campanha. Novos engenhos e novos processos de guerra estão criando novas necessidades de construção, que solicitarão o máximo dos elementos da nossa engenharia. É imprescindível, portanto, que, no estabelecimento de uma doutrina para o futuro, reconheçamos a capacidade de construção como um elemento fundamental e indispensável do potencial de combate e evitemos qualquer iniciativa que a possa fragmentar, desperdiçar ou, de qualquer forma, impedir seu emprego eficiente no cumprimento da missão primacial, a vitória na guerra.

EMPREGO DE UMA UNIDADE DE ENGENHARIA DO EXÉRCITO NA SOLUÇÃO E PROBLEMAS BÁSICOS DO BRASIL

Cel. AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE
LIMA

I — CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1. Algumas Unidades de Engenharia do Exército estão empregadas na construção de estradas de rodagem e de ferro, de pontes e viadutos, açudes e barragens, com real economia para o País; a outras poderão ser atribuídos novos encargos, se os homens responsáveis pela Administração Pública conhecerem o exato trabalho dessas unidades. Por isso mesmo, com a experiência adquirida no comando de um Batalhão Rodoviário, no mais relevante setor rodoferroviário, resolvi trazer minha colaboração, para esclarecer àqueles que desconhecem a realidade dos trabalhos da Arma de Engenharia, quase sempre anônimos, sem publicidade nem demagogia, apenas procurando honrar as tradições do Exército e na dignificação do serviço no interesse de nossa Pátria.

1.2. Desejo, também, aproveitar a oportunidade que se me apresenta, para refutar a malévola campanha de descrédito, injustamente movida contra a entrega de obras federais à engenharia militar. Não move, ao Exército, nenhum menosprezo aos engenheiros patricios e entidades civis, ao solicitar, para suas unidades de engenharia, alguns serviços de construção. Se Assim procede, está apenas desejando prestar um útil serviço público, ao mesmo tempo que melhora e aperfeiçoa seus quadros e forma a sua reserva de especialistas, par-

ticularmente da Arma de Engenharia.

Dar-me-ei por satisfeito se conseguir atingir esse objetivo, mostrando o modo pelo qual uma Unidade de Engenharia realiza tarefa no setor da construção civil, em condições técnicas tão perfeitas quanto às executadas por firmas particulares idôneas. E, sobretudo, auxiliando a divulgar a atuação do Exército no campo assistencial, onde se realça um conjunto de realizações práticas em proveito de nossa gente, dificilmente igualado por organizações particulares.

Resolvi tomar como padrão o 2º Batalhão Rodoviário, sediado em Lages — Santa Catarina, empenhado nas mais diversas missões. Tive a ventura de exercer seu comando durante o longo período de dois anos e seis meses. Esse tempo deu-me o ensejo de meditar e firmar a convicção de que, à engenharia militar, devem ser atribuídos muitos dos empreendimentos governamentais, principalmente os que exigem espírito de sacrifício, disciplina e determinação. Em estradas de rodagem e ferrovias, obras contra as secas, construção de portos e, talvez, na perfuração de poços petrolíferos em determinadas regiões, conviria melhor entrosar-se o Exército.

1.3. O General Mark W. Clark, no livro "Fron the Volturmo to Casino", afirma, categoricamente, que as tropas de engenharia norte-americana realizaram um verdadeiro

milagre de reconstrução, nas tremendas destruições operadas pelos alemães na retirada de Nápoles e adjacências. Foi conseguido, diz ele, graças ao elevado número de oficiais de engenharia com larga experiência da construção civil nos Estados Unidos, extratificada em 125 anos de atuação nos mais importantes empreendimentos a cargo do Corpo de Engenheiros Militares. Esse conceito de tão eminente Chefe seria suficiente para justificar pensamentos e palavras, que mais evidentes se tornaram quando abordarmos outros aspectos do problema, no decorrer desta exposição.

II — ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE

2.1. Antes de citar as missões atribuídas ao 2º Batalhão Rodoviário, convém dizer algumas palavras sobre a atual organização de uma unidade rodoviária. Se o organograma, adiante, não satisfaz integralmente, permite, ainda assim, a execução das mais variadas missões, em excelentes condições de trabalho.

2.2. Os trabalhos simultâneos de construção e instrução — esta ministrada aos elementos incorporados anualmente, em dois turnos, — obrigam o Comando da unidade a utilizar-se de elevado número de civis, especialistas ou não. Eles atingiram a cerca de 1300, nos anos de 1954 e 1955, no 2º Batalhão Rodoviário. Esses operários, enquadrados rigorosamente pelos oficiais, sargentos e praças, são o elemento fixo que a administração considera para planejamento e execução dos serviços de construção. O espírito militar, a disciplina e o rigor da caserna, realmente propiciam enquadramento excepcional para o perfeito andamento do serviço, nas condições difíceis em que é executado.

2.3. A organização em vigor, um tanto teórica, é verdade, pode e deve ser melhorada, principalmente considerando o trabalho rude de uma unidade de construção em tempo de paz, nas condições particulares do Brasil, que precisa tanto da ação

pioneira do Exército. Entretanto, não deve ser esquecida a flexibilidade bastante que lhe é inerente, capaz de transformá-la, rapidamente, numa unidade tipo Corpo de Exército, na eventualidade da guerra. Nesse sentido, com a experiência que nos foi dada adquirir, apresentamos algumas sugestões à Diretoria de Engenharia e à Zona Militar Sul, no decurso do ano próximo pasasdo.

III — MISSÕES

3.1. Para bem avaliar a importância e o valor do trabalho de uma unidade de engenharia, na execução de determinado serviço, devemos apreciar suas missões, verificando o modo pelo qual elas são cumpridas.

3.2. No caso em aprêço, possuía o 2º Batalhão Rodoviário, as seguintes missões específicas:

A) Construção da infra-estrutura, postos telegráficos e estações ferroviárias, no trecho do Tronco Principal Sul, limitado ao norte, pelo Rio Ponte Alta do Norte e, ao sul, pelo Rio Pelotas, numa extensão aproximada de 166 km.

B) Execução da pavimentação asfáltica do trecho da BR-2, compreendido entre Santa Cecília-Lages-Rio Pelotas, numa extensão de 200 km.

C) Construção da Variante Lages-Rio Pelotas, inclusive a nova ponte sobre o Rio Pelotas.

D) Conservação do trecho da BR-2, entre Santa Cecília-Lages-Rio Pelotas.

E) Instrução Militar aos elementos incorporados, anualmente, para a formação da reserva da Arma de Engenharia, principalmente em certos especialistas.

3.3. O efetivo cumprimento dessas missões, bastaria por si só para demonstrar a alta eficiência da unidade de construção, cuja importância mais avultará quando tomarmos conhecimento do problema de assistência social dispensada a tão grande coletividade que depende do Batalhão, prestando ao Brasil um

dos mais assinalados serviços no campo psico-social.

3.4. No cumprimento das suas missões, o 2º Batalhão Rodoviário adotou um dispositivo com, pelo menos, uma subunidade empenhada na tarefa principal, além de outras subsidiárias. Cada serviço encontra-se sob a responsabilidade direta de um capitão, alguns tenentes e sargentos auxiliares, enquadrando os civis que complementam a mão-de-obra necessária ao bom êxito do trabalho. É importante salientar que as famílias dos militares destacados para regiões tão hostis, às vezes, desprezando o conforto relativo das pequenas cidades do interior, vão todas residir no local em que seus chefes se acham empenhados, vivendo na dificuldade e lutando com eles, na mesma esperança de obter melhores dias para os seus filhos, o que, infelizmente, a nossa geração não conseguiu.

3.5. Seria demasiado longo, fugiria, mesmo, ao nosso objetivo, fazer apreciações sobre os preços unitários obtidos pela administração do Batalhão e confrontá-los com outros de organismos federais ou estaduais. Basta assinalar que o preço do material escavado, mecanicamente, por metro cúbico, é da ordem de Cr\$ 12,50 e Cr\$ 27,30, respectivamente, para as primeira e segunda categorias; na pavimentação asfáltica, incluindo o preço de amortização do equipamento especializado, o quilômetro está por Cr\$... 1.350.000,00, aproximadamente. Esses preços podem ser considerados excelentes, mesmo apreciando-os isoladamente, sem considerar outros fatores que, adiante, assinalaremos. Isso é possível obter, porque o Batalhão possui uma administração, cuja taxa não pesa só sobre um serviço, além de ter poderoso equipamento, capaz de movimentar um milhão de metros cúbicos de terraplenagem por ano; dispõe também de um moderno equipamento de asfalto, com grande capacidade de produção, se as condições atmosféricas — muito desfavoráveis naquela região — permitirem. Além disso, o patrimônio do Batalhão,

constituído de material permanente, já se eleva a mais de 118 milhões de cruzeiros, compreendendo o mais eficiente e moderno conjunto de máquinas para oficinas, capaz de recuperar qualquer tipo de motor a gasolina ou a óleo diesel. Assim, essa poderosa organização está em situação privilegiada para melhorar sempre as condições econômicas de execução dos vários serviços de construção.

3.6. A verba pessoal, por exemplo, na maioria dos casos conhecidos, atinge a proporções alarmantes; no 2º Batalhão Rodoviário, apenas representou 20,95% do total das verbas recebidas para a construção de estradas, no ano p.p. De fato, da importância global de Cr\$ 154.499.149,90, foram aplicadas Cr\$ 32.367.404,90 no pagamento do pessoal assalariado pelo Batalhão, inclusive os militares. Os restantes 70% foram empregados na aquisição de equipamentos e máquinas, materiais diversos e, ainda, no contrato suplementar de tarefas outras de construção, que não puderam ser executadas por administração direta.

IV — EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Para mostrar como são enfrentados os serviços de construção, apenas citarei alguns fatos interessantes, pelos quais verificaremos que os trabalhos, assistidos, tecnicamente, pelos oficiais técnicos de engenharia, são executados, diretamente, pelos oficiais da Arma. Qualquer tarefa é estudada meticulosamente, projetada e planejada, concretizando-se a execução econômica dentro da melhor técnica. O regime de trabalho é o misto, isto é, na maioria por administração direta, rendimento e tarefa. Somente quando a disponibilidade de máquinas e implementos não é suficiente para as variadas missões, utiliza-se o trabalho à base de rendimento ou tarefa. Ainda assim, com as tabelas de composição de preços estabelecidas pelo Batalhão, não adotada pelos DNEF ou DNER, melhoradas em 20%, pelo menos.

4.2. Entre os fatos de maior realce no 2º Batalhão Rodoviário, citaremos, apenas, aqueles que mos-

tram o carinho e o desvelo da nossa equipe de trabalho no trato da cousa pública, desde o problema mais simples do lançamento da linha de estudo por meio do levantamento aerofotogramétrico, até à execução propriamente, dos serviços de construção. Um deles ocorreu, quando chegou ao 2º Batalhão Rodoviário um projeto aprovado, inteiramente pronto, para dar-se início à construção de um trecho ferroviário. Os oficiais, responsáveis diretos pelo problema, ao reexaminarem o projeto e de posse de alguns novos dados, chegaram à conclusão de ser possível um melhor traçado. Isso foi comprovado; em seguida, no campo, outro oficial de engenharia, profundamente conhecedor do serviço e extremamente dedicado, passou dias e dias estudando variantes, até chegar à conclusão real. Em resumo, decorreram as seguintes vantagens, com o estabelecimento do novo traçado:

a) encurtamento real de 1.860 metros, em relação ao primitivo traçado;

b) encurtamento virtual de 2.665ms;

c) redução, no comprimento de um tunel, de 1.054ms;

d) redução, conseqüente, em dinheiro, no valor de 25 a 30 milhões de cruzeiros.

Os estudos realizados no T.P.S. mostram, sempre, a tenacidade e a vontade firme de procurar-se estabelecer o melhor traçado. No trecho Lages-Rio Pelotas, onde foram estudadas inúmeras variantes, com o objetivo de procurar a melhor, o Batalhão fez executar, por intermédio da Cruzeiro do Sul, o levantamento aerofotogramétrico de toda a região e respectiva restituição; determinou que a "Secção de Estudos" procedesse, no campo, ao estudo de todas as variantes possíveis. E, como resultante notável, depois de estudar 18 variantes e combinando algumas delas, escolheu-se uma, que iria reduzir o primitivo traçado de 105 km para 72,5 km. Basta traduzir essa diferença de quilometragem em dinheiro, considerando os preços atuais da terraple-

nagem, para aquilatar-se da extraordinária economia, sem levar em conta os benefícios resultantes do estabelecimento permanente do tráfego ferroviário, após o lançamento da linha.

4.3. Na pavimentação asfáltica de um trecho da BR-2, entregue ao Batalhão, por insistência tenaz de nossa parte, descabida para uns, temos outro exemplo edificante da seriedade atribuída a qualquer trabalho. A montagem desse serviço processou-se em três fases distintas, fruto, a primeira fase, de experiências realizadas no interior do Quartel, na pavimentação de suas ruas e organização de um "curso de pavimentação asfáltica", com o objetivo de formar o indispensável número de especialistas, e dar aos oficiais e sargentos os conhecimentos especializados e ensinamentos necessários à execução de tão delicada tarefa. Para isso, solicitamos a ajuda de engenheiros civis e técnicos especializados, de vez que nos faltava a experiência no assunto.

A segunda fase comportou a montagem do serviço de pavimentação asfáltica, tipo "macadame de penetração". Determinou a aquisição de equipamentos e instalações de britadores e granuladores de pedra, tudo já empregado em benefício da própria estrada. Na terceira fase, afinal, quando já possuíamos experiência suficiente, empregamos maiores verbas para aquisição de equipamentos modernos, capazes de produzir concreto asfáltico; organizamos um completo "Laboratório de Ensaio de Solos", para permitir a determinação dos elementos necessários à drenagem perfeita e capacidade de suporte do solo, fatores esses que permitiram projetar-se, com segurança, a pavimentação da estrada. Hoje, atingimos o mais elevado padrão na pavimentação de tipo superior, e o Exército possui grande número de oficiais em condições de executar empreendimentos semelhantes.

V — A INSTRUÇÃO MILITAR

5.1. Ao lado da principal missão, a construção de estradas, o

2º Batalhão Rodoviário — como éle, as demais unidades de construção — cumpre outra não menos importante, que é a da instrução militar dos convocados, anualmente incorporados em dois turnos, cooperando, dêsse modo, para a formação da reserva da Arma de Engenharia. Assim sendo, não há motivo plausível no deixar de empregar as unidades de engenharia, na sua maioria, pelo menos na construção de vias de transporte e outros serviços, dentro do preceito moderno de que essas unidades devem trabalhar, ativamente, desde o tempo de paz, permitindo que seus quadros travem conhecimentos com problemas que se repetirão na guerra. Por que, então, o Governo não lança mão de sua engenharia militar, para solução dos problemas básicos do país?

5.2. Nenhum prejuízo causa ao Exército essa solução, porquanto a instrução é ministrada com o mesmo carinho e maiores recursos do que nas unidades comuns. Além disso, ao devolver o homem, melhor educado e instruído, ao meio civil, após a conclusão do serviço militar, presta o Exército inestimável contribuição, de vez que restituiu, em lugar do homem considerado inaproveitável, muitos e úteis especialistas, imbuídos da noção de disciplina e responsabilidade.

5.3. Portanto, sob quaisquer aspectos que sejam considerados os problemas sumultâneos da instrução e construção, podemos afirmar, com segurança, que ambos coexistem sem se contraporem, ao contrário, completam-se mutuamente, pelo reflexo de um sobre o outro: a instrução e a organização militar propiciando ao trabalho o espírito de disciplina, o cumprimento rígido dos horários e missões; por outro lado, a construção, complementando, com seus amplos recursos, as instalações, de modo geral auxiliando com uma gama variada de especialistas a mão-de-obra que o Exército não possui para todos os serviços.

VI — ASSISTÊNCIA SOCIAL

6.1. Neste Setor reside o ponto capital da participação do Exército, na solução de problemas fundamentais do Governo. Assiste à cerca de 6.000 almas dependentes do Batalhão, enfrentando problemas de saúde, educação, alimentação, formação moral e religiosa, etc.

6.2. Para bem compreender o que afirmamos, salientaremos o essencial da organização do 2º Batalhão Rodoviário, em relação ao problema social, nas suas variadas modalidades. De início, queremos afirmar que a nossa orientação e, mesmo, determinação, na solução de tão importante problema, residiram na convicção do valor de nosso *homem*, como elemento de produtividade. Esta não se define na injustiça, na intransigência ou desamparo; resulta da efetiva e humana convivência entre o capital e o trabalho; do trabalhador satisfeito e integrado no todo, retribuindo à sua Pátria a assistência que ela lhe propicia.

6.3. Não podemos, portanto, deixar de salientar essa assistência para ajuizar-se do acerto ou não da criação de outras unidades de trabalho, por este Brasil afora. Já de longos anos afirma-se a engenharia militar no terreno técnico; de há muito nossos patrícios mais desamparados contam com a eficiente assistência social; a probidade no manuseio dos dinheiros públicos, é para orgulhar. Esses fatores, mais a formação da reserva, o trabalho econômico, a não intromissão da política interesseira — refletem-se como saldo do Exército na cooperação para o desenvolvimento da nossa terra.

6.4. O "Serviço de Assistência Social" do 2º Batalhão Rodoviário extrutura-se na *cooperação de cada um em benefício de todos*. É mantido com a contribuição determinada pelo Comando do Batalhão e aceita com satisfação por todos, principalmente depois dos benefícios do Serviço, no valor de 5% sobre os primeiros três mil cruzeiros de ordenado e uma mensalidade

fixa de cada militar, além de outras e menores rendas eventuais.

6.5. Em troca dessa módica e proporcional contribuição, os militares apenas fazem jus ao direito de adquirirem medicamentos, gêneros alimentícios, etc., utilizando os vários setores do S.A.S.; enquanto que os civis têm, nos setores fundamentais do amparo à família — educação e saúde —, *a mais ampla, real e gratuita assistência*. Veja-mos:

Na Educação: escolas para os filhos, com fornecimento de merenda, livros e material escolar;

Na Saúde:

a) assistência médica no ambulatório do Serviço; hospitalização na enfermaria ou hospitais da Cidade;

b) fornecimento total de todo e qualquer medicamento receitado pelo facultativo do Serviço;

c) cirurgia de qualquer natureza e Raios X, nos Hospitais da Cidade;

d) assistência à maternidade, na clínica especializada da Cidade;

e) análises clínicas para qualquer que seja o exame solicitado;

f) assistência dentária e Raios X, no gabinete do Serviço;

g) auxílio à natalidade e para funeral.

6.6. Parece, à primeira vista, impossível prestar assistência tão eficaz, como a que acabamos de mencionar. Para efetivá-la, entretanto, tornou-se necessário ampliar a organização existente. Foram criados vários órgãos; a maioria dos medicamentos passou a ser fabricada no próprio Serviço de Saúde, evitando-se, o máximo possível, aquisições em farmácias e drogarias. Ainda assim, cerca de 75 vidros de antibióticos, diariamente, foram distribuídos pelo Serviço de Saúde. A produção do nosso "Laboratório de Produtos Terapêuticos" atingiu, no ano p.p., a 116.900 ampolas de injeção, 487.000 comprimidos, do mais simples para dores de cabeça, até os de penicilina e hidrazida, além de uma série de outros produtos farmacêuticos essenciais. Somente dessa forma tornou-se possí-

vel assegurar tão ampla assistência aos diaristas civis e firmar o conceito da nossa organização. A economia entre o preço do medicamento fabricado e o da aquisição de igual quantidade nos laboratórios civis, resultou em quase um milhão de cruzeiros!

6.7. Afora os setores saúde e educação, existem outros de inestimáveis serviços à coletividade dependente do Batalhão, os quais deixamos de apreciar para não alongar demasiado a exposição. Fora de dúvida, porém, é que o Exército, assim procedendo, presta extraordinário serviço à nossa terra; por isso que aconselhamos a criação de outras unidades de engenharia, destinadas ao emprego nos problemas de construção, à semelhança do 2º Batalhão Rodoviário.

VII — DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO EM FACE DOS TRABALHOS E VERBAS DO BATALHÃO

7.1. Este estudo, que encerrará o modesto trabalho apresentado, fizemo-lo com o objetivo de ratificar nossas palavras. Tal influência não pode ser negada, mesmo pelos descrentes ou por aqueles que, sistematicamente, no despeito ou na má vontade, combatem, de todas as maneiras, o emprego da engenharia militar na solução dos problemas básicos do Brasil.

7.2. O gráfico, adiante, refere-se ao Município de Lages, onde foi instalado o 2º Batalhão Rodoviário, no ano de 1934; lá ainda vive, cumprindo as missões que lhe foram atribuídas, em quaisquer dos setores que acabamos de descrever. De 1924 a 1934, no decênio que precedeu à chegada do Batalhão a Lages, a arrecadação do município passou de Cr\$ 85.615,00 em 1924, para Cr\$ 221.557,00 em 1934, acusando aumento de 158%. No decênio seguinte, isto é, de 1935 a 1945, época em que o Batalhão se instalou e empregou verbas no valor de Cr\$ 37.932.500,00, a arrecadação do município acusou o acréscimo de Cr\$ 1.002.655,00, ou seja um aumento percentual de ordem de 433%.

De 1945 a 1953, o Batalhão recebeu e empregou verbas no total de Cr\$ 245.559.370,00, concluindo vários serviços. O emprêgo de tais verbas, quase a totalidade na região de Lages, determinou o incremento do comércio e desenvolvimento de diferentes atividades do Município. Como fatos marcantes, vimos a conclusão da estrada Lages-Passo do Socorro, em 1943; o início dos trabalhos de construção da estrada Lages-Santa Cecília, também em 1943. A conclusão de melhoramentos na estrada Lages-Rio do Sul possibilitou o desenvolvimento de fontes de produção e facilitou a circulação da riqueza entre o Município e seus vizinhos, de tal modo que os resultados não se fizeram esperar. De fato, a arrecadação, de 1935 a 1953, passou de Cr\$ 221.557,00 para Cr\$ 8.952.490,00 atingindo, nesse período, o aumento percentual anual — médio de 219%, ou seja de 3,947% no período de 1935 a 1953.

A significação real dessas afirmativas traduz-se no fato de que os homens de negócio, os políticos e toda a população de Lages e arredores não desejam ver afastar-se do seu meio o 2º Batalhão Rodoviário, que vive magnificamente bem entre tão boa gente.

VIII — CONCLUSÕES

8.1. Ao terminar nossa despretenciosa argumentação, queremos apresentar as seguintes conclusões:

a) A administração de uma unidade de engenharia, do tipo que acabamos de descrever, está capacitada para dirigir grandes empreendimentos e, tanto mais econômica ela se torna, quanto maiores sejam os encargos que lhe forem atribuídos, dentro, naturalmente, da sua possibilidade técnico-administrativa;

b) Relativamente à técnica de construção rodoviária ou mesmo de qualquer tipo de construção civil, a unidade trabalha dentro de mais

elevados padrões, como, aliás, tem reconhecido os mais capazes engenheiros que visitaram nossa Unidade. Possuímos oficiais técnicos de grande competência e todos os serviços são executados por oficiais de engenharia capazes e dedicados extremamente ao serviço;

c) O dispositivo de trabalho adotado é flexível bastante para adaptar-se sempre às novas situações criadas durante a execução do serviço, não havendo, portanto, nas instalações, quaisquer dificuldades a considerar;

d) A instrução militar é de absoluta necessidade nas unidades rodoferroviárias, porque ela é fator de educação e aprimoramento do nível intelectual, social e profissional de grande massa de conscritos que, anualmente, passa pela caserna, além do que exerce extraordinária ação benéfica na execução dos trabalhos de construção;

e) Podemos asseverar que o "Serviço de Assistência Social" coopera de modo decisivo para o bom êxito do trabalho, fixando e atraindo para o Batalhão os melhores operários da região. Presta êle o mais inescedível serviço ao Brasil, educando centenas de crianças e melhorando suas condições, pelo cuidado e zelo que lhes são dispensados.

Afinal, minhas palavras não têm outro objetivo senão de mostrar a todos, civis e militares, como o Exército, trabalhando para o Brasil, por meio da Arma de Engenharia, está capacitado para ser empregado, ativamente, em setores de grande utilidade pública e com real economia para a Nação.

Desejo, também, expressar a minha homenagem aos oficiais de engenharia que lutam nos mais longínquos rincões de nossa terra, com suas famílias, trabalhando sem vaidade e anonimamente, só com o pensamento único de bem servir ao Exército, com a convicção e a consciência tranqüila de que estão engrandecendo a nossa Pátria.

NOVA EMBALAGEM!



MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



A FORMAÇÃO DO OFICIAL DO EXÉRCITO

Cap. Eng. HOSTILIO X. RATTON FILHO

Um assunto sempre em foco e, no momento, bastante avivado, em decorrência da sanção da lei, que estabelece a "Nova Organização Básica do Exército", é o problema da Formação do Oficial.

Pela evolução dos meios da guerra, pelo aparecimento e necessidade de pesquisa e produção, de modernas e complexas armas e equipamentos, o campo militar ampliou-se e o Exército viu o aparecimento de novas e inúmeras missões, na paz e na guerra, que o obrigaram a criar cursos de especialização e aperfeiçoamento, para habilitar seus quadros. Assim, foram criados os cursos das escolas: Técnica do Exército, Instrução Especializada, Educação Física, Artilharia de Costa, Defesa Antiaérea, Classificação do Pessoal, Técnica de Ensino, etc. Todos sentimos, porém, que esses cursos são completamente estanques entre si e há, no modo do seu aparecimento e na atual manutenção dos seus currículos, falhas que vêm trazendo ao Exército inúmeros problemas de base.

A solução para isso é complexa e, naturalmente, o debate elevado, e a contribuição de cada um, para encontrá-la, só virá a auxiliar os órgãos encarregados de resolver esse problema urgente e de capital importância para o Exército.

A obtenção de oficiais deve iniciar-se nos Colégios Militares que, para isso, seriam disseminados pelo Brasil, nas cidades de maior importância. O sistema de ingresso nesses colégios seria idêntico ao do ingresso no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

No ciclo ginasial, seriam introduzidos assuntos de Instrução Militar

primária, convenientemente distribuídos pelos quatro anos ginasiais e dosados, de acordo com a capacidade física e intelectual dos jovens de 10 a 15 anos (currículo aproximado ao dos antigos "Centros de Instrução Pré-Militar").

No ciclo colegial, o curso já deve ser orientado para a finalidade de formação dos futuros oficiais. A parte de Instrução Militar, em princípio, será idêntica à dada no atual 1º ano da A.M.A.N. (naturalmente dosada pelos três anos, de acordo com a idade).

Para ingressar na Escola Militar, os jovens formados nos colégios Militares serão submetidos a exame de seleção física e moral e a testes psicológicos (só se fará exame de seleção intelectual, quando o número de candidatos ultrapassar o número de vagas previsto).

No 1º ano da Escola Militar, todos os cadetes terão o mesmo currículo, devendo, na chamada parte de instrução prática, serem dadas, em princípio, todas as instruções militares comuns, atualmente dadas nos 2º e 3º anos da A.M.A.N.

Após cursarem o 1º ano, os cadetes escolherão o quadro em que pretendem ingressar, que serão os de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Intendência e Engenheiros Industriais e Geógrafos.

Cursarão, já no quadro, mais três anos, onde se tornarão aptos a desempenhar as funções específicas do seu quadro (convém lembrar que as armas de Engenharia e Comunicações são necessariamente "técnicas", para cumprimento de suas missões, e o currículo de formação de seus oficiais deve abranger, em

princípio, respectivamente, também os currículos atualmente constantes nos cursos de Construções e Comunicações da Escola Técnica do Exército).

Deve-se evitar, ao máximo, os pequenos cursos de especialização, hoje existentes, procurando, sempre, incluir o seu assunto no currículo da Escola Militar (esses cursos são freqüentados por uma pequena minoria e muitas vezes, os que nêles passam não desempenham funções de aplicação desses cursos, por questões de quadro de organização e motivos vários).

No pósto de Capitão, os oficiais passarão por um Curso de Aperfeiçoamento e, em seguida, após um ou dois anos de freqüência nesse Curso, poderão ingressar, por intermédio de concurso, na Escola de Comando e Estado-Maior, que possuirá cursos, com assuntos e durações diferentes, para os diversos quadros, conforme forem as necessidades de cada quadro.

Poderão, ainda, existir cursos de especialização, em pequeno número, quando fôr realmente imprescindível a sua existência, e não ser possível a inclusão desses assuntos nos currículos da Escola Militar e no Curso de Aperfeiçoamento. Essa simplificação irá poupar esforços que serão aproveitados para a organização de apostilhas de todos os assuntos militares e técnicos, desde os dados no Colégio Militar, até os ministrados na Escola de Comando e Estado-Maior, em folhas amovíveis e sempre atualizadas, à semelhança das atuais publicações do Estabelecimento Gen. Cordeiro de Farias, que serão adquiridas obrigatoriamente pelos oficiais.

Com o sistema de formação de oficial acima, obteremos as seguintes vantagens:

O Exército contribuirá, pelos Colégios Militares, em maior disseminação do ensino secundário e preparatório no Brasil;

Teremos formação de reservistas, para as diversas graduações, economicamente, com os formados nos Colégios Militares e que não desejarem seguir a carreira militar;

Aparecerá assistência social de ensino, para os filhos de militares, nos quatro cantos do País;

Haverá maior e melhor seleção para obtenção de oficiais, pela existência de maior tempo em estudo, sob regime militar e por ser a formação mais racional e objetiva;

Elevará o prestígio da Escola Militar, que deve ser a única Escola de formação de oficiais da ativa;

Teremos a formação do oficial, definitivamente, quando ainda moço, sendo maior o seu tempo de trabalho em prol do Exército;

Haverá maior número de oficiais na tropa, nas fábricas, nos estabelecimentos, etc., continuamente, atualizados com os assuntos militares e técnicos, pelo sistema de apostilhas adotado;

A formação do oficial torna-se menos dispendiosa do que atualmente, quando encontramos centenas de Tenentes, Capitães e Maiores cursando escolas de formação, percebendo vencimentos e vantagens, que ascendem Cr\$ 15.000,00 a 17.000,00;

Aparecerá a noção de quadro e, conseqüentemente, o espírito de quadro, que tantas vantagens traz ao melhor cumprimento dos deveres;

Não teremos, no futuro, os aparentes injustos desníveis dos quadros, para promoções, causados pelo êxodo de oficiais para os atuais quadros técnicos, como acontece atualmente, e que redundaram em lei discutida e de vantagens incertas;

Não haverá a possibilidade de vermos um oficial da Arma de Engenharia, com alguns anos de trabalho em Batalhões de Construção, cursando a especialidade de Armamento Industrial na Es.T.Ex., ou um oficial da Arma de Infantaria, com o curso de Motomecanização, cursando a especialidade de Química Industrial na Es.T.Ex.;

O conceito de hierarquia se tornará mais sólido, por ser impossível encontrarmos, como atualmente, 2º Tenentes e Maiores tirando o mesmo curso, na mesma ocasião, pois é fato constatado que a freqüência continuada, em um curso, nivelará, naturalmente, os postos,

o que acarreta um conseqüente relaxamento na hierarquia, que é base em qualquer organização, quanto mais em uma organização armada ;

O Exército ficará preparado para a futura e inevitável unificação das Forças Armadas, premida pelas necessidades de melhor defesa da Pátria.

Provavelmente serão apontadas desvantagens ao sistema acima. Vejamos, pois, alguns pontos, que, à primeira vista, poderão dar essa impressão :

Os oficiais dos quadros de Engenheiros Industriais e Geógrafos não sofrerão as influências benéficas e militarizantes do Corpo de Tropa.

Ora, após os Cursos do Colégio e Escola Militares, esses oficiais devem ter adquirido (e, para isso eles neles passaram) o "espírito militar" necessário. Fora disso, não há outra vantagem racional, que possa ser apontada, na passagem desses oficiais por Corpo de Tropa ;

Para que as Armas de Engenharia e Comunicações serem tão "técnicas" ? É bastante lermos as missões dessas armas, em qualquer livro militar, para compreendermos essa necessidade ;

É impossível a formação de Oficiais dos quadros de Engenheiros Industriais e Geógrafos e dos das Armas de Engenharia e Comunicações, do modo proposto, na Escola Militar, pelo avantajado número de assuntos que eles necessitam sejam-lhes ministrados.

Cremos que aí, também, não haverá problema. Uma vez que o cadete já vem do Colégio Militar com um curso (ciclo colegial e preparatório) que o começa a preparar, objetivamente, para a carreira militar, e com a conveniente e radical reestruturação dos Cursos da Escola Militar, parece-nos bastante possível a formação de oficiais capazes, na Escola Militar, para todos os quadros aqui citados. O curso de aperfeiçoamento, por sua vez, também visa solucionar esse problema. Convém lembrar, ainda, que a prática traz a experiência, que é grande mestra, e não podemos esquecer a sua contribuição, na me-

lhor obtenção de profissionais. Com bastante lógica, cremos ser mais experimentado um Major engenheiro, formado quando cadete, a outro, formado quando Capitão.

A Escola Militar não tem meios para formar os oficiais Engenheiros Industriais e Geógrafos.

Dê-mos os meios. Terrenos não lhes faltam, para novas construções, se fôr preciso ; o material necessário facilmente poderá ser levado para lá ; o clima é excelente ; há a proximidade de Fábricas Militares (como Piquete), de Volta Redonda, do Centro Técnico de Aeronáutica e dos Centros industriais do Rio, S. Paulo e Belo Horizonte. Quanto ao pessoal, isso não poderá ser levado em conta, pois é apenas uma questão de transferência. Outras objeções, que poderiam ser apontadas, o seriam, também, para os cursos combatentes e, portanto, só a existência da A.M.A.N. em Agulhas Negras, devidamente estudada e escolhida, põe-nas por terra.

Para determinados quadros, não há necessidade de quatro anos de curso na Escola Militar.

Como já dissemos anteriormente, alguns dos inúmeros cursos de especialização e extensão existentes, deverão ser levados para a Escola Militar e, em conseqüência, para os quadros que tenham menores currículos, esses assuntos podem ser-lhes acrescidos (ex-Classificação do Pessoal, Foto Informação, Material Bélico, Manutenção Orgânica, Guerra Química, etc.). Convém lembrar que a Escola Militar visa a formação de oficiais da ativa, e que estes têm que possuir um grande cabedal profissional e intelectual, pois serão os futuros dirigentes de uma, não desejada, porém sempre provável, Nação em guerra.

O edifício formado pelos postos da hierarquia militar, tem a forma aproximada de um tronco de cone e, a saída de oficiais, para os quadros técnicos, vem corresponder à necessidade imposta pela Organização do Exército, para obtermos essa forma aproximada.

Ora, a criação de Colégios Militares trará, como conseqüência, o

aumento do quadro do Magistério do Exército e, sendo o recrutamento de professores, em geral, feito entre os oficiais da ativa, este quadro fará o papel atual do quadro técnico, sobre esse aspecto. Acresce que, com a criação dos quadros de Auxiliares da Administração e de Especialistas, haverá, como decorrência, uma sensível diminuição de funções, para os oficiais de Curso, nos postos subalternos.

O presente sistema importa em muitas modificações difíceis e demoradas, e poderá acarretar uma série de outros problemas.

É provável que apareçam problemas, mas haverá modificações que não tragam consigo pequenos outros problemas? Não cremos que as dificuldades sejam impecilhos à marcha de qualquer evolução, que venha a se tornar necessária.

Uma coisa, porém, é certa: a finalidade é formar, racionalmente e, sempre que possível, economicamente, bons oficiais e não adaptar a formação de oficiais a rotinas; e as dificuldades, que possam aparecer, devem ser removidas, para que o Exército esteja cada vez mais capaz na defesa da nossa querida Pátria.

Restaurante À CABAÇA GRANDE

CASA DAS PEIXADAS

J. Machado

RUA DO OUVIDOR, N. 8 (Pertinho do Mar)

Tel. : 43-2240

Rio de Janeiro

NÃO ABRE AOS DOMINGOS E FERIADOS

IMPORTÂNCIA DO CANAL DE SUEZ

Depois de haver servido durante 87 anos a fins pacíficos, o Canal de Suez quase provoca uma conflagração mundial. Embora as causas do conflito atual sejam essencialmente de ordem política, não se devem desprezar os aspectos econômicos e financeiros desta grande empresa, que é uma das posições-chave do transporte internacional.

Do ponto de vista puramente financeiro, a "Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez", que após a construção se tornou proprietária e órgão de controle do canal, representa fenômeno único. Enquanto as outras poderosas companhias de transporte acusaram fortes oscilações e sensíveis perdas nos períodos de crise, a Companhia de Suez proporcionou continuamente bons dividendos. Os investimentos originais estão há muito tempo amortizados e os posteriores também constituíram rendosa aplicação.

Os seus investimentos totais não montam a uma quantia tão elevada como se poderia supor. De acordo com a avaliação feita pela própria empresa em seu último relatório, eles representam atualmente o valor de 1.118 milhões de francos-ouro (Suez é a única companhia do mundo que calcula ainda na base do antigo franco-ouro), isto é, cerca de 350 milhões de dólares. Os lucros líquidos atingiram 46,4 milhões de dólares em 1955 e nos anos precedentes foram quase tão altos quanto naquele último exercício. Em francos atuais, o ano de 1955 deixou um excedente das receitas sobre as despesas de 16.234 milhões de francos, dos quais 5.500 milhões se destinaram às reservas e 10.700 milhões (em cifras redondas) foram distribuídos aos acionistas das diversas categorias. Em síntese, o Canal de Suez, deduzindo-se os juros e amortizações sobre três bi-

lhões de francos de obrigações, distribuiu dividendos num total de 30,6 milhões de dólares, ou seja, 2/3 dos lucros líquidos e 30 % da receita bruta.

Sobre estas cifras se baseiam as afirmativas feitas do lado egípcio no sentido de que os lucros provenientes do tráfego no canal bastariam para financiar, durante 18 anos, a construção da represa de Assuan, mesmo depois de indenizados equitativamente os acionistas da companhia. Sob este aspecto, os técnicos ocidentais chegam a conclusões menos otimistas, cabendo salientar que a concessão da companhia deveria expirar legalmente em 1968, isto é, dentro de 12 anos.

OS CAPITAIS FRANCESES E INGLESES

A Companhia de Suez inclui em seu nome oficial, como já mencionamos, a palavra "Universal". Isto se justifica perfeitamente quanto ao tráfego, aberto a todas as nações. O fundador da companhia, o diplomata francês Ferdinand de Lesseps, pretendia dar à empresa uma estrutura financeira verdadeiramente "universal", mas sua intenção não se concretizou. Quando Lesseps obteve em 1854 a concessão para a construção do canal, tentou em vão reunir capitais de todos os países, capazes de uma contribuição substancial. Em particular, o capital inglês, na época o mais poderoso do mundo, mostrava-se muito cético em face da empresa lançada de Paris. Seja por motivos comerciais, seja por políticos, notava-se hesitação, tanto em Londres como nas outras capitais, para participar deste negócio audacioso, iniciado sob a égide francesa.

A consequência foi que o capital fundador se compôs essencialmente

de duas partes: investimentos do capital privado francês e forte participação do Quediva (vice-rei) do Egito. A 26 de novembro de 1869, quando o primeiro navio passou pelo canal, a situação era a seguinte: o capital francês detinha 207 mil ações e o Quediva 177 mil. Apenas um número muito pequeno de títulos se achava em mãos de súditos de outras nações. A Companhia de Suez era, portanto, originalmente uma empresa franco-egípsia, com maioria de capital francês.

A situação modificou-se pela primeira vez quando, seis anos mais tarde, o Quediva se encontrou em dificuldades financeiras, tendo necessidade de vender suas ações. O comprador foi o governo britânico, que em 1875 adquiriu por 100 milhões de francos-ouro as 177 mil ações do vice-rei do Egito, Ismail. Ainda após essa famosa operação, o capital francês predominava, mas em consequência de vendas de títulos originalmente em mãos francesas e de compras do lado britânico, o capital inglês — público e privado — tomava pouco a pouco o primeiro lugar, sem ter contudo a maioria absoluta. Em fins de 1955 a situação assim se apresentava: das 487.002 ações "de capital", 196.034 pertenciam ao governo inglês, e das 362.898 ações "de jouissance" (*), 157.470 ao capital inglês. A Companhia "Universal" de Suez é, hoje, portanto, financeiramente uma empresa franco-britânica.

Não obstante sua preponderância financeira, os ingleses jamais insistiram em dominar a administração da companhia. O fato de que o governo britânico era o maior acionista e que, além disso, até um mês atrás a Grã-Bretanha controlava militarmente a zona do canal, assegurava naturalmente a esse último país uma posição privilegiada. Entretanto, no seio da administração da Companhia predominava a França. No Conselho de Administração, composto de 32 membros, os franceses ocupam 16 lugares, os inglê-

ses unicamente nove; cinco foram concedidos aos egípcios, um aos americanos e outro aos holandeses. A presidência do Conselho cabe permanentemente a um francês, enquanto os ingleses ocupam, por tradição, a vice-presidência. A sede social da companhia encontra-se, desde a sua fundação, em Paris.

INVESTIMENTOS E DESPESAS

Apesar de haver distribuído sempre aos seus acionistas a maior parte dos lucros, a companhia dispõe de recursos importantes. A aplicação desses capitais motivou, parece, certo descontentamento no Egito. Embora nunca tenha pretendido utilizar seus capitais líquidos para a expansão econômica fora da esfera de atividade própria, a companhia os aplicou principalmente nos países de origem dos seus grandes acionistas, isto é, na França e Inglaterra.

De acordo com o último relatório (para 1955), os investimentos a longo prazo elevaram-se a 16,3 bilhões de francos (46,6 milhões de dólares). Deste total, 59 % foram aplicados em valores franceses e 16 % em valores ingleses; o resto se distribuiu entre diversos países, notadamente a Bélgica. Os investimentos em dólares limitaram-se a 500 milhões de francos (1,4 milhões de dólares) e os em moeda egípsia a 520 milhões de francos (1,5 milhões de dólares).

As aplicações a curto prazo totalizaram 19 bilhões de francos (54,3 milhões de dólares), dos quais 68 % em libras esterlinas, principalmente em letras do Tesouro e outras obrigações, e 22 % em francos franceses, também na maior parte em bônus do Tesouro. A aplicação em libras egípsias representava 9 % do total e a em dólares unicamente 1 %.

As aplicações no Egito foram, portanto, muito reduzidas — no conjunto, cerca de 6,4 milhões de dólares — mas um acordo concluído entre o governo e a empresa previa que os investimentos no país deviam aumentar anualmente até

(*) "Actions de jouissance": participam dos lucros sem direito de voto, de vez que não resultam de entrada de recursos para formação do capital.

atingir em 1963 a soma de 16 milhões de libras egípsias.

Considerando que o tráfego no canal não extrai riquezas do solo ou do subsolo, como ocorre com a exploração das jazidas de petróleo, o governo não recebia "royalties" da Companhia de Suez. A principal vantagem financeira do Egito consistia, até a "nacionalização", nos salários dos empregados da companhia. No que se refere à importância dessas rendas pagas e, em sua maioria, gastas no Egito, as informações são diversas e pouco precisas. Segundo fontes inglesas, a Companhia ocupa 150.000 pessoas, das quais os egípcios entrariam com mais de 130 mil. Estas cifras não concordam com o balanço da Companhia, cujas despesas totais — e não apenas as de pessoal — atingiram 18,3 bilhões de francos em 1955 (51 milhões de dólares). Mesmo se levarmos em conta o nível baixo dos salários no Egito, é pouco provável que as despesas da Companhia dessem para sustentar um número tão grande de empregados, que parece também desproporcional às necessidades do tráfego. Nessas circunstâncias, trata-se possivelmente do efetivo global, inclusive operários eventuais para as obras de construção, etc.

Segundo fontes francesas, não somente o total do pessoal é muito mais limitado, como também a participação dos egípcios. Estes constituiriam 23 % dos pilotos, 52 % do pessoal técnico e administrativo e 76 % dos operários.

PRINCIPAL RECEITA: TRANSPORTE DE PETRÓLEO

Quanto às receitas da Companhia (em 1955: 34.338 milhões de francos), elas provêm, na proporção de 96 %, do tráfego e serviços acessórios, e em menos de 4 % de rendas financeiras. Apesar de suas reservas importantes, a situação financeira da Companhia de Suez não é, entretanto, comparável à da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana que, após a "nacionalização" de suas jazidas e refinarias de petróleo no Irão, dispunha ainda de enormes receitas em outros países.

Assim se explica também a forte baixa das ações da Companhia de Suez nas Bolsas de Paris e Londres imediatamente após a publicação do decreto de "nacionalização" do canal pelo governo egípcio.

Quase todos os navios de passageiros fazendo a rota entre a Europa, de um lado, e a Índia, Extremo-Oriente e Austrália, do outro, passam pelo canal de Suez. Entretanto, o grosso das receitas da companhia provinha sempre do transporte de mercadorias. A passagem pelo canal de um cargueiro de 8.000 t custa no momento 2.067.000 francos e a de um barco de 30.000 t (tonelagem máxima admitida), 6.228.000 francos. A tarifa para um navio não carregado é de três shillings e dois pence por tonelada, e a de um navio carregado de mercadorias, sete shillings por tonelada.

Em relação às taxas de antes da guerra, não houve grandes acréscimos, mas as receitas da companhia cresceram em progressão inesperada, graças à intensificação do tráfego. De 1947 a 1955, a tonelagem transportada pelo canal mais do que triplicou, passando de 36,5 milhões a 115,7 milhões de t. Em 1938 ela alcançava apenas 34,4 milhões de t.

Este extraordinário desenvolvimento resulta particularmente do transporte de petróleo oriundo dos países limitrofes do Golfo Pérsico. No ano passado, 75 milhões de t de petróleo passaram pelo canal, isto é, 65 % dos fretes foram constituídos de petróleo, contra 17 % nos últimos anos de antes da guerra.

Em 1955, contaram-se cerca de 15.000 travessias de navios, ou seja, mais de 40 por dia. Conquanto o tráfego dos navios ingleses esteja relativamente em declínio, mais da quarta parte da tonelagem total — 33 milhões de t — foi transportada sob o pavilhão britânico. Seguem-se o pavilhão norueguês — principalmente petroleiros — com 15,5 milhões de t, o da Libéria com 14 milhões de t, e o francês com 10 milhões de t. A participação dos navios americanos no tráfego pelo canal é muito pequena: no ano passado, três milhões de t, isto é, 2,6 % do tráfego total.

Todavia, o pavilhão dos navios reflete apenas de maneira equívoca o interesse dos diversos países pelo tráfego no canal de Suez. O interesse dos Estados Unidos, por exemplo, é considerável porque a frota navegando sob o pavilhão da Libéria pertence em grande parte aos americanos e, além disso, o petróleo da Arábia saudita, que passa pelo canal, é produzido por uma firma americana. Mesmo certos países, cuja participação na navegação pelo canal é ainda mais limitada que a dos Estados Unidos, são grandemente interessados no tráfego pelo canal.

Este é particularmente o caso da Alemanha Ocidental: 12 % de todas as mercadorias importadas e exportadas pela Alemanha — calculadas em valor do comércio exterior — são transportadas pelo ca-

nal. Aliás, aqui o petróleo entra em proporção insignificante; a borraça, o estanho, a lã, os óleos vegetais, assim como os produtos manufaturados exportados pela Alemanha, desempenham papel preponderante. Em Bonn, calculou-se que as despesas de transporte destas mercadorias pelo Cabo da Boa Esperança seriam um terço mais altas que pela rota do canal de Suez.

Ora, as conseqüências de um bloqueio ou de um boicote do canal seriam ainda mais sérias para o petróleo, visto como a frota mundial de petroleiros não seria suficiente se a rota dos transportes aumentasse de vários milhares de quilômetros. Por isto, a liberdade da navegação e a manutenção das tarifas em vigor têm extraordinária importância para o comércio internacional e para a estabilidade dos preços.

(Transcrição da Revista "Conjuntura Econômica".)

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE



RECUPERAÇÃO MORAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONFERÊNCIA PRONUNCIADA EM SETEMBRO DE 1955
NA E.S. GUERRA

Deputado WAGNER ESTELLITA CAMPOS

Não tenho dúvida em afirmar que de todos os temas que me têm sido propostos para conferências sobre administração — e estas já ultrapassam a casa da centena — o de hoje foi o — que apresentou aspectos mais particularmente difíceis, dada sua complexidade e considerado seu caráter acentuadamente amplo e geral. Demais, recebi a incumbência em momento singularmente trabalhoso de minha vida parlamentar.

Situar convenientemente a administração pública no problema da Recuperação Moral do país — finalidade do ciclo de conferências — é tarefa que certamente excede às minhas possibilidades, mas que recebi como uma demonstração, a mais, dos sentimentos de generosidade do Comando desta Escola, onde já tive a honra de colaborar anteriormente, em conferências e debates.

Acredito que, a rigor, todos os temas em que se subdividiu o ciclo apresentam um conteúdo comum,

de base, suscitando a sua indivisibilidade no que toca à dependência dos mesmos princípios filosóficos, e à indicação dos remédios, todos provavelmente presos à necessidade de um grande, sistemático e pertinaz esforço de educação, em todas as latitudes da atividade social. Difícil “isolar” qualquer grupo na conjuntura do meio social que não é um simples aglomerado de indivíduos, mas um conjunto ordenado de condições, com seu caráter específico e sua determinada base cultural. Há, por outro lado, como acentua Weber, uma relação direta entre as práticas “morais” ou “éticas” de uma comunidade e o caráter do respectivo sistema econômico, sem que isso implique na conclusão de que este determine aquelas, pois a influência é recíproca. Ainda a título de mera ilustração, vale acentuar que os fenômenos da inflação por exemplo deflagram consequências assinalá-

veis na órbita da conduta moral coletiva.

Sem embargo do exposto, forçoso é reconhecer que o problema da recuperação moral no setor da administração pública apresenta peculiaridades, que tentarei suscitar, para posterior e mais autorizado exame dos trabalhos de grupo, da ESG.

Desejo, entretanto, fazer uma distinção prévia entre as duas acepções em que o vocábulo "moral" pode ser considerado, para efeito do estudo. Temos, de um lado, o "moral" como significando o "estado de espírito de um indivíduo ou grupo, relativamente ao trabalho e suas condições", na expressão de White, ou aquela "atitude de mobilização voluntária, entusiástica e efetiva dos esforços de um grupo para a obtenção de algum propósito", como o conceitua Tead e que se assenta, segundo o ensinamento de Pigora, "na fé do líder no liderado, dêste naquele, de caber em si próprio, e de ambos na causa". Neste sentido o "moral do grupo" insucetível de correta definição, será melhor compreendido pelos seus sintomas e pelos seus fatores de formação.

De outro lado temos a palavra "moral" em seu sentido ético, significando conformidade a certas normas de comportamento, inspiradas em costumes ou inscritas em códigos sociais de natureza diversa, com as respectivas sanções. Cada comunidade como cada tipo de "associação" impõe regras a seus membros. Tais regras e correspondentes sanções são várias e diferenciadas.

Entendo que a recuperação moral na administração pública deve processar-se tendo em vista os dois sentidos — o segundo de natureza mais ampla estreitamente ligada à conjuntura social e o primeiro ainda prêso aos mesmos liames, porém já apresentando características mais peculiares ao âmbito próprio do serviço público.

A compreensão de um e outro sentido, entretanto, somente será possível se previamente considerarmos a posição das ciências sociais — particularmente da ciência da administração — face a problemas

característicos de nossa civilização.

A recuperação moral na administração pública deve ter como ponto de partida o desenvolvimento do espírito de cooperação, para que os objetivos comuns se consignam através de esforços honestos em que predomine o interesse coletivo sobre o individual. O ajustamento dêste àquele interesse estará sempre, em última análise, inspirando o ajustamento, a seu turno, da conduta do servidor ao código moral, tácito ou expresso.

Mas o desenvolvimento do espírito de cooperação vem encontrando, paradoxalmente, dificuldades cada vez maiores dentro das condições de progresso material do nosso mundo.

Já os estudos de Le Play, realizados há um século atrás, demonstravam a correlação negativa entre o desenvolvimento material e a capacidade humana para o trabalho coletivo. Em conferência anterior, pronunciada na ECEMAR em 1948, sobre "Planejamento como força mundial", tive ocasião de referir-me àqueles estudos, apontados por Elton Mayo, em magistral prefácio ao trabalho de Roethlisberger "Management and Moral". Pela sua oportunidade no exame do presente tema, peço vênha para transcrever os seguintes trechos da mencionada conferência:

"Aponta Elton Mayo, a seguir, os estudos de Le Play, a seu ver merecedores de maior atenção do que a que lhes tem sido dedicada até agora, estudos êsses fundados na observação e registro sistemático da situação social em diversas partes do Continente Europeu, e realizados durante os anos de 1829 e 1855. Foram êles publicados em seis volumes, entre 1855 e 1879, os primeiros dos quais descrevem algumas das comunidades mais simples do Norte e Este da Europa, onde a atividade principal era a agricultura e a pesca. Le Play encontrou, nas referidas comunidades, paz e estabilidade, uma fé sincera e simples no código social, uma capacidade de viver na conformidade do mesmo. O indivíduo compreendia tôdas as atividades sociais e, em maior ou menor grau, participava

das mesmas. Os membros daquelas comunidades não trabalhavam em conjunto por força de uma coação social ou legal. O Código Social e os desejos dos indivíduos eram quase idênticos.

Mas à medida que os estudos de Le Play se dirigiam para o Oeste, iam observando comunidades mais industrializadas, mais urbanas; lealmente, porém, assinala Le Play, a comunidade industrial perdia a capacidade para a paz e a estabilidade; o sentimento de cooperação espontânea e efetiva se mostrava quase inexistente.

Após expor as conclusões de Le Play, Elton Mayo afirma que, neste momento (seu trabalho data de 1941) três abusos característicos fazem sua aparição: o "abuso da riqueza", pois o dono "desconhecido" não pode, realmente, cooperar com aqueles cujas atividades dirige; o "abuso da ciência e do conhecimento", pois a suposta ilustração acadêmica tende, cada vez mais, a atacar e destruir as tradições em que repousa o sentimento de cooperação e o "abuso do poder", pois o aniquilamento das instituições tradicionais leva à concentração do poder na autoridade política central que, mesmo nominalmente democrática, se move necessariamente na direção da ditadura.

Emile Durkheim, também citado por Mayo, conclui, igualmente, que o "desenvolvimento industrial não somente diminuiu nossa disposição para trabalhar em conjunto, como também a soma de felicidade humana".

E assim resume Elton Mayo suas próprias conclusões sobre o assunto. A importância real dos estudos de Le Play e Durkheim, diz ele, "reside em demonstrar que a colaboração, em uma sociedade, não pode ser entregue ao acaso. História e tradicionalmente, nossos antecessores trabalharam em seu favor, e triunfaram. Durante um século de surpreendente progresso científico e material, abandonamos o esforço — verdade que por inadvertências — e estamos agora enfrentando as consequências. Cada grupo social

deve assegurar para o indivíduo e para todo o grupo:

- a) a satisfação de suas necessidades econômicas e
- b) a manutenção da cooperação organizada, nos hábitos sociais".

"Nossos métodos" acentua Mayo, "tendem todos para a eficiência; nenhum para manter a cooperação, isto é, o trabalho em conjunto".

Mas o "abuso da ciência", a que se refere Elton Mayo, tem repercussão muito mais profunda que a de "atacar e destruir as tradições em que repousa o sentimento de cooperação". E isto porque o desenvolvimento das ciências físicas colocou nas mãos do homem soma tremenda de poder, cuja utilização no sentido do bem coletivo, para criar e não para destruir, para o bem e não para o mal, para a vida e não para a morte, constitui o maior problema dos tempos modernos.

Urwick, o grande pensador inglês, assinala com acuidade de observação: "A principal causa dos desastres atualmente sofridos pela humanidade consiste na falta de equilíbrio entre o conhecimento, pelo homem, das ciências físicas e sua capacidade de compreensão das leis de organização social, necessárias ao controle do poder que aquele conhecimento criou..." "O que falta à imaginação que permita aplicar esse conhecimento aos problemas do momento; ou a habilidade, da parte dos que a possuem, de enfrentar uma corrente de filosofia política cuja raiz primária ainda é o egoísmo..." "... o propósito, o fim que hão de perseguir os que se dedicam à administração de cada grupo particular deve ser de tal índole que convoque o interesse do grupo como entidade, ao mesmo tempo que o harmonize com o interesse dos grupos maiores do qual é parte; isto, ao invés de postular ambições estranhas de alguns elementos deste grupo, como indivíduos ou como partes de algum outro agrupamento, social ou profissional. A administração somente poderá assentar-se em princípios quando esta premissa estrutural seja aceita..." "... oportunismo in-

dividual resulta, dadas as condições de nosso tempo, tão imoral e tão subversivo de uma vida ordenada, estável e cooperativa, como a mentira, a fraude e outros estilos de corrupção pessoal".

Em outras palavras, a imensa acumulação de poder nas mãos do homem iniciou uma revolução cultural que exige, inapelavelmente, uma revolução correspondente em nossas instituições. Como observa ainda Urwick, "novos valores éticos e espirituais devem ser forjados, com base e adaptação à cultura do presente e do futuro". O surgimento dos princípios de administração, acrescenta, indica o rumo que tais princípios parecem tomar e devem tomar, se desejamos resolver os problemas que ameaçam nossa civilização. Somente quando tais princípios se aperfeiçoam e sejam objeto de aceitação geral, como normas de conduta interna e externa entre os grupos sociais, teremos consciência dos problemas de controle social e disporremos de métodos para enfrentá-los, comparáveis em eficiência ao imenso poder que a ciência moderna, na ordem material, colocou a nosso alcance. Somente quando a violação de tais princípios fôr considerada tão anti-social como o assassinato ou a falsificação, estaremos moralmente preparados e contaremos com sanções equivalentes às exigidas pela época do vapor e da eletricidade, em que vivemos".

A extensão destas considerações gerais e o cuidado de escudá-las na autoridade de grandes estudiosos não significados, da parte do conferencista, outra coisa que o desejo de procurar um sólido ponto de partida para o desenvolvimento de considerações posteriores. Com base no que já se expôs, fizemos as seguintes e provisórias conclusões:

1ª) A recuperação moral na administração pública deve partir de uma filosofia informada no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, do bem comum sobre o bem de grupos ou de pessoas; e desde logo se vê que o esforço as-

sentar-se em base profundamente democrática;

2ª) Os princípios de administração devem amoldar-se ao rumo da formação de um novo código de valores morais.

Mais adiante se verá que a aplicação dos referidos princípios exige, a seu turno, uma nova atitude dos dirigentes para com os subordinados.

As conclusões acima referidas sugerem a grandeza e as dificuldades com que o problema é confrontado em nosso meio. Vêm a tálho de foice as palavras de Oliveira Viana "Certo, este trabalho de reeducação moral e cívica — indispensável à nossa adaptação às novas condições políticas do mundo — é aqui um trabalho mais difícil mais árduo do que em qualquer outro povo. Somos uma raça de homens profundamente individualistas. Estamos ainda muito próximos da velha mentalidade colonial — mentalidade de pioneiros, de desbravadores, de sertanistas, de fronteiriços, e em cuja consciência social ainda não se puderam condenar e cristalizar estes profundos sentimentos da solidariedade grupalista e nacional, tão característicos dos povos saxônicos, germânicos e escandinavos".

É ainda Oliveira Viana quem observa: "... o nosso processo educativo — no ponto de vista da educação moral — terá que ser orientado no sentido de desenvolver (pela ação da escola e das instituições extra-escolares) — o sentido da vida coletiva, de que carecemos inteiramente, este sentimento do grupo — profissional, local ou nacional".

Uma simples conferência não permitiria, é certo, que as afirmações do mestre fôsem profusamente ilustradas com a experiência de nossa administração pública. Mas devo pelo menos registrar fatos de nossa observação recente. Temos assistido, no Congresso, ao debate de problemas de profundo interesse nacional com as tribunas e galerias escassamente ocupadas, como temos presenciado reuniões — em que se decidem interesses de significação

restrita, com as dependências do Palácio Tiradentes superlotadas.

E, para assinalar problema que ocupa, no momento, as atenções da Câmara e os comentários da imprensa, vale referir o que ocorre com o Plano de Classificação de Cargos e Revisão de Níveis de Vencimentos dos Servidores Públicos Civis Federais. O Projeto respectivo vem tendo seu andamento retardado pela apresentação de centenas de emendas, em sua grande maioria traduzindo a pressão de interesses de determinados grupos e até mesmo de determinadas pessoas, o que tudo prejudica, em última análise, os interesses do funcionalismo em seu conjunto.

Mas também é de justiça realçar, a propósito, um fato confortador, significativo do surgimento de uma nova mentalidade no seio dos servidores públicos. Refiro-me ao movimento de algumas entidades de classe, do Rio e dos Estados, que se vêm batendo, com sacrifício de reivindicações imediatas, em favor da aprovação, apenas, das medidas de caráter geral, para que se obtenha a rápida e oportuna transformação do projeto em lei.

Afirmei, linhas atrás, que o esforço de recuperação moral deve assentar-se em base profundamente democrática, principalmente se entendermos a democracia como objetivando a procura do maior bem para o maior número de pessoas. Peço vênha para citar aqui, pela sua propriedade, os seguintes trechos esparços de Gustavo Corção em "As Fronteiras da Técnica..." "democracia é o regime da política humano, *intrinsecamente moral*, e oposta ao totalitarismo tecnicista e consequentemente amor e maquiavélico... A democracia, em largo sentido, é definida como política de substância ética, tem a morrinha do homem, a imperfeição do homem. Sua miséria deriva de sua própria grandeza... Se há crimes, persiga-se o crime; se há abusos, denunciem-se os abusos; se cresce a iniquidade, multiplique-se a vigilância... O bem comum da política democrática é *intrinsecamente moral*. Isto quer dizer que tem a ininterrupta

continuidade do fato moral... Em outras palavras: o bem-viver material de todos nós só é possível numa sociedade moralmente estruturada, porque não é possível imaginar que os cidadãos que renunciaram às virtudes da cidadania conservem intactas e até desenvolvam as virtudes da cooperação... Na política ética, como já disse, o bem-comum tem ao mesmo tempo dois aspectos: deve ser realizado já, aqui e agora, em cada conjuntura histórica; e deve ser conduzido para um ideal comum é planejado para uma certa data, com sacrifício do dia que passa. Será uma obra com inauguração marcada".

Também os objetivos de recuperação moral na administração pública, conforme procuraremos ressaltar no correr deste trabalho, devem ser indetificados num "ideal de longo alcance", prêso ao ideal do próprio regime democrático e tendo a personalidade humana como preocupação central de um esforço contínuo e sem desfalecimentos.

No que toca aos princípios de administração como indicação do rumo que devem tomar os novos valores éticos e espirituais referidos por Urwick, não se podem perder de vista as conclusões da gigantesca experiência sobre relações humanas realizadas num período de doze anos, de 1927 a 1939, na Hawthorne Works, da Western Electric Co., nos Estados Unidos. Não caberia, nesta conferência, o relato da experiência em seus pormenores e em suas diferentes fases, assim como o registro das observações e críticas fixadas pelos que a orientaram e conduziram. O estudioso encontrará farto material de consulta, a respeito nas seguintes obras: "Management and Worker, de Roethlisberger e Dickson e "Management and Morale", de Roethlisberger, ambas editadas pela Harvard University Press; Georges Friedmann "Problèmes Humains du Machinisme Industriel", Galimard, Paris e num artigo de Stuart Chase, traduzido para o português sob o título "Que faz o trabalhador gostar do trabalho?" e publicado na "Revista do Serviço Público, outubro de 1941.

Salientemos, da experiência apenas algumas breves conclusões gerais, com objetivo de posteriormente fixar o papel do chefe na recuperação moral dos grupos de trabalho.

Verificaram os experimentadores que o rendimento é, de qualquer maneira, uma forma da conduta social; que todos desejamos possuir uma capacidade socialmente reconhecida como útil; que os sentimentos e atitudes do trabalhador representam mais, na formação do moral do grupo, que todos os fatores materiais ambientes, reunidos; que a conduta do trabalhador não pode ser compreendida fora de seus sentimentos e sensações; que as manifestações destes sentimentos, a seu turno, não podem ser entendidas senão tendo em vista a situação total da pessoa e da pessoa unidade social e não apenas unidade de trabalho.

"Com muita frequência", observa Elton Mayo, "pensamos que a colaboração é algo que se possa obter por meio da lógica e dos recursos legais. Os estudos da Western Electric indicam que é muito mais questão de sentimento que de lógica. Os trabalhadores não são indivíduos isolados e sem relações; são "animais sociais" e devem ser tratados nesta conformidade". "Nosso desenvolvimento tecnológico foi tremendo nos últimos cem anos. Nossos métodos de tratar as pessoas ainda permanecem arcaicos".

Estas observações apresentam importância fundamental para um programa de recuperação moral na administração pública, problema que também depende menos de medidas legais e lógicas, e das próprias sanções, que da devida consideração às atitudes e sentimentos do funcionário e, principalmente, dos fatores ambientes — de ordem não apenas técnica mas também social, que condicionam tais atitudes e sentimentos.

Assim como, do ponto de vista estritamente "funcional", os planos da chefia, para promover a colaboração, podem vir a representar os fatores que evitem ou perturbem a colaboração efetiva, igualmente as medidas que visem à consecução de

um determinado "padrão" moral podem servir, paradoxalmente de obstáculos.

* *

A esta altura de nossas considerações, quando já se disse alguma coisa sobre a base digamos "filosófica" de um esforço de recuperação moral, é oportuno um breve registro, ainda que a largos traços, da realidade do problema na administração brasileira, antes de preconizar algumas medidas e providências que, em nosso modesto entender, podem ser adotadas.

Quando se fala em "recuperação moral" o que logo nos acode à mente, com prioridade, é o aspecto estritamente "ético" do vocábulo, a que antes nos referimos. Pensamos na prevaricação, no suborno, no peculato, no enriquecimento ilícito, no abuso e malversação do emprêgo dos dinheiros públicos, nas mil e uma modalidades, enfim, da corrupção e da desonestidade, desde a exigência de gratificações e favores para o andamento de papéis até o desvio de somas vultosas ou de bens do Estado.

São episódios que nos encham os olhos, na experiência da vida e na leitura dos jornais. Mas são episódios, convenhamos, peculiares a qualquer agrupamento social que sofra a pressão e influência dos mesmos fatores que aqui atuam. São episódios infelizmente frequentes em todos os setores de nossa administração, pública ou particular, civil ou militar, da administração direta ou indireta da União, assim como na administração dos demais níveis federativos. Mas eles não nos devem levar a uma generalização apresada pois se é verdade que são comuns, e apresentando caráter mais grave quando seus responsáveis são dirigentes de maior categoria, também não é menos verdade que o grosso do funcionalismo público é integrado por cidadãos dignos e cumpridores de seu dever.

Há funções que pela sua natureza, pelas condições que cercam seu exercício até mesmo, às vezes, em virtude de uma "tradição" que se vai insensivelmente formando, apre-

sentam casos mais freqüentes de infração às normas de regras da moral. Cito, exemplificadamente as do fisco, algumas de inspeção e fiscalização policiais. Ressalvo, desde logo, que ainda aí o mal constitui exceção e não a regra.

O poder social maior do que são revestidos seus agentes relativamente às pessoas com que normalmente lidam e as repercussões mais diretas do mesmo — o que tudo facilita a coação — explica, em grande parte, o fenômeno, a que certamente não está alheio o motivo da remuneração inadequada — e quando digo inadequada não quero dizer apenas insuficiente, como se verá mais adiante.

Por outro lado, ainda com relação ao primeiro sentido do "moral", que estamos examinando, e de notar-se a presença de uma atitude mais de "senhor" que de "servidor" mantida, não raro, pelo empregado público para com a clientela dos serviços administrativos. O desempenho da tarefa, notadamente nos serviços de contacto com o público inspira-se, às vezes, com que numa atitude concessão de "favor", como se o cliente, que afinal custeia, com seu sacrifício financeiro, a manutenção da máquina administrativa não fôsse, como na realidade o é, o mais legítimo beneficiário das atividades de seus "servidores".

Finalmente, e para não alongar a enumeração de fatos de todos conhecidos, registremos a ausência acentuada de uma noção mais definida de "responsabilidade". Este sentimento de responsabilidade, por si só, quando estruturado em sólidas bases morais, quantas normas e preceitos tornaria dispensáveis?

A recuperação moral na administração pública, no sentido "ético" até aqui apreciado dependerá, como já foi dito, de medidas de caráter geral que certamente já terão sido examinadas nas conferências anteriores deste ciclo, sobretudo às relativas à "família" e à "escola e meios estudantis".

Passemos, portanto, agora, ainda com um mero intuito de "diagnóstico", ao segundo aspecto do "moral" — aquele "estado de espírito

favorável" a que antes nos referimos e cujo exame destacará problemas mais diretamente ligados ao âmbito da administração pública.

A carência de tempo não permitiu melhor sistematização do assunto e por isso as diversas circunstâncias que passo a enumerar deixam de obedecer a uma hierarquia de importância e serão registradas à medida em que me acodem à mente. Demais, não me preocuparei em minuciá-las, mas apenas em referi-las, pois das mesmas me tenho ocupado em diversos trabalhos dados à publicidade e também em conferências anteriores pronunciadas nesta Escola.

O panorama de nossa administração pública é, nitidamente, um panorama marcado pela insatisfação de seus servidores — e a insatisfação ao lado do desinteresse pelo trabalho e da carência de qualidade de chefia, da parte dos dirigentes, representa, como se sabe, um dos fatores responsáveis pelo grau deficiente do moral do grupo.

Perquirindo as causas dessa insatisfação notamos, em primeiro plano, a falta de equidade no sistema de pagamento. Isso se deve, entre outras coisas, à ausência, até aqui, de um Plano de Classificação de Cargos, é dizer, de um sistema em que os cargos sejam escalonados não somente, como agora, em função de padrões de vencimento, mas de dadeiras ondas de reivindicatórias, na esfera dos três Poderes.

Além disso, a existência de privilégios na função pública — e deles já me tenho ocupado, documentadamente, em diversas oportunidades, inclusive na tribuna da Câmara — e a desigualdade de retribuição, no mesmo mercado de trabalho, para funções assemelhadas, provocam desestímulo, geram descontentamentos e deflagram verdadeiras ondas reivindicatórias, na esfera dos três Poderes.

Há mesmo, organizada à sombra destas reivindicações, explorando-as, fomentando-as e multiplicando-as uma verdadeira "indústria" de reclassificações e recebimento de "atrasados", que faz a fortuna de seus patronos e de surgimento, co-

mo já tenho assinalado, pela primeira vez em nossa história administrativa, a uma legião de milionários da função pública e milionários "legítimos" do ponto de vista formal. Também já tenho assinalado que a responsabilidade pelo estado de coisas pode ser identificada na órbita dos três Poderes.

As leis de favor, a seu turno, quase sempre obtidas pela demagogia, no intuito de obter ou consolidar clientelas eleitorais, aprofundam as desigualdades. E as leis de favor, são algumas vezes aprovadas ao arrepio da própria Constituição e geram outras tantas reivindicações.

Mas no âmbito do Executivo igualmente encontramos farta messe de decretos, decisões e diversos atos, impregnados do mais acentuado favoritismo. Dou como exemplos de triste memória, as célebres "Tabelas Únicas" e o conhecido escândalo dos "OO" de penacho.

As decisões judiciais, ao invés de solucionar, muitas vezes agravam o problema, impregnadas de um espírito privatista e marcadas pela tendência de amoldar a função pública às regras do direito privado.

O "empreguismo" e o "filhotismo" são outros tantos fenômenos que respondem pela insatisfação da massa dos servidores. O emprêgo público é por vezes transformado em meras sinecuras, para recompensar dedicações partidárias. A respeito, o exemplo mais espetacular em nosso meio é a da Secretaria da Câmara de Vereadores do Distrito Federal. O sistema do mérito, pelo qual se democratiza e moraliza o ingresso na função pública, não tem apenas um significado técnico mas também moral. Quem conquista, como tantos conquistam, seu lugar no serviço público, através do próprio esforço e do próprio merecimento, não tolera em se ver igualado e muitas vezes superados pelos que ingressaram ou ascenderam no mesmo serviço pelas portas do favor. O "desejo de justiça" como sabemos, é uma das mais fortes motivações da conduta humana no trabalho.

E de tal forma se têm aberto brechas no nosso sistema do mérito — uma das mais positivas conquistas em nossa política de pessoal — que, em numerosíssimos casos, o fato de o funcionário haver ingressado no serviço através de concurso, para integrar uma carreira profissional, passa a ser uma desvantagem, desde que para as mesmas funções, por intermédio de Tabelas Únicas ou de verbas globais como a de serviços e encargos, são admitidas pessoas com salário mais elevado e o que é mais grave, não raro prejudicando o acesso ou a melhoria funcional daqueles outros.

Outro desestímulo tem decorrido do critério atualmente em vigor para o preenchimento dos cargos em comissão e das funções gratificadas: o da chamada "livre escolha, baseada no fator confiança". Esse critério tem permitido, freqüentes vezes, a entrega dos postos de chefia a pessoas sem os requisitos mínimos para a função, como têm dado ocasião a que equipes de trabalho tenham sido entregues a chefes cujas qualificações sejam acentuadamente inferior às dos subordinados.

Sobrepondo-se, porém, a tôdas as circunstâncias apontadas, uma há, de raízes e repercussões mais profundas e que contribui decisivamente para que o moral do grupo se enfraqueça e, conseqüentemente, para que o espírito de cooperação se estiole. Refiro-me ao erro de uma atitude generalizada dos chefes para subordinados, no que toca à compreensão dos problemas humanos de trabalho. O servidor público vem sendo, de maneira geral, considerado pelos nossos chefes mais como simples "unidades de trabalho" que como "unidade social". E é com freqüência tratado não como um ser "humano que pensa e sente", mas como simples peça no mecanismo da empresa e peça que os dirigentes tentam manobrar a seu talante, mais para satisfação de seus ideais próprios que dos ideais coletivos.

E mesmo aqueles que se preocupam, com inegável sinceridade, com o bem-estar dos seus subordi-

nados, levam em predominante conta os fatores de ordem material que condicionam este bem-estar, esquecendo-se de que, segundo demonstram as experiências de relações humanas, mais importantes que o salário, o ambiente, o instrumental e as condições de trabalho são, como já vimos, as atitudes e sentimentos do trabalhador. Também já se viu que tais atitudes e sentimentos — a respeito da política do pessoal dos chefes e colegas, das normas e da disciplina de serviço — não podem ser compreendidos sem a apreciação da história pessoal de cada um e daquilo que se poderia denominar a “situação total do trabalho”.

Iria longe nestas considerações, sobre assunto que tanto me tem preocupado em meus modestos estudos, qual o de alinhar os característicos de uma direção predominantemente autocrática, em que a coação se erige em norma e a persuasão em exceção.

Mas urge passar a outra parte do trabalho, precisamente a de caráter mais objetivo, se não mesmo mais importante, em que tentarei apontar os remédios que pareçam mais indicados.

Encerremos, portanto, este capítulo, afirmando, em síntese, que, como decorrência das circunstâncias acima referidas, do descontentamento, das ondas reivindicatórias, do grau deficiente de moral do grupo, do individualismo que, num círculo vicioso, gera tais efeitos e se alimenta dos mesmos, a impressão que se tem é a de que a máquina administrativa funciona não dentro de suas finalidades principais de servir à comunidade mas, sim, no de atender a si própria.

No que se refere às infrações dos códigos de moral, em seu sentido ético, é óbvio que se torna necessária uma ação mais enérgica e de resultados mais positivos, relativamente à apuração de responsabilidades e aplicação das respectivas sanções. Pesquisa interessante, mas necessariamente demorada, seria a que objetivasse, através de dados estatísticos, verificar quantos processos administrativos se têm instau-

rado entre nós e quais os que alcançaram resultados práticos. As conclusões seriam certamente desanimadoras, inclusive porque indicariam que os fatos punidos recaem, quase sempre, na esfera dos pequenos delitos e raramente na dos grandes crimes contra o erário público, precisamente os que repercutem, com maior força, na moral coletiva. E esta pesquisa teria de ser acompanhada de outra, de realização praticamente impossível: a que visasse identificar os numerosos casos que sequer foram objeto de denúncia e muito menos, portanto, de apuração e punição.

Mas a sanção, e a aplicação de medidas disciplinares, estatutárias e mesmo penais devem ter como finalidade corrigir, evitar a repetição de faltas e não propriamente, castigar. Isto sugere outra ordem de considerações, de maior profundidade e alcance. Relacionam-se com a necessidade em que nos encontramos, na administração pública, de adotar métodos de controle predominantemente *a posteriori* e não, como sucede entre nós e, de maneira geral nos países latinos, predominantemente *a priori*.

Nossos sistemas de controle partem do presuposto de que o indivíduo é desonesto e por isso precisa ter a sua atuação previamente manietada por um conjunto de exigências, formalidades e prescrições que dificultam o trabalho dos que realmente querem realizar e, afinal de contas, não impedem os propósitos incorretos ou criminosos.

Assim como, sob a influência do medo o indivíduo se preocupa muito mais em evitar a sanção que em bem executar a tarefa, e da mesma forma a submissão a um rígido controle *a priori* centraliza as atenções e preocupações no mero e inócuo cumprimento de formalidades.

Demais, o controle resulta inútil, porque nem é aplicado oportunamente e nem é acompanhado de sanções.

Nossos sistemas de controle cingem-se, em sua aplicação a um controle meramente formal, de papéis, recibos, faturas, atestados e coisas deste gênero. Não se verifica, por

exemplo, se uma obra foi efetivamente realizada mas apenas se os respectivos comprovantes se encontram em ordem e selados.

De outro lado, a excessiva discriminação orçamentária dá lugar à chamada "química", ora utilizada pelos que realmente querem imprimir um cunho de realização às suas atividades, ora, já em caráter de pretexto e abuso, aos que visam locupletar-se com os dinheiros públicos.

Tudo isto nos leva a ressaltar a necessidade, cada vez maior, de uma reforma administrativa de profundidade. É assunto que tive ocasião de versar demoradamente nesta Escola, na conferência aqui pronunciada em setembro de 1953, quando examinei e pus de confronto, identificando analogias e discordâncias, o projeto do Governo, o esboço de Juarez Távora e o parecer da Comissão Interpartidária. Dispensamo-nos, por isto de novas considerações sobre o assunto, que parece vai ter novamente andamento no Congresso, para isso já se tendo constituído uma Comissão Especial mista, de Deputados e Senadores.

À primeira vista, os objetivos de uma reforma administrativa parecem distanciar-se de um propósito de recuperação moral. Assim não é, entretanto, se encararmos o problema, levando em conta todos os fatores ambientes de trabalho. De mais, uma das causas que facilitam a corrupção tem suas raízes remotas no emperramento da máquina administrativa, o que leva muitas pessoas àquele conhecido propósito de "criar dificuldades para vender facilidades".

Mas uma reforma administrativa para atingir tal finalidade tem de efetivar-se, realmente, em bases profundas. E o projeto submetido ao Parlamento, como já tenho assinalado em diversas oportunidades, sem embargo de seus louváveis propósitos, não apresenta este característico.

Medida de grande alcance para o fortalecimento da moral do servidor público será, indubitavelmente, a do Plano de Classificação de Cargos. O respectivo projeto, acom-

panhado do de Revisão de Níveis de Vencimento, encontra-se em pleno andamento na Câmara, sob regime de relativa urgência e está em vias de ser encaminhado a uma subcomissão de que faço parte, na Comissão de Finanças. Pela primeira vez em nossa administração federal o plano de pagamento será estabelecido em bases mais racionais, porque resultante da prévia ordenação dos cargos em classes, segundo os respectivos deveres, atribuições e responsabilidade. Isto contribuirá, portanto, de muito, para sanar — ainda que a providência seja marcada, como é inevitável, de imperfeições e falhas — aquela falta de equidade que se encontra no cerne da insatisfação do funcionalismo, quebrantando-lhe a moral.

O Plano de Classificação, de outro lado, servirá também para situar em termos mais corretos o problema da promoção, de tanta importância no que diz com o "desejo de justiça" do servidor e que até aqui, apesar de todos os esforços, tem apresentado uma das falhas de nossa administração de pessoas, dada a carência de elementos objetivos em que possa assentar-se.

Ainda o Plano de Classificação irá, senão corrigir inteiramente, pelo menos atenuar de muito, outro problema agudo a que já me reporte: o da escolha de chefes e de isso porque o acesso às funções de chefia já não ficará mais entregues ao critério elástico e perigoso da livre escolha. Haverá delimitações, em cujas minúcias não posso aqui entrar, e que darão margem a um acesso aos postos de chefia baseado, entre outras coisas, na presunção da capacidade técnica e mesmo administrativas.

Mas voltando à falta de equidade no Plano de Pagamento torno agora a uma tecla em que tenho persistentemente martelado durante longa e por vezes penosa campanha de moralização administrativa, campanha que me tem custado incompreensões e injustiças, mas da qual não pretendo desistir. Quero referir-me à necessidade de se abolirem todos os privilégios na função pública. Creio desnecessário enumerá-los, tão

conhecidos são e dêles já me tenho publicamente ocupado, em artigos, entrevistas, discursos na Câmara e conferências pronunciadas em diversos setores, inclusive nesta Escola. A oportunidade, dentro das diretrizes do presente trabalho, é a de apontar corretivos para a situação. Duas medidas me parecem indispensáveis neste sentido: 1ª — fixação de um vencimento teto, e 2ª — abolição do anacrônico regime de percentagens na arrecadação e participação nas multas fiscais.

A fixação de um vencimento teto, com base nos vencimentos dos Ministros de Estado, significará, desde logo, um limite salutar à corrida para os salários exagerados, contendo assim privilégios e, de outro lado, terá grande alcance de ordem técnica — o de corrigir a verdadeira subversão da hierarquia onde o pagamento dos que executam excede, e não raro de muito, o daqueles que dirigem e têm todas as responsabilidades pelo êxito da ação final dos comandados. Não tenho dúvidas da perfeita exequibilidade da medida, do ponto de vista administrativo e constitucional. O Congresso já tentou-a duas vezes, mas duas vezes também o Executivo, infelizmente, vetou-o.

A abolição do regime de percentagens na arrecadação e participação nas multas fiscais — fonte de inesgotáveis privilégios — é providência que tenho suscitado e debatido em diversas oportunidades e por isso me dispensei de comentá-la aqui mais largamente. Desejo, porém, fixar seu grande alcance para o fortalecimento do moral do grupo, pois que o regime significa não apenas um privilégio dentro da massa de servidores mas dentro até da própria máquina arrecadadora, onde nem sempre os que mais contribuem para a arrecadação são os mais contemplados na divisão dos benefícios. Haja visto, por exemplo, a posição de inferioridade e injustiça em que encontram os exatores fiscais, em face de outros agentes do fisco.

Além disso, e é o que mais quero agora ressaltar — estou reforçando a conclusão, tendo em vista pes-

quisas e coleta de dados a que procede no momento, de que o regime, ao invés de contribuir para aumentar, tem servido para diminuir o montante da arrecadação.

Creio que ainda deveríamos ir mais longe na supressão dos privilégios, extinguindo os cartórios, em sua feição atual, em que se desviam somas fabulosas do erário nacional para o enriquecimento rápido de alguns. Seria o caso, portanto, de *oficializar e incorporar ao patrimônio do Estado os serviços auxiliares da Justiça*. O sentido moralizador da medida é inestimável, por todos os títulos e salta aos olhos, inclusive porque o cartório, além do mais, estabelece, dentro dêle mesmo, desigualdades gritantes entre os subordinados e os seus felizes proprietários, detentores de um privilégio de ranço feudal, que custa a crer ainda exista em nossos dias.

Não nos esqueçamos de que segundo a magistral lição de Marshall Dimock, um dos deveres da democracia é o de combater os privilégios e as vantagens injustas. Esta linha de ação não pode estar alheia a um propósito de moralização administrativa.

Precisamos, igualmente, reforçar e consolidar o chamado sistema do mérito, através do qual se moraliza e democratiza o ingresso na função pública, além de assegurar bases técnicas para uma correta seleção de pessoal. Não seria esta conferência o momento próprio para historiar a implantação do sistema do mérito entre nós, os obstáculos que enfrentou e tem enfrentado, seus períodos de brilho e declínio. Já enfilearemos algumas das "brechas", que se tem aberto no mesmo e todos se haverão de recordar, por exemplo, o período que se sucedeu a outubro de 45, quando se estabeleceu um nítido hiato nas medidas que até àquela época se vinham adotando. É certo que os concursos, do ponto de vista técnico, apresentaram e ainda apresentam diversas falhas. Mas não é menos certo que do ponto de vista moral êles significaram um dos aspectos positivos nos empreendimentos de racio-

nalização administrativa, a cargo do DASP.

Torna-se necessário ir progressivamente reduzindo, para final extinguir, quaisquer processos de ingresso no serviço público que não pautem na aferição do merecimento. O ideal seria abolir, por exemplo, as nomeações interinas e a admissão do pessoal por meio de verbas globais, reduzindo a um mínimo o número de cargos isolados de provimento efetivo.

Do ângulo moral, em que estamos observando o problema, podemos observar que há uma distinção nítida, na generalidade dos casos, entre o pessoal que é admitido por medidas de favor e pessoal que ingressa através de concursos ou provas de habilitação. Há uma diferença básica de atitudes e propósitos entre os mesmos: aqueles procuram o arrimo de uma recomendação e se sentem obrigados a qualquer forma de "reconhecimento"; estes, conquistando pelo seu esforço e merecimento, um posto com que irão servir à coletividade, não se prendem a sentimentos de gratidão a favores recebidos e somente se sentem obrigados perante o interesse público.

Eis um fenômeno que tenho tido ocasião de observar em diversos setores da atividade pública.

O empreendimento de recuperação moral na administração pública tem de ser integrado, também, pelo esforço de assegurar a neutralidade política do serviço civil. Em outras palavras, para que se consiga um grau elevado de "moral" entre os empregados públicos, é preciso que se impeça sua dependência e se afaste sua intromissão nas atividades da política partidária. Não se preconiza, com isto, afastar a influência legítima da política na administração pública, ou seja, aquela que visa a fixar diretrizes, participar do planejamento da ação governamental e, pois, interferir sob este aspecto no funcionamento da máquina administrativa.

Mas já é tempo, sem incorrer no rigorismo das práticas inglesa e americana e sem adotar a incompatibilidade do *status* do funcioná-

rio com o mandato político — o que destoaria de nossas tradições e fugiria às próprias tendências atuais dos países que adotam restrições neste sentido, já é tempo, dizia, de pelo menos afirmar tal incompatibilidade, como já tive ocasião de afirmar alhures, "com relação aos cargos de chefia mais elevados e àqueles que, pela sua proximidade com o poder, indiquem a respectiva inclusão". Não é possível continuarmos com a orientação de permitir que ocupantes de postos-chave na administração se candidatem a cargos eletivos com as consequências que se conhecem, nem que cargos de grande responsabilidade administrativa sejam prometidos e distribuídos depois dos pleitos tendo em vista compromissos partidários.

Ainda outra providência me parece necessária, no desenvolvimento do esforço que vimos analisando: a da criação da Justiça Administrativa. Em conferência pronunciada, o ano passado, na Escola do Estado-Maior do Exército, tive ocasião de afirmar, a propósito, entre outras coisas, o seguinte: "as decisões judiciais, entre nós, têm sido inequivocamente marcadas por uma tendência a amoldar a função pública às regras do direito privado, sob a evidente inspiração — nem sempre abertamente confessada — da tese contratual, de fundo civilista..." "Esse *privatismo* impregna, na prática, as decisões referidas. Em consequência, o predomínio do interesse coletivo — hoje linha mestra constitucional — dá lugar ao do interesse privado". "A letra fria da lei (e lei tantas vezes capciosa), como se seus dispositivos dessem outras tantas cláusulas contratuais, é o que passa a importar, relegados a segundo plano de consideração os interesses da coletividade".

Faço estas considerações sem o receio de que sejam argüidas de crítica audaciosa, em primeiro lugar porque elas não se referem ao Poder Judiciário como um todo e em segundo porque as minhas observações neste sentido já têm sido mesmo transcritas em decisões da própria Justiça.

Mas a verdade é que a aplicação de um direito nitidamente distinto como o direito administrativo exige Tribunais próprios.

Reporto-me, para não alongar o assunto, às seguintes palavras que também constam da conferência a que há pouco aludi: "... a existência de uma Justiça única não parece coadunar-se, em última análise, com o próprio princípio básico da divisão de Poderes. A realidade brasileira atesta a afirmação. Ora é o Judiciário invadindo atribuições de outros poderes, seja criando cargos (atribuição legislativa), seja nêles investindo funcionários (atribuição executiva); ora é a expedição de verdadeiras ordens, de caráter administrativo, aos dirigentes, o que os coloca num plano de subordinação efetiva".

Mas a recuperação moral na administração pública exige um esforço de outra natureza, que a todos os precedentes sobreleva: o esforço de preparar os chefes para tão nobres propósitos. Afirmei, de início, que aquela recuperação moral depende, em seu sentido mais profundo, da educação e já vimos agora que da educação orientada no combate ao individualismo e na aceitação do primado do bem comum. O que agora desejo particularizar é a educação dos chefes para que adotem êstes princípios como filosofia de vida e no mesmo sentido influenciem os seus subordinados.

Salienta o sociólogo alemão Simmel que as relações entre líderes e seguidores são as mais importantes de todas as relações sociais. Sabemos, por outro lado, que o exemplo dos chefes representa um fator decisivo para o fortalecimento do moral do grupo de trabalho. As atitudes do chefe condicionam, em alto grau, as atitudes dos subordinados em todos os escalões da hierarquia. White assinala, neste sentido, que um elemento importante na construção do moral é a confiança dos subordinados na integridade e nos bons propósitos dos superiores. E acrescenta que há uma estreita relação entre moral e lealdade. Os administradores excepcionais inspiram ilimitado devotamento

entre os respectivos subordinados.

Quantas vezes o grau de moral de um grupo, de uma corporação, de uma repartição administrativa não se altera sensivelmente sob a influência, ora positiva, ora negativa, da atuação dos chefes?

Poderíamos citar inúmeras experiências de nossa observação. Destaquemos apenas, a título ilustrativo, duas experiências da administração brasileira, do conhecimento público. Todos sabemos como a nossa polícia civil no maior ou menor acerto de suas atividades e em sua maior ou menor repercussão na opinião pública, sofre a incontestável influência dos respectivos chefes. E é um fato recente o da verdadeira consagração do povo nos chamados "Cosme e Damião", que estão reabilitando no conceito público os elementos da Polícia Militar desta cidade, tudo isso fruto de uma atuação diretiva simultaneamente enérgica, compreensiva e impregnada de um nítido sentido educativo. Para êsse fim acredito, menos terão contribuído as expulsões a toque de caixa que a referida ação educativa e, sobretudo, o respeito e a simpatia da população. Aqui, como em outras ocasiões, o sentimento de importância e orgulho da tarefa e a consciência de uma capacidade socialmente reconhecida como útil representam fatores decisivos.

Por tudo isso não me canso de exaltar a significação do papel do chefe na atividade do grupo assim como a necessidade de que referido papel seja exercido num sentido de liderança democrática. Reporto-me, neste passo, a tudo aquilo que considere em outra conferência pronunciada nesta Escola, em junho de 1950, subordinada ao título "Psicologia do Chefe".

Estas considerações crescem de importância se encarmos o problema do ângulo dos cargos de maior graduação na hierarquia governamental e administrativa. Ainda não foi suficientemente identificada entre nós a profunda influência exercida nos agrupamentos sociais pelo exemplo dos dirigentes de maior categoria.

Tem muita razão, portanto, Oliveira Viana, quando afirma que o problema da renovação geral dos nossos métodos educativos e administrativos se reduz, no fundo, ao problema da reeducação das nossas elites dirigentes, acrescentando, melancolicamente, não haver país do mundo "em que a despreocupação pela formação intelectual e moral das suas classes dirigentes seja mais profunda".

É certo que não poderia, num final de conferência — até mesmo porque isto excederia de seus propósitos e da capacidade de seu autor — traçar uma política para um esforço de educação dos dirigentes e líderes.

Por isso e ainda porque minha contribuição pessoal não teria certamente significação maior, limito-me a recordar oportunas observações de Pigora, constantes do capítulo intitulado "Moral e Liderança", de seu magnífico trabalho "Liderança ou Domínio".

Mas antes de expor as considerações do mestre, desejo reafirmar a tese, que tantas vezes tenho procurado sustentar, de que todo o chefe, do mais modesto ao mais graduado na escala hierárquica, deve orientar o exercício de suas atribuições e responsabilidade numa atitude de *liderança*, naturalmente que guardadas as devidas proporções, segundo o escalão de chefia e a natureza e extensão do setor de trabalho.

Tanto como o líder como o subordinado, diz Pigora, podem numa gradação diversa, construir seu próprio moral. O líder, melhor integrado, necessita menos auxílio que outros neste sentido. Tem contacto imediato com a causa, que é fonte permanente de energia para ele. O subordinado é normalmente menos dedicado à causa. Abandonado a si próprio, pode facilmente ter a impressão de que a causa não merece dedicação e torna-se presa de influências desencorajadoras. Necessita o estímulo pessoal de líder para que o seu entusiasmo seja despertado.

O líder, continua Pigora, não pode criar o moral do nada, mas os elementos respectivos se encontram presentes em todo ser humano normal.

Através de quatro modalidades, acrescenta, a "auto-liderança" pode construir o moral:

1º) Identificar a causa. Encontrar a causa que alguém acredita merecer esforços é o primeiro elemento essencial do moral. Só o completo devotamento pode erguer o grau de lealdade que soluciona conflitos e integra aspirações diversas. Quem quer que tenha algo a que se dedique profundamente possui uma lealdade básica que centraliza sua vida.

2º) Viver na conformidade dos padrões pessoais. Há várias maneiras, esclarece Pigora, algumas das quais podem parecer ridículas a um estranho, mas que auxiliam o moral, contribuindo para o "auto-respeito". As coisas com que a pessoa mais se preocupa devem, de qualquer forma incorporar-se em sua vida diária, ou de outro modo esta perderá muito do seu significado.

3º) Outro tributário do moral é representado pelas realizações passadas. Muitas pessoas que tendem a subestimar suas próprias forças, podem haurir energias do que anteriormente hajam conseguido realizar.

4º) Finalmente, outro poderoso coadjuvante do moral é a boa saúde. O grau deficiente do moral não raro se relaciona com a baixa vitalidade. E a esse respeito a saúde mental é ainda mais importante que as satisfatórias condições físicas. Qualquer fator que contribua para dissipar aborrecimentos e evitar inspeções móbidas tende a soerguer o moral.

Mas o líder, ensina Pigora, não deve limitar-se a construir o próprio moral. Deve contribuir para que os subordinados, a seu turno, desenvolvam o respectivo moral. E neste sentido aponta dois caminhos:

1º) encorajá-los em todos os esforços que dispensam com o obje-

tivo da "auto-liderança" (especificamente, através das 4 maneiras expostas); e

2º) procurando fazer com que suas relações com os mesmos proporcionem uma atmosfera em que o moral se possa desenvolver.

O líder pode ajudar o subordinado a encontrar sua causa, compreendê-la e com ela identificar-se. Apellando para seus ideais, através do uso de símbolos, ele pode afastar os homens da monotonia dos atritos diários e dar significação ao seu trabalho. Pode, demais, ajudar os subordinados a sentirem-se parte no todo da empresa, por mais modesta que seja a tarefa de cada um.

É importante que cada subordinado mantenha o respeito de si próprio. Mas é igualmente essencial que cada subordinado se sinta apto a respeitar o chefe. O elevado moral de uma organização depende grandemente da lealdade do subordinado para com o chefe, o que se torna impossível quando ele não tem confiança no devotamento do líder à causa, em sua capacidade, em seu espírito de equidade, em sua compreensão. Ninguém, acentua Pigora, pode lealmente servir a um incorrigível displicente. Tem-se a impressão de que os esforços são despendidos em vão. O líder deve simbolizar e dar vida à causa dos subordinados.

Um grupo descontente com a atuação do líder, sobretudo quando esse descontentamento se assenta na discordância dos padrões morais do dirigente, dificilmente poderá manter moral elevado e servir com eficiência à consecução dos objetivos comuns.

É difícil, como observa já agora White, manter espírito de equipe numa organização cujos líderes sejam suspeitos de deslealdade, favoritismo, costumes astuciosos ou corrupção. Os rumores se infiltram em todos os setores de trabalho e se desenvolve, em muitos, a perigosa tendência a também fazer das suas". O moral, portanto, é também uma questão de atitude, opinião e convicção.

Precisamos reconhecer, de outro lado, que o moral do serviço público sofre o "handicap" de que suas falhas são logo objeto de farta publicidade e caem no domínio público, enquanto seus aspectos positivos — e tantos são eles — permanecem muitas vezes na sombra e no anonimato e não merecem o estímulo de sua divulgação.

* *

O problema da recuperação moral na administração pública, como se viu, é de extrema complexidade. Depende, em grande parte, da atitude e do exemplo dos chefes. E para encaminhar as soluções, que necessariamente requererão esforços a longo prazo, precisamos também, de um lado desenvolver pesquisas no sentido de identificar quais os fatores que realmente perturbam o moral de nossos grupos de trabalho, procedendo, inclusive, quando para isso estivermos preparados, a experiências semelhantes às realizadas pela Western Electric; de outro lado, deveríamos incluir entre as finalidades da administração pública aquela função educativa de que nos fala Ordway Tead.

Alguém poderá estranhar que o conferencista vindo, há tanto tempo, se batendo por algumas das medidas aqui preconizadas, ainda não as haja concretizado em projetos de lei. É que, em nosso entender, faz-se mister previamente, como dizem os americanos "vender a idéia", preparar o terreno, criar condições para a oportuna aceitação daquilo que se deseja ver transformado em medidas concretas. É o que venho procurando fazer nos debates parlamentares e em conferências, cursos e artigos publicados na imprensa.

Alimento, cada vez mais, a profunda convicção de que os nossos problemas de administração, como tenho reiteradamente afirmado, são cada vez menos técnicos e cada vez mais éticos. O primado indiscutível dos valores morais deve inculcir em cada um de nós — estudiosos, administradores, responsáveis em qualquer setor, pela condução da

coisa pública — que concentremos nossas preocupações no esforço de recuperação moral, que será em última análise, o próprio esforço de

salvaguarda de nossas instituições e do regime democrático, sob o qual exercemos e deveremos sempre exercer a nossa soberania.

SEMANA DA ECONOMIA NA VILA MILITAR

ENTREGUE À POPULAÇÃO CIVIL E MILITAR DE DEODORO A MAIS NOVA AGÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Os festejos da “Semana da Economia”, anualmente comemorada nos últimos dias de outubro, terminaram, este ano, com a entrega da “Agência Deodoro”, não só à guarnição da Vila Militar mas também aos moradores de uma das mais populosas zonas dos subúrbios cariocas.

A sonelidade inaugural teve início quando, a convite do almirante Augusto do Amaral Peixoto, presidente da Caixa Econômica, o general Zenóbio da Costa hasteou o Pavilhão Nacional e, em seguida, os presentes entraram no recinto da agência, depois de desatada a fita simbólica pelo coronel João Manoel Tinoco, representante do Ministro da Guerra.

Após a bênção das novas instalações pelo capelão da Vila Militar, o almirante Amaral Peixoto, em rápidas palavras, agradeceu a colaboração do Exército para que se concretizasse a iniciativa da Caixa Econômica, dando a palavra ao embaixador Baptista Luzardo que, como orador oficial da cerimônia, exaltou a compreensão dos altos chefes militares que apoiam a campanha de incentivo à previdência nos quartéis. No tocante à nova agência, o orador manifestou o reconhecimento especial da Caixa Econômica aos comandantes que, a exemplo dos generais Zenóbio da Costa, Azambuja Brilhante e Segadas Vianna, emprestaram toda assistência à execução de um plano de relevante alcance social.

Por delegação do comando da Vila Militar, o general Amaury Kruehl elogiou o alto sentido patriótico das atividades da Caixa Econômica nas unidades militares, salientando os benefícios que todos colhem da prática habitual da economia, virtude que enobrece quem a cultua, como norma de vida.

A pedido do presidente da Caixa Econômica, o general Segadas Vianna, comandante da 1ª D.I., descerrou a placa comemorativa da inauguração, entre palmas dos presentes.

A reunião terminou com um churrasco oferecido pela oficialidade da Vila Militar aos convidados.

A SITUAÇÃO ATUAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

ROBERTO PINTO DE SOUZA

Fala-se muito da situação difícil em que se encontra a economia nacional e alega-se habitualmente originarem-se as dificuldades da extraordinária expansão dos meios de pagamento, expansão responsável por uma das maiores inflações da história econômica brasileira. Há muito de acerto nessa alegação, porém, esse acerto cobre apenas uma pequena parte da verdade. Isto porque, na realidade, a inflação é tão só um dos fatores que estão agindo no sentido de perturbar a marcha da economia nacional e, talvez, seja antes uma consequência do que propriamente o fator dominante. Mas, este é um assunto que escapa ao âmbito deste pequeno artigo. O fato importante a ressaltar é ser a situação difícil atual a resultante de um complexo de fatores que atuou sobre a economia brasileira, rompendo o quadro de sua estrutura tradicional, fruto de uma lenta evolução, sem que houvesse tempo para que se erigisse outra estrutura capaz de dar estabilidade à economia do país. A situação difícil presente é, assim, uma decorrência antes estrutural do que conjuntural. Dêse modo, as soluções para as dificuldades presentes situam-se, principalmente, no campo da estrutura econômica e não no da conjuntura. Infelizmente, não tem sido esta a interpretação dada pelas nossas autoridades. Existem, não há dúvida, exceções, como a do Sr. Horácio Láfer quando Ministro, criando o Banco de Desenvolvimento Econômico, cujas finalidades se prendiam ao financiamento das obras necessárias à alteração da estrutura eco-

nômica nacional. No intuito de ventilar essa questão, articulamos alguns fatos (*) e idéias em torno do ponto acima referido, e que constituem o tema do presente artigo.

O primeiro elemento a ressaltar no desenvolvimento recente da economia brasileira é a acentuada alteração verificada na orientação do progresso da economia nacional. Pode-se dizer que até 1930 a economia do país cresceu através da expansão da produção para o fornecimento de bens ao mercado internacional. Depois de 1930 começou o desenvolvimento da economia brasileira a se fazer em torno da produção para o mercado interno. E o traço marcante dessa passagem, ou melhor, dessa nova orientação econômica, é a expansão industrial que se verificou após 1933, e que se exacerbou com o advento da Segunda Grande Guerra, e prosseguiu em ritmo mais acelerado depois de cessadas as hostilidades em 1945, tendo alcançado o seu apogeu entre 1947-1954.

Tal evolução veio acompanhada de certos característicos, cujos aspectos principais convém apontar. Assim, verificou-se maior crescimento da produção industrial do que da produção agrícola. Isso se explica pelo declínio das exportações dos produtos agrícolas tradicionais ocorrido nos anos trinta em virtude da crise e nos anos quarenta devido à guerra. Esse fato é verificável através das taxas de crescimento, durante o referido período, da produção industrial e da produção agrícola. A primeira apre-

(*) Os dados referentes aos fatos foram colhidos no excelente estudo sobre a "Situação Econômica Nacional" preparado pela equipe B.N.D.E. — CEPAL.

sentou uma taxa anual de crescimento de 4 %. O segundo ponto a notar é prover a taxa de crescimento da produção agrícola do desenvolvimento tão só daqueles setores destinados a atender a procura do mercado interno proveniente do crescimento natural e vertiginoso da população (2,5 % ao ano), da elevação do nível de vida e da urbanização. O terceiro ponto a mencionar é o desenvolvimento do sistema de transportes (rodoviário e aéreo) ligado às novas fontes de produção industrial e agrícola e estagnação e algumas vezes decadência do sistema de transportes ligado aos setores tradicionais da produção agrícola e de produtos primários para a exportação.

Essa alteração na orientação do desenvolvimento da economia brasileira imprimiu ritmo de crescimento muito mais rápido do que o que se vinha verificando. Isto se explica pelo desenvolvimento paralelo do mercado interno e da produção para atender à procura desse mercado. Dessa forma, a ampliação das atividades econômicas repercutia no mercado interno ampliando-o, e a expansão do mercado interno refletia nas atividades econômicas, alargando-as. Tinha-se assim um duplo efeito nas repercussões, o que permitiu a atuação mais forte do multiplicador e do princípio de aceleração.

Este fato é perceptível na taxa de crescimento da renda real "per capita", que atingiu em média 4,4 % por ano. Convém ressaltar, porém, que essa taxa "per capita" não reflete muito bem o progresso verificado na economia brasileira, pois sendo o país muito vasto e composto de regiões tão diversas, o crescimento econômico não pode se fazer de modo uniforme. Daí, o desenvolvimento ter se verificado com maior intensidade nas regiões do sul do país do que o acusado pela taxa 4,4 %, pois, foi nessas regiões que o surto da industrialização e da produção agrícola apontados realmente se realizou. E, levando-se em conta que 50 % aproximadamente da população se concentra nas referidas regiões, pode-se dizer que a taxa de crescimento da renda

real "per capita" no sul do país foi de cerca de 8 %, uma vez que no restante do país a produção se manteve relativamente estacionária.

É interessante analisar os fatores que propiciaram esse desenvolvimento econômico. Seria enfadonho, porém, mencionar todos. Por esse motivo, limitar-nos-emos não só aos principais, mas aos principais que se verificaram nestes últimos dez anos. Podemos circunscrevê-los a dois :

- a) substancial entrada de produtos pela importação ;
- b) apreciáveis investimentos.

No tocante ao primeiro deve-se notar que vários fatores contribuíram para a sua realização. Dêstes mencionaremos apenas os seguintes :

1) liquidação das reservas de divisas acumuladas durante a guerra, reservas que atingiram algumas centenas de milhões de dólares ;

2) formação de atrasados comerciais, que montam atualmente em mais de um bilhão de dólares ;

3) sensível melhora na relação de intercâmbio (terms of trade), pois para cada unidade exportada corresponderam três unidades importadas.

Estes três elementos, secundados por um controle qualitativo e quantitativo dos produtos importados, fizeram com que só fossem adquiridos no exterior produtos essenciais, ressaltando entre estes equipamentos e matérias-primas o que favoreceu o desenvolvimento da industrialização, de um lado, pela proibição de importar produtos industrializados de consumo e, de outro, por facilitar a importação de maquinaria e produtos primários.

Estes acontecimentos facilitaram indiretamente a realização de investimentos, que se tornaram apreciáveis devido à atuação de outros fatos que atuaram diretamente sobre as aplicações de capitais. Estes fatos foram os seguintes :

1) poupança forçada ocasionada pela inflação não muito acentuada até 1953 ;

2) concentração de rendimentos nas classes mais abastardas, o que

as conduziu a investir em maior volume do que vinham fazendo;

3) taxa cambial favorável, pois enquanto os preços internos subiam impulsionados pela inflação, a taxa cambial fixa (o que significava preços estáveis para os produtos importados) e o controle da importação tornavam atraente a importação de máquinas e matérias-primas, portanto, a realização de investimentos no setor manufatureiro. E estes investimentos foram de tal ordem que permitiram, além da reposição dos equipamentos desgastados no processo de produção e da manutenção do estoque de capital "per capita" numa população em expansão de 2,5 % ao ano, houvesse um incremento líquido do estoque de capital "per capita" na taxa de 6 % ao ano. Isto foi possível graças a uma taxa média de investimento líquido em relação à renda nacional de 13 % ao ano.

Em 1955 a situação mudou: a evolução dos acontecimentos não se fez tão favorável como vinha ocorrendo. Essa alteração pode ser vista sucintamente analisando as ocorrências verificadas na importação e na exportação, os dois setores que melhor refletem a situação da economia brasileira.

No tocante à exportação houve, primeiro, diminuição no "quantum" exportado, e, segundo, declínio na relação de intercâmbio (terms of trade). Tais fatos repercutiram de modo bastante desfavorável sobre a economia interna, afetando sobretudo o volume de investimentos pela dificuldade que originaram de importar equipamentos.

No referente à importação, aliás, reflexo do verificado na exportação, o primeiro fato a salientar é o declínio da capacidade importar, ocasionado pelos dois acontecimentos mencionados no terreno da exportação, secundado pelo desvio de divisas para liquidar os atrasados comerciais formados em 1952-1953. O segundo é a progressiva inflexibilidade na importação decorrente do aumento da participação, no total das aquisições no exterior, dos itens relativos à alimentos, matérias-primas e combustíveis. Tal fato elevou o grau de incompressibilidade

da importação, ocorrência grave para a economia nacional, pois impossibilita reduzir cada vez menos as importações, uma vez que são elas formadas de produtos essenciais ao processo de produção nacional. Daí dificultar o equilíbrio da balança de pagamentos, visto que não é possível comprimir cada vez mais as compras no exterior, a fim de equilibrar a balança comercial. O crescente desenvolvimento da industrialização e do sistema rodoviário de transporte agravou esta situação, pois obriga a uma importação maior de combustíveis (atualmente alcança 280 milhões de dólares por ano), o que força o desvio de divisas para esse setor da importação, divisas que poderiam ser aplicadas na aquisição de equipamento, matérias-primas e produtos essenciais. O terceiro é o influxo insuficiente de capitais estrangeiros, o que colabora para acentuar o "déficit" do item "serviços" do balanço de pagamentos e impossibilita contrabalançar a saída das rendas de investimentos estrangeiros efetuados no país.

Pelos fatos apontados, vê-se que a economia brasileira atravessa uma fase difícil. É porém uma fase de transição, que será superada a prazo não muito longo, e os fatores que levarão a economia nacional a superá-la já se encontram em atuação, e dentro em pouco, iniciarão os seus efeitos benéficos sobre a economia do país. Quais são esses fatores? Podemos analisá-los, dividindo-os em dois campos:

- a) no setor da estrutura econômica;
- b) no setor do comércio internacional.

No tocante à estrutura, vamos ressaltar apenas três aspectos que nos parecem ser os de maior importância. O primeiro é o início da produção em larga escala, no país, de bens de capital. O segundo é o início da exploração, em base industrial, dos recursos minerais brasileiros, inclusive o petróleo. O terceiro, é a implantação e o desenvolvimento no país de indústrias químicas ligadas à refinação de petróleo e ao aproveitamento das jazidas minerais.

No referente ao comércio internacional, o primeiro aspecto a ressaltar são os efeitos no balanço de pagamentos dos fatores estruturais acima apontados, pois o desenvolvimento dos setores industriais mencionados ocasionará alívio acentuado nos gastos com a importação de bens essenciais hoje adquiridos no estrangeiro. O segundo ponto a salientar é o início de uma fase internacional de financiamento a longo prazo de bens de capital. Isso permitirá ampliar os investimentos industriais, uma vez não ser preciso dispor o país, inicialmente, de todo o volume de divisas, pois parte substancial é financiada pelo fornecedor estrangeiro. Além desse aspecto, deve-se considerar ainda os efeitos indiretos que esses financiamentos

determinarão no balanço de pagamentos, através de substituição de produtos importados por produtos de produção nacional.

A enumeração sumária desses fatos nos permite uma conclusão otimista sobre a situação econômica atual e a evolução da economia brasileira nestes próximos anos. A situação presente, apesar das dificuldades que revela, mostra não serem os problemas atuais insuperáveis. São problemas estruturais de uma fase de transição, que se anuncia bem curta. Os característicos da evolução que se prevê estão a nos indicar o rápido desenvolvimento que terá a economia brasileira nestes próximos anos, uma vez resolvidos os entraves que atualmente contém o ritmo do seu progresso.

Edições da AGIR

A Rússia Depois de Stalin — Isaac Deutscher — Trad. de Osório Borba
Filosofia do Governo Democrático — Ives Simon — Trad. de Edgard Godoy da Matta Machado

Inflação, Crédito e Desenvolvimento — Prof. Eugênio Gudín
Princípios de Economia Monetária — Prof. Eugênio Gudín (dois volumes)
Introdução à Economia Moderna — Alceu Amoroso Lima
Problema do Trabalho — Alceu Amoroso Lima
Política — Alceu Amoroso Lima

As Fronteiras da Técnica — Gustavo Corção
Manual de Psicologia Jurídica — E. Mira y Lopez
O Homem e o Estado — Jacques Maritain — Trad. de Alceu Amoroso Lima
Osório — Cel. J. B. Magalhães
Caxias — Gustavo Barroso

Introdução à Análise Econômica — Paul A. Samuelson

Livraria AGIR Editora

RUA MÉXICO, 98-B — Caixa Postal, 3921 — Rio de Janeiro

RUA BRÁULIO GOMES, 125 (ao lado da Biblioteca Municipal) — Caixa Postal, 6040 — São Paulo (S.P.)

AVENIDA AFONSO PENA, 919 — Caixa Postal, 733 — Belo Horizonte Minas Gerais

Atendemos pelo Serviço de Reembolso Postal

O PROGRESSO DO SERVIÇO DE SAÚDE NO BRASIL

Dr. MARIO PINOTTI.

O conceito de saúde pública assim como os métodos, objetivos e resultados conseguidos no campo sanitário, sofreram, a partir da última guerra, uma transformação.

Há poucos anos ainda, falava-se em "medicina preventiva" como o conjunto de medidas destinadas a "proteger" o indivíduo contra doenças infecto-contagiosas, assim como contra lesões ou afecções decorrentes de agentes físicos, químicos ou animais.

Hoje, já se pensa em termos de "medicina construtiva", como o conjunto de medidas capazes de conseguir que o homem tenha uma saúde melhor.

Da atitude meramente passiva em nossa política sanitária, passamos à ofensiva. É preciso que a saúde seja melhor. E as doenças infecto-contagiosas, desde que puderam ser perfeitamente combatidas, começaram a chamar-se doenças evitáveis, lembrar a responsabilidade que pesa sobre cada um de nós, tanto administradores quanto o cidadão comum, de que a existência de doenças desse tipo de doenças, é devido à ignorância, incompetência, relaxamento ou falta de recursos, tanto de uns quanto de outros.

Em relação às campanhas profiláticas também se operaram mudanças. De trabalhos para "controle das doenças" chegamos às campanhas para a "erradicação de doenças ou de vetores de doenças".

A tecnologia moderna merece os louros dessa profunda transformação de conceitos no campo sanitário. E só os atuais recursos profiláticos e terapêuticos permitiram se pensar em termos de "construção de saúde", "erradicação de vetores

ou doenças" e de "doenças evitáveis".

Hoje somos mais radicais quando nos referimos às endemias que nos afligem. Não pensamos que a solução de algumas delas dependa de melhoria das condições econômicas das comunidades afetadas. Podemos combater a doença em si e fazê-la desaparecer sem alterarmos fundamentalmente as condições de vida e de ambiente dessas populações.

O que fizemos contra a malária, contra a peste ou febre amarela pode ser repetido quanto ao tracoma, ao bócio, ou à doença de Chagas.

Naquelas doenças combatemos apenas o vetor da doença, o anofelino, o rato e sua pulga e o estegomíia. Este foi erradicado do Brasil. O anofelino da malária, combatido pelo DDT em cada casa da área malarígena, foi perdendo sua periculosidade e temilidade. O rato e a sua pulga, na infecção pectoral, diminuíram de importância com o advento dos inseticidas e roenticidas atuais.

Em cada uma dessas campanhas, permaneceram quase inalteradas, as moradias e comunidades beneficiadas, apesar da espetacular investida contra essas três endemias. O mesmo pode ocorrer quanto à boubá, ao tracoma ou à doença de Chagas, que podem ser reduzidas à expressão mais simples sem que sejam afetados o ambiente, as casas, a cultura ou os hábitos das comunidades que deverão ser beneficiados por essas campanhas.

Evidentemente, os objetivos dos serviços de saúde pública não podem ser considerados como atingidos, apenas com a erradicação des-

sas endemias. É preciso que também nossas atividades influem sobre as condições de vida e ambiente para que permita o ótimo de bem-estar físico, mental e social indispensáveis à coletividade hígida. Mas, enquanto não atingimos esse ideal podemos dedicar-nos esperançosos à eliminação das endemias, na expectativa de que as melhorias de ambiente e das condições de vida virão com a erradicação daquelas doenças e com o desenvolvimento progressivo da economia e da cultura dessas coletividades.

Há, no entanto, um grupo de doenças que se mantém ainda devido a esse mesmo ambiente, e às atrasadíssimas condições de vida e conforto em que vivem essas populações.

São as parasitas de origem gastro intestinal, as enteroses, as verminoses veiculadas com os resíduos do metabolismo humano e que penetram diretamente ou por via de um elemento intermediário (caramujo, mósca, etc.) no organismo do indivíduo são.

Como a eliminação dessas doenças não se pode efetuar apenas com a terapêutica ou a profilaxia contra o elemento veiculador, torna-se indispensável, atuar sobre o ambiente a fim de melhorá-lo.

O abastecimento de água, a remoção e o destino dos dejetos humanos são em sua complexidade, alguns dos fatores mais urgentes e importantes a serem solucionados para a melhoria imediata das condições de vida e saúde de alguns milhões de brasileiros dispersos em toda a nossa vastíssima área rural.

Como a exiguidade do tempo não permite estendermo-nos no exame detalhado de todos os nossos males, vamos apenas fazer um rapidíssimo apanhado de algumas de nossas principais endemias, especialmente porque a eliminação destas constitui objetivo imediato de órgãos especializados de saúde no Brasil.

Não queremos com isto reduzir de importância outras questões também presentes como a doença mental, as lesões de aparelho cardiovascular, os acidentes de trabalho ou as causas da mortalidade infantil.

Limitando nossa palestra às campanhas contra algumas doenças infecto-contagiosas evitáveis, queremos dar realce a um setor de nossas atividades sanitárias onde os recursos da moderna tecnologia poderão permitir um rápido avanço no sentido de eliminá-las da nosologia nacional.

Febre Amarela. Dos dois tipos, urbano e silvestre, cada um com seu transmissor. Apenas a forma silvestre interessa. A erradicação do *Aedes aegypti*, em tôdas as áreas do Brasil (o ultimo *A. aegypti* foi encontrado em abril de 1955, no sertão da Bahia) fez que desaparecesse a possibilidade de forma urbana da doença, aliás não registrada desde 1942.

A forma silvestre é combatida pela vacinação.

Esta vai adiantadíssima (cerca de 25 milhões de vacinações no período 1937-1955) em toda a área do país.

Profilaxia: a) Vacinação anti-amarilica;

b) Desinsetização.

Possibilidades: a) Manutenção do atual estado de zero para os índices de *A. aegypti* (prevenindo a entrada de exemplares desta espécie, a partir de áreas com o transmissor urbano);

b) Prosseguimento da vacinação nas áreas de febre amarela silvestre, até a extinção dessa forma de doença.

Peste. Praticamente erradicada.

Existem áreas para estudo e controle em Minas Gerais, além dos focos tradicionais do nordeste (Pernambuco, Alagoas, Ceará) e o foco do Estado do Rio (Teresópolis), quieto desde 1952.

Profilaxia: a) Medidas de anti-ratização e despoluição;

b) Terapêutica.

Possibilidades: Embora a peste bubônica seja uma epizootia que eventualmente se propaga ao homem no ambiente doméstico, existe a possibilidade de se limitarem os riscos de epidemias dessa doença com os cuidados constantes a vigilância permanente das áreas onde se referem casos da doença, até a completa extinção de casos humanos e mesmo em animais, da doença.

Malária. Até 1945, tínhamos, anualmente, 8 milhões de doentes, ao passo que atualmente podemos fazer uma estimativa de apenas 200 mil doentes, espalhados pelo Amazônia "hinterland" brasileiro. Em alguns Estados, quase desapareceu.

Raríssimos óbitos, devido a causas intercorrentes (idade, condições físicas, outras doenças).

No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, em Magé, apenas no mês de maio de 1944 registraram-se 1.400 casos positivos de malária, enquanto que em 1955, em 60 mil pessoas examinadas encontramos apenas 112 casos.

No Distrito Federal, desde 1952 que mantemos zero caso.

A simplificação da rotina de combate (DDT) e a assistência medicamentosa (UDA) permitiram atingir áreas enormes (seis milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados) onde moravam cerca de 25 milhões de indivíduos.

Anualmente borrifamos cerca de dois milhões e quinhentos mil prédios.

Possibilidades: Erradicação da doença nas áreas de fácil acesso. Por exemplo, podemos citar Pernambuco, que desde 1949 tinha uma área malárica inicial que compreendia 67 municípios, sistematicamente dedetizados. Verificamos que atualmente podemos realizar a suspensão das dedetizações em 45 municípios, mantendo os serviços em apenas 27, mantendo, no entanto, o serviço rotineiro de vigilância epidemiológica em toda a área malárica inicial, isto é, nos 67 municípios. Com isto economisar-se-ão cerca de 100 toneladas de DDT por ano.

No Ceará, também, devido à inexistência de casos de malária em 15 ou 16 dos 30 municípios que compunham a área malárica inicial, faremos a suspensão das dedetizações em 15 ou 16 municípios, mantendo vigilância epidemiológica em toda a área, com uma economia anual de cerca de 30 toneladas de DDT.

Em Sergipe, cuja área malárica inicial era de cerca de 35 municípios, verificou-se que nos últimos 3 anos, só foram constatados casos de malária em 6 municípios. Sus-

pendemos, portanto, as dedetizações em 17 municípios, mantendo em 18, inclusive os do Baixo São Francisco, com um serviço de vigilância epidemiológica em todos os 35 municípios da área malárica inicial, o que nos permitirá uma economia anual de cerca de 25 toneladas de DDT.

Bouba: Calculamos 500 mil doentes no Brasil. Com uma injeção única de um milhão e duzentas mil unidades de penicilina nos doentes, e meia dose, isto é, uma injeção de 600.000 unidades nas pessoas em contacto com os doentes, eliminamos a doença.

O tratamento pode ser feito pelas U.D.A.S. (Unidades Distribuidoras de Auxílios Sanitários), que não são postos mantidos pelo Departamento em todo o Brasil, baseados num trabalho voluntário gratuito de pessoas capacitadas das localidades do interior. O Departamento fornece o medicamento e as instruções, e fiscaliza a aplicação. O agente voluntário, que geralmente é uma professora, um padre, um fazendeiro, etc., aplica a medicação nos doentes.

A campanha do Departamento está sendo realizada em sua grande parte por meio das Unidades Volantes, que são equipes do Departamento que saem à procura do doente para medicá-lo, em vez de esperar que o doente procure o posto.

Lepra. A mancha negra de nossa civilização. O Brasil é o único país civilizado ainda manchado pela lepra. Tendo 100 mil hansenianos e apenas 22.384 estão hospitalizados, nos 36 leprosários, colônias e sanatórios que existem no país. Cinco mil casos novos são registrados anualmente. E 230 mil indivíduos em contacto diário com esses doentes correm o risco de adoecer. A moderna profilaxia de tratamento domiciliar ou ambulatorial da doença, as estimulantes perspectivas de cura dessa outrora temível doença de pele, ao lado de um entusiasmo sadio dos atuais responsáveis por essa campanha, abrem perspectivas de uma rápida transformação nos conceitos e prejuízos que obrigaram o internamento, isolamento e segregação de milhares de doentes em tô-

das as épocas da vida da humanidade.

Tuberculose. Sua mortalidade tem caído bastante entre nós. É bem verdade que isso está ocorrendo em tôdas as partes do mundo, em consequência, sobretudo, das conquistas terapêuticas, representadas pelo B.C.G., pelos antibióticos e pelos bacteriolíticos modernos.

Combatida com eficácia, a tuberculose está sendo considerada hoje mais uma doença que morre do que uma doença que mata.

Nos últimos 10 anos a mortalidade da tuberculose baixou em quase tôdas as capitais brasileiras. Em 1945, em 100 mil pessoas, morriam, 315,5 por tuberculose. Em 1950, morriam 193. Em 1953, registravam-se 93 mortos por tuberculose entre 100 mil cariocas.

No Distrito Federal, o número de óbitos diminuiu de 4.656, em 1950, para 2.410 em 1955.

No município de São Paulo verificou-se um decréscimo de 47,5 % entre 1950 e 1953.

Proporcionalmente a redução mais sensível foi experimentada pelo município de Recife, que de 1.506 óbitos em 1950, baixou para 665 em 1955, ou seja, menos 55 por cento.

Baixa de igual porte foi obtida em Porto Alegre (1.041 em 1950 e 629 em 1955). Todos os municípios das capitais (exceto Goiânia — 24 óbitos em 1950-1952, subiu a 37 óbitos em 1955), apresentaram em 1955 uma redução dos índices de tuberculose, que estão por volta de 40 % abaixo do nível de 1950.

Os tuberculosos não estão nas casas ricas e vitaminadas, nos escritórios bem instalados, com ar refrigerado, mas nas fábricas, nas oficinas de trabalho, onde milhões de brasileiros ganham apenas o suficiente para não morrer de depressa. Talvez por isso mesmo, por desfalar a humanidade das suas grandes forças humanas produtivas, por enfraquecer os braços que trabalham, a profilaxia e a terapêutica da doença foram caminhando com rapidez em busca do ideal de erradicá-la completamente de todo o mundo. Desde alguns anos que esse objetivo, erradicação da tuberculose,

está nos programas dos organismos internacionais que combatem a doença. A metodologia da luta contra essa doença transformou-se profundamente com os resultados obtidos com a vacinação e com os produtos terapêuticos e profiláticos atualmente existentes. Já não existe a imperiosa necessidade de se construir cada vez maior número de leitos hospitalares para tuberculose. A contínua melhoria dos índices de gravidade da doença nas comunidades trabalhadas por bons serviços anti-tuberculosos, permite reduzir progressivamente o número de leitos específicos para esta doença, com a possibilidade de atender outros problemas de saúde.

Esquistossomose. Problema agudo que infelicit 3 milhões de indivíduos e pode ocasionar danos em outros tantos.

O pauperismo e as precárias condições de higiene de muitas de nossas populações do interior, desprovidas de abastecimento d'água e sujeitas às contaminações maciças de infestação com água poluídas, assim como as dificuldades determinadas por uma medicação pouco eficiente, fazem que se torne realmente um problema de difícil solução, a cura desses milhões de indivíduos doentes e a proteção daqueles sob risco.

As medidas de combate a esta verminose estão ligadas àquelas de saneamento do meio, e devem, possivelmente, por mais influenciadas pelas melhorias das condições econômicas, culturais ou de progresso dessas comunidades, do que pelas medidas direitas de terapêutica ou de luta anti-molusco.

Profilaxia :

- a) Moluscocidas ;
- b) Terapêutica ;
- c) Saneamento do meio ;
- d) Educação Sanitária.

Possibilidades da Campanha :

Remotas quantas à ação direta, e à erradicação Lisonieiras, quanto à redução da gravidade da doença com a terapêutica adequada e a redução sanitária.

Doença de Chagas. Os danos humanos ocasionados pela doença são

apenas suspeitados pelos índices de triatomíneos e de "triatomíneos infestados pelo esquizotripano".

A campanha de erradicação é, relativamente fácil e exequível com a destruição das espécies domiciliares pelos inseticidas de ação tóxica residual.

Profilaxia : a) Destriatomização.

Possibilidades :

Erradicação dos triatomíneos responsáveis pela doença em um milhão de habitações nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Bahia e Rio Grande do Sul.

A destruição dos "barbeiros" existentes nessas moradias, e as providências para que essas casas sejam protegidas da infestação por êsses e outros insetos, além de resolverem em definitivo, o problema da Doença de Chagas, permitirão melhorar as condições de conforto dos moradores dessas casas, em sua maioria pobres residências primitivas, desprovidas de quaisquer recursos, atrativos e comodidades da época presente.

Tracoma. Esta virose, importada com emigrantes europeus e asiáticos constituiu um dos maiores flagelos das zonas secas do Nordeste, avançando para sul, ao longo do eixo da estrada de rodagem que liga o nordeste à capital do país, além de uma localização no interior paulista, que está se irradiando para o norte do Estado do Paraná, com as correntes nordestina e paulista, para a rica região cafeeira e de terras roxas, do setentrão paranaense.

Estimamos em cerca de um milhão e trezentos mil tracomatossos para o Brasil.

Profilaxia : Sulfas e antibióticos.

Diatermo coagulação.

Cuidados higiênicos.

Possibilidades : É justificável pensar-se na eliminação da doença em muitas das áreas endêmicas, especialmente naquelas em que o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições sanitárias aprimoram os meios de defesa contra a doença, assim como as medidas de profilaxia individual ou coletiva, capazes de reduzir a gravidade e impedir a propagação da doença.

Unidades volantes, medicação a domicílio, terapêutica pessoal, educação sanitária, são os elementos básicos da campanha contra o tracoma.

Bócio Endêmico. Doença de carência, cuja terapêutica e profilaxia são conhecidas há quase um século, não foi objeto, no Brasil, senão de medidas esporádicas e de boa vontade de curto fôlego, que não permitiram fôsem tomadas as providências capazes de fazer desaparecer, ou pelo menos, reduzir sua importância em nosso país. O levantamento das áreas bocígenas no Brasil ainda está em andamento. A Lei que estabelece a iodação do sal de cozinha já foi assinada e dentro em breve começará o fornecimento do sal de cozinha iodado às regiões necessitadas.

Profilaxia : Ministração de iodo (sal de cozinha, confeitos, etc.) :

Possibilidades : Completas. Desde que as populações das áreas com bócio endêmico no Brasil (cerca de 22 milhões de indivíduos vivem nessas áreas) recebem sua pequena dose diária de iodo (0,010 gr por quilo de sal de cozinha), deixarão de existir os enormes bócios determinados por carência, assim como deverão reduzir, consideravelmente os casos de cretinismo endêmico e suas nuances, ocasionadas pela falta de iodo.

Filariose. Verme sangüícola, transmitido de doente e são, pelo *Culex*. Endemia limitada a poucas grandes cidades (Belém, Salvador e Recife), embora em cada uma delas deva existir cerca de 50 mil doentes ou portadores de microfilárias.

Profilaxia : a) Campanha anti-cuicidiana.

b) Terapêutica contra a filária.

Possibilidades : Há grande possibilidade de erradicação da doença se eliminarmos o transmissor conhecido (*Culex fatigans*) dessas cidades.

A campanha contra o *culex* é perfeitamente exequível como ficou demonstrado pela campanha realizada no Distrito Federal, onde em sete meses de trabalho, o extinto Serviço Nacional de Febre Amarela conseguiu reduzir a zero os índices

altíssimos de *Culex* de vários bairros da cidade.

A terapêutica contra a filariose apenas serve para evitar o agravamento da infestação e é de valor muito relativo como profilático, porque não é ministrada aos indivíduos paucifiláricos que devem ser em grande número e passam despercebidos, embora possam constituir-se focos de difusão da doença.

Doenças de Nutrição: A alimentação pobre em proteínas é o flagelo dos povos sub-desenvolvidos, sobretudo da Ásia e de grandes parcelas de populações brasileiras, especialmente do norte e nordeste. Fome de proteína. Enquanto o brasileiro consome vinte quilos, o americano do norte pode dispor de oitenta quilos.

O Brasil é também um país desdentado. Perdeu desde cedo os dentes para mastigar, com alegria e entusiasmo, um bom e succulento bife, quando há. A falta de dentes tem sido uma das principais causas de recusa, de não aceitação, por parte do nosso exército, de indivíduos moços que se apresentam para a prestação do serviço militar.

Falamos em trigo, mas sofremos mais com fome de carne do que pão. Possuímos rebanhos mais que suficientes (60 milhões de cabeças de gado) para alimentar fartamente o povo de carne, leite e derivados, mas falta-nos o transporte e a industrialização.

Utilizamos métodos ainda primitivos de preparo, e, mais do que isso, a política da carne é objeto de interesses que nem sempre se ajustam à realidade brasileira.

Leishmaniose. Doença parasitária transmitida por mosquitos do gênero "*Phlebotomus*". Existem dois tipos: *Cutânea* (úlcera de Baurú) transmitida por flebótomos das matas, e *Visceral* (Calazar), transmitido por flebótomos encontrados próximos à habitação humana. Focos no Ceará (Sobral) e Bahia.

Profilaxia: Dedetização e tratamento pelos antimoniais trivalentes.

Possibilidades: Embora a leishmaniose visceral seja uma doença cujo hospedeiro intermediário seja o cão e alguns animais silvestres, a

eliminação da doença é possível com a destruição desses reservatórios de *Leishmania*, assim como pela destruição de vetor alado, o flebótomo, pelos inseticidas de ação tóxica residual.

Ancilostomose: A pior das verminoses, a mais prevalente, com índices de incidência variável para todo o Brasil. Cerca de 25 milhões de portadores de vermes com gravidade também variável.

Profilaxia: Hexilresorcionial e o tetracloretileno.

Possibilidades: Satisfatórias quanto à redução da gravidade das manifestações da doença, a fim de tornar os doentes de ancilostomose em simples portadores de ancilóstomos:

- a) vermífugos: hexilresorcionial e tetracloretileno;
- b) Saneamento do meio;
- c) Educação Sanitária.

A frase conhecida de Euclides da Cunha, de que o menino brasileiro já nasce velho, carregado de rugas, cheio talvez de decepções, talvez até já oposicionista... São os vermes. Dá-se uma enxada ao caboclo para trabalhar, e ele agarra-se à enxada para manter-se de pé! Faz da enxada um bordão da sua quase invalidez. Vive encostado, encostando-se por toda parte, incapaz de manter-se em pé, a prumo sem um encosto. Tem sido repetido que cada brasileiro carrega dentro de si nove doenças. Digo que carrega mais, carrega doze, conforme as circunstâncias.

As verminoses comem o Brasil todo. Em numerosas regiões brasileiras, todos os escolares entre 7 e 14 anos, sem exceção de um só, eram portadores de verminoses. A devastadora incidência da verminose resulta de hábitos primitivos, falta de saneamento, de água e de esgotos, em suma, de campanha de propaganda e educação sanitária a par das medidas de saneamento.

Não podemos deixar, ao finalizar nossa palestra, de pôr em relevo o grande interesse que o Ministro Maurício de Medeiros tem revelado, não só pelas campanhas contra as endemias rurais que o DNERU está

desfechando em todo o território brasileiro, como também pela solução a outros graves problemas de

saúde, afetos a outros órgãos do Ministério que êle tão superiormente dirige.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

I EXPOSIÇÃO DE ESTUDOS E MOTIVOS ALIMENTARES

Contribuição do SAPS às comemorações do primeiro aniversário da administração do presidente Juscelino Kubitschek

O SAPS participará das comemorações do primeiro aniversário da administração do presidente Juscelino Kubitschek, a serem realizadas nos últimos dias de janeiro e nos primeiros de fevereiro do ano vindouro, com a inauguração da I Exposição de Estudos e Motivos Alimentares.

Essa exposição vem sendo organizada desde o ano passado, mas a atual direção geral do SAPS e a Divisão de Propaganda resolveram intensificar os trabalhos preparatórios para que ela possa ser oferecida ao povo do Distrito Federal, no "hall" de entrada do edifício da Central do Brasil, no dia 31 de janeiro, data em que tomaram posse, em 1955, os Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart na presidência e vice-presidência da República.

A I Exposição de Estudos e Motivos Alimentares destina-se a dar ao povo, em geral, e também aos estudiosos da Ciência da Nutrição, uma visão global do que os órgãos técnicos do SAPS já realizaram nesse importante setor de suas atividades, desde a sua fundação até aqui. Reunindo numeroso material de interesse múltiplo, a Divisão de Propaganda, em colaboração com a Divisão Técnica, a Comissão de Estudos Técnicos e outros departamentos especializados do SAPS, dedicará uma das seções da Exposição à documentação dos trabalhos científicos e editoriais da autarquia, exibindo livros, folhetos, gráficos, fotografias e até animais utilizados nas pesquisas originais.

Além de oferecer uma visão precisa e completa da contribuição do SAPS ao desenvolvimento dos estudos da Nutrologia no Brasil, a I Exposição de Estudos e Motivos Alimentares terá também interesse histórico e sociológico, pois constituirá um quadro da história da alimentação no país, começando pela reconstituição do ambiente anterior à descoberta — com os alimentos utilizados pelos índios — passando pelo período colonial, com a introdução de alimentos europeus e africanos, até chegar à demonstração dos hábitos alimentares adquiridos em diversas regiões e às cozinhas típicas que se constituíram na fusão das influências demonstradas.

A seção dedicada à alimentação indígena será organizada com a colaboração direta do Museu do Índio (Seção de Estudos do Serviço de Proteção ao Índio), que acrescentará à Exposição um interesse antropológico.

CONTRADIÇÕES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Major JOSÉ GERARDO DE SALES

1 — GENERALIDADES

O processo das trocas internacionais encontra fundamento em extenso corpo doutrinário, no qual ocupa lugar de relêvo a chamada Teoria dos Custos Comparados, aqui tomada como termo de confronto e estudo.

Foi elaborada por David Ricardo, que é apontado por mestres no assunto como o "maior representante da Economia Clássica", assim entendida aquela que se orienta pelos ensinamentos que serviram de base econômica à transformação política do Liberalismo, encheu de tropelias e de idealismo o século passado e, pela força de seus postulados, ainda desperta vivas repercussões nesta atormentada metade do século XX.

Apareceu na esteira revolucionária que assinalou o advento da máquina e, por isso, não é de admirar que seja inglesa, como inglesas foram as metamorfoses que acompanharam o dealbar desta civilização industrial em que apenas ingresamos.

Foi — se me perdoam —, o batismo doutrinário de um mundo que nascia para novas concepções econômicas, cuja gênese deveria ser procurada no fervilhar de expedientes que alterava e subvertia o quadro da produção.

Por isso, e como qualquer outra doutrina econômica, embora possa ser estudada e compreendida como técnica pura, em termos de argumentação matemática, não dispensa — para ser devidamente interpretada —, uma necessária e oportuna ambientação social e histórica.

Esta a explicação para o desenvolvimento dado ao tema, que —

sem enveredar para o terreno dogmático e subjetivo de juízos de valor e preferências apriorísticas —, cinge-se estritamente:

- a singela exposição da Teoria dos Custos Comparados, tal como aparece em compêndios especializados;
- e flagrantes históricos onde a doutrina é situada face à evolução econômica e social dos povos, inclusive o Brasil.

2 — A TEORIA

De um modo geral a Teoria dos Custos Comparados tem como objetivo provar as vantagens do comércio internacional através da especialização regional da produção, e se fundamenta em duas premissas:

- uma de natureza econômica, em que as mercadorias que se trocam são consideradas em função do esforço humano dispendido em produzi-las;
- outra de feição nitidamente geográfica, que explora as diferenças de clima e de meio como argumento favorável à especialização regional da produção.

Seu corolário político é o Livre-Cambismo, que prega a total abstenção do Estado no processo produtivo e comercial, e se opõe ao Protecionismo, como fórmula adequada à diversificação da produção e à independência econômica dos povos. Exige, como pressuposto necessário, o pleno emprego.

Ilustrando o primeiro aspecto, é conhecido o exemplo de Adam Smith, apresentado com extrema clareza por Djacir Menezes em seu "Curso de Economia Política": "Se

se caçam duas côrças em um dia, e no mesmo tempo, com esforço idêntico, apenas um castor, — no mercado dois castores equivalem a uma côrça. Porque, se no mercado três côrças equivalessem a um castor, então os caçadores se entregariam à captura dos castores, e a oferta modificaria a relação de trocas”.

A influência geográfica, por sua vez, é patente. Ninguém duvida de que os climas temperados são mais aconselhados à cultura do trigo; de que banana é fruta tropical — pede sol quente e chuva farta —, enquanto as uvas, os vinhos, e as maçãs se distribuem por outras latitudes. Ferro e carvão — energia fácil —, predispõem à industrialização, da mesma forma que há economias que a natureza parece haver rotulado com um destino agrícola.

Tôda esta argumentação florindo numa época em que as vias de comunicação ganhavam desenvolvimento e importância; quando aparecia um Macadam para pavimentar as estradas, e canais recém-abertos punham em comunicação águas antes isoladas; o vapor multiplicava a energia do braço humano e a locomotiva barateava o transporte e criava novas e vigorosas condições de intercâmbio; tudo parecia recomendar a especialização regional da produção e o conseqüente incremento das trocas.

Este o ambiente histórico, o bérço econômico da Teoria, apresentado por Ricardo em seus fundamentos, completada — depois — por Stuart Mill através da fixação das taxas de troca.

Em sua exposição alguns autores, por uma coincidência que merece destaque, escolhem método demonstrativo em que aparecem, citados

como exemplo, dois países sintomaticamente chamados:

- de Europa, região para a qual a tendência industrial se recomenda e personaliza na produção especializada de vestuário;
- e América, para a qual a atividade agrícola é insinuada através da especialização na produção de alimentos.

Supõe-se então: A Europa como possuindo 15 unidades de produção, sendo cada uma delas capaz de produzir 10 milhões de unidades de alimentos ou oito milhões de unidades de vestuário, numa relação de produção que varia de 10:8; a América como possuindo 10 unidades de produção, com uma capacidade unitária de 10 milhões de unidades de alimento, ou, apenas, três milhões de unidades de vestuário, numa relação de 10:3.

Considerando-se, num primeiro estágio, as duas regiões como economias isoladas, não se admitindo — por conseguinte —, o comércio entre elas, claro que as conclusões a tirar são as seguintes:

1) Europa:

- se as 15 unidades de produção fôrem totalmente empregadas na produção de alimentos, o resultado será 150 milhões de unidades de alimento, e nem uma sequer de vestuário ($15 \times 10 = 150$);
- se, pelo contrário, as 15 unidades de produção forem empregadas em vestuário, certo teremos 120 milhões de unidades de vestuário, e nem uma de alimentos ($15 \times 8 = 120$);
- conforme se transfira uma ou mais unidades da produção de alimentos para a de vestuário, teremos os valores do quadro abaixo:

Unidades	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	00
Alimento	150	140	130	120	110	100	90	80	70	60	50	40	30	20	10	—
Vestuário	—	8	16	24	32	40	48	56	64	72	80	88	96	104	112	120
Unidades	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15

cujas relações de produção encontram tradução analítica numa expressão algébrica que chamarei *Equação de Produtividade* (1), a qual — representando y milhões de unidades de alimento, e x milhões de unidades de vestuário —, é, para o caso da Europa, a seguinte:

$150x + 120y - 18000 = 0$ (1)
— finalmente que — sendo a capacidade de cada unidade de produção 10 milhões de unidades de alimento ou simplesmente oito milhões de vestuário —, o custo de cada uma das últimas é 10/8 vezes maior

que das primeiras, ou seja — cada unidade de vestuário sai por 1,25 unidades de alimento.

Aqui já cabe uma primeira observação: para a Europa o intercâmbio só interessaria, com respeito aos dois produtos estudados, se se revelasse possível obter alimento a trôco de vestuário a uma taxa inferior a 125; ou trocar vestuário por alimento a taxa superior.

2) América:

As mesmas considerações, formuladas com relação à América, conduzem aos dados abaixo:

a) Quadro de valores

Unidades	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
Alimento	100	90	80	70	60	50	40	30	20	10	—
Vestuário	—	3	6	9	12	15	18	21	24	27	30
Unidades	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

b) Equação de produtividade

$$100x + 30y - 3000 = 0 \quad (2)$$

c) Preço-limite de 10/3, ou seja — 3,33, como condicionante de comércio satisfatório.

Estabelecido agora o intercâmbio entre as duas regiões, o que vai acontecer? O comércio é não só possível como vantajoso entre os preços-limites de 1,25 e 3,33 — a Europa especializada na produção de vestuário —, a América na de alimentos.

A defesa da doutrina exige agora, apenas, a comprovante de que — verificada a hipótese —, tenha aumentado a produtividade conjunta. Para isto, basta considerarmos inicialmente:

1) que a equação de produtividade de cada região, como economia isolada, é respectivamente:

— Europa:

$$150x + 120y - 18000 = 0 \quad (1)$$

— América:

$$100x + 30y - 3000 = 0 \quad (2)$$

1) Para a Europa:

$$150x + 120y - 18000 = 0 \quad (1)$$

2) que a equação de produtividade combinada — a Europa com a possibilidade de produção de 10:8, especializada preferentemente em vestuário —; a América com a possibilidade de 10:3, entregue à produção de alimentos —; os recursos existentes representados em 25 unidades de produção, será:

$$250x + 200y - 5000 = 0 \quad (3)$$

Admitindo neste segundo estágio — como estimativa fornecida pela Estatística —, que as necessidades da Europa perfazem 16 milhões de unidades de vestuário; às da América seis milhões: às do conjunto serão, obviamente, 22 milhões.

Quando não se admite o intercâmbio, a produção de cada região deve satisfazer às próprias necessidades e a produção conjunta será a soma das produções isoladas. As equações de produtividade fornecem, então, as raízes do problema:

$$\begin{aligned} x &= 16 \text{ milhões} \\ y &= 130 \text{ milhões} \end{aligned}$$

2) Para a América :

$$100x + 30y - 3000 = 0 \quad (2) \quad \begin{array}{l} x = 6 \text{ milhões} \\ y = 80 \text{ milhões} \end{array}$$

3) Para o conjunto :

$$\begin{array}{l} x = 22 \text{ milhões} \\ y = 210 \text{ milhões} \end{array}$$

Para a hipótese de intercâmbio, a equação (3) fornece as raízes procuradas ; que definem a produtividade conjunta :

$$250x + 200y - 50000 = 0 \quad (3) \quad \begin{array}{l} x = 22 \text{ milhões} \\ y = 222,5 \text{ milhões} \end{array}$$

Então : Para a mesma quantidade de vestuário produzida — 22 milhões de unidades — correspondeu, no regime de especialização regional, maior produção de alimentos, o que constitui vantagem indiscutível.

A “taxa de trocas”, os índices numéricos com que se efetuam as transações, reconhecidas necessárias, foi posteriormente estabelecida por John Stuar Mill : o valor das mercadorias transacionadas “ajustar-se-á de modo a igualar a procura à oferta, o que equivale a dizer que se ajustará de tal modo que iguale a procura de uma parte com a procura da outra”. É o que ele chamou a “lei da procura recíproca” responsável pelo equilíbrio entre as importações e exportações dos países atuantes. As vantagens mútuas do comércio são sobejamente comprovadas, desde que a produção global é acrescida com a especialização e o judicioso aproveitamento das tendências regionais. O que resta fazer, pois, é tirar cópias da teoria e espalhá-las pelo mundo, para que toda a humanidade possa usufruir de sua excelência.

3 — FLAGRANTES HISTÓRICOS

Assim, na realidade, ensinavam os ingleses. Os alemães, todavia, e os próprios americanos no norte — para ficar apenas em duas das mais representativas nações em um e outro continente — encaravam o assunto de maneira diversa. É o que será tratado aqui, sucintamente, o necessário para mostrar, em breve instantâneo, a orientação histórica destes países. Como remate, e à guisa de conclusão, depois de ligei-

ro confronto entre o Protecionismo e o Livre Câmbio encarados de um ponto de vista predominantemente teórico, será focalizada a posição do Brasil.

Na Alemanha foi Frederico List, Professor da Universidade de Tübingen, quem de início reconheceu e proclamou o mérito doutrinário da especialização regional da produção. Opôs, no entanto, uma ressalva à teoria : ela era muito lógica, muito coerente, muito boa, mas ignorava a nação, que constitui unidade natural de que não é lícito ninguém se abstrair. Aponta como ideal dos povos a “nação normal” — aquela que apresenta um desenvolvimento equilibrado da agricultura, indústria e comércio e cuja evolução econômica história em cinco fases :

- a selvagem, de economia caracteristicamente destrutiva, em que os homens vivem da coleta de produtos vegetais e da caça ;
- a pastoril, quando o suporte econômico reside na exploração dos rebanhos ;
- a agrícola, em que já se acentua o aproveitamento econômico da terra e a racionalização das culturas ;
- a agrícola e manufatureira, a fase anterior complementada pela atividade industrial ;
- e, finalmente, a agrícola-manufatureira e comercial, que define a estrutura econômica de uma “nação normal”.

Ora — para Frederico List —, a Inglaterra e a Alemanha se situavam em fases diferentes desta escala ; logo não podiam alimentar as

mesmas concepções e a mesma política econômica.

De fato, na época, a Inglaterra era a nação mais industrializada do mundo, e — a partir de 1815, que assinalou a queda de Napoleão e o fim do Bloqueio Continental —, passou a inundar os mercados com a enxurrada de seus produtos, a preços de aniquilar quaisquer veleidades de iniciativas estranhas.

Passando à ação, o Professor de Tubingen fundou em Francfort, em 1819, uma associação geral de industriais e comerciantes alemães, com o objetivo de defender a economia alemã da concorrência inglesa. Método preconizado: um protecionismo provisório e restrito, que permitisse a indústria local se aparelhar e concorrer no futuro em pé de igualdade com a estrangeira.

Na América do Norte, que vinha de se libertar da tutela inglesa, a política econômica recomendada era mais radical:

- Carey H. C., advogando um protecionismo permanente e rígido, pregava abertamente o Livre Câmbio como instrumento da hegemonia britânica;
- ao mesmo tempo S. N. Patten, citado por J. Lajugie, ensinava “que a especialização de um país em determinados produtos agrícolas — algodão, trigo, fumo —, pauperiza e esgota o seu solo. *A economia complexa é sempre a ideal*”.

Ademais distingue as nações em estado dinâmico e estático. As últimas, de desenvolvimento completo, “encontram-se na etapa dos rendimentos decrescentes”, enquanto as primeiras, “cujo tipo os Estados Unidos caracterizam, são as que possuem grandes forças econômicas passíveis de desenvolvimento”. Estas “têm um nível de vida mais elevado. Contudo, não podem defendê-lo, exceto pela proteção, do contrário sofrem a pressão das condições de vida menos favoráveis das outras”.

H. M. Scott, num paralelo que estabelece entre o Livre Câmbio e o Protecionismo, afirma categórico: “Desde meados do século XIX, a Grã-Bretanha seguiu o conselho dos

economistas e abriu de par em par as portas de seus mercados; mas não houve nenhum outro país que a imitasse abertamente e, em 1931, o governo inglês adotou uma nova política e estabeleceu uma barreira alfandegária bastante alta”.

Que teria inspirado ao governo de S. M. esta nova atitude? Qual a situação, em 1931, das possibilidades comerciais dos Estados Unidos e da Alemanha?

No terreno doutrinário é interessante o cotejo das duas teorias. A favor do Livre Câmbio alinham-se argumentos ponderáveis:

- “Ninguém que tenha a mais ligeira idéia do que seja economia, pode pensar que o benefício que podem tirar do Protecionismo uma ou mais indústrias é argumento de bastante peso para estendê-lo a todas”: “Se todas as indústrias estão protegidas, é como se não o estivesse nenhuma.”
- “Nenhum imposto, por mais elevado que seja, pode fazer que uma indústria seja econômica, se as condições são de todo inadequadas.”
- “Toda gente sente os efeitos dos maiores preços que sofrem as exportações dos produtos típicos do país, em parte porque sobem os preços da maquinaria e das mercadorias compradas pelos trabalhadores, em parte porque, se diminuem as importações de um país, as nações estrangeiras também reduzem suas compras.”

No entanto — e aqui começam a aparecer os percalços da teoria:

- “Se um país é rico em minerais, conta com comunicações naturais e tem bom clima, mas está habitado por uma mescla desafortunada de raças em contínua guerra civil, tem a desgraça de possuir um governo em constante revolução, então a indústria não terá oportunidade de se desenvolver; progredirá do outro lado da fronteira, onde — ainda que sejam mais caros os materiais e os transportes —, pode pelo me-

nos ter a segurança de desfrutar a paz."

- "Uma revolução política pode alterar por completo a melhor localização assim como uma melhoria técnica ou de transporte."

O Protecionismo também tem seus defensores :

- "Por muito pouco adequado que seja um país para a fabricação de munições, não tem outro remédio que possuir uma indústria deste gênero, pois do contrário se encontraria desamparado ao estalar uma guerra";
- "Se um país se especializa por completo em determinado produto, identifica-se com os riscos que este corre. A descoberta de um sucedâneo, ou modificações na procura pode deixar o país na mesma situação do artesão qualificado que vê sua profissão comprometida pelo invento de uma nova máquina."

Além disso é inegável que o protecionismo fornece a defesa adequada à concorrência desleal das nações que exploram o trabalho escravo ou mesmo servil, e arma a nação contra o "dumping" provocado por trustes e cartéis com a intenção deliberada — embora não confessada — de sufocar a iniciativa local, para depois impor os preços de sua conveniência. São aspectos salutares que se contrapõem, infelizmente, a possibilidade que apresenta esta política de servir a grupos monopolísticos internos, unidos — não com o propósito de produzir e promover o desenvolvimento econômico do país —, mas de explorar o público à sombra da proteção nacional.

Do ângulo geográfico, a verdade proclamada pelos clássicos já não desfruta, também, de foros de realidade inelutável. A doutrina da especialização regional da produção como que ignorou o prestígio histórico da invenção e da descoberta como fatos de alcance social e econômico capazes de alterar e subverter as condições naturais de clima e solo. Neste particular é que se fez sentir a ação de Justus Liebig,

"o grande general da ciência que, sem fazer guerras, conseguiu tornar duas vezes maior a área cultivada da Europa". Escreveu "A Química e a sua aplicação à Agricultura e à Fisiologia", acrescentou a potassa e os fosfatos à lista dos fertilizantes e revolucionou os métodos agrícolas até então conhecidos. "As consequências não se fizeram esperar":

- "Antes de Liebig, colhiam-se na Alemanha 13 quintais de trigo por hectare; depois — 24; na Holanda o rendimento passou de 17 a 31 quintais; as condições de solo estavam modificadas, e a economia mundial alterada nos quadros da produção."

Mas não é tudo — restava o clima —, e a glória de superá-lo estava reservada a um inocente servo de Deus, Gregor Mendel, monge do mosteiro de Brunn, que — investigando o cruzamento de espécies vegetais diferentes —, descobriu a lei de transmissão dos caracteres individuais, e o controle da hereditariedade. A aplicação, em termos práticos, da teoria, foi nova revolução econômica que logo se propagou a todos os continentes e breve se estendeu ao reino animal:

- os suecos trataram de obter trigo refratário à geada e de rápida maturação, no que foram seguidos por americanos e canadenses;
- os russos se empenharam em aclimatar framboesas, cerejas e maçãs da Criméia aos rigores dos frios do norte;
- os alemães melhoraram a sua produção de centeio, de milho e de aveia e, como estavam com a mão na massa, estenderam o método à obtenção das raças selecionadas de porcos e cavalos.

Assim, pela aplicação judiciosa dos fertilizantes e da hibridação usada em larga escala, espécies vegetais e animais tiveram sua área ecológica substancialmente aumentada, e apresentavam-se ainda — através de novas técnicas —, mais resistentes a parasitas e pragas.

Neste quadro em perpétua transformação, que é o mundo em todos os recantos, a vida em todas as épocas, à Teoria dos Custos Comparados nada mais resta, — ao término de cada nova conquista —, do que ajustar os seus exemplos e a sua dialética à realidade das novas e vitoriosas perspectivas econômicas.

Fixada que foi a antítese doutrinária, com quem afinal a razão? Com o Protecionismo extremado? Este alimenta a xenofobia e conduz invariavelmente à guerra e ao extermínio. Além disso é reconhecido elemento de corrupção política e introduz nova corrente de imponderáveis na vida econômica dos povos.

Mas também, — parece claro —, não estará a razão com o Livre Câmbio incondicional e a especialização exacerbada, que põem em perigo, quicá mais iminente, a sobrevivência das nações e, não raro, são instrumentos mal disfarçados de dominação econômica e até política. Conduzem a situações que não nos são desconhecidas, cuja análise pode nos orientar na escolha de uma política de moderação e de equilíbrio, que nos livre no futuro de amargas experiências do passado. A História é a mestra da vida e é nela que devemos procurar inspiração para a estrada aberta de nosso desenvolvimento. Assim não será demais, — como remate à presente exposição —, investigar, através de atos administrativos perfeitamente caracterizados, qual tem sido a atitude do Brasil face a esta palpitante e vital controvérsia doutrinária.

4 — POLÍTICA NACIONAL

Não sei como repercutiram no Brasil as doutrinas econômicas e liberais da Escola Clássica. Com o objetivo de fixar possíveis influências é prudente recordar :

— que o movimento alcançou notoriedade a partir de 1776, com a publicação da obra de Adam Smith "Ensaio sobre a Natureza e Causa da Riqueza das Nações" e floresceu com Ricardo, Malthus e Stuart Mill no período subsequente até 1870.

Neste longo intervalo, o primeiro ato administrativo a clamar por uma anotação é aquele célebre alvará de D. Maria I que, em 5 de janeiro de 1785, proibia o estabelecimento de manufaturas e fábricas no Brasil. Do ato real transparece patente :

- de um lado, o desejo de proteger a indústria real da concorrência da colônia, que talvez desfrutasse situação vantajosa na moral da época, dada a mão-de-obra escrava de que dispunha;
- de outro, orientava providências no sentido da especialização regional da produção, defendendo para o Reino a atividade industrial, e relegando para a colônia os mistérios da agricultura e da mineração.

Quis a Providência que uma reviravolta política na Europa viesse breve modificar a diretriz adotada. E o Príncipe Regente, fugindo às tropas de Junot, toma — no alvorecer do século — determinações de suma importância econômica :

- por ato assinado na Bahia, a 23 de janeiro de 1808, abriu D. João os portos do Brasil à Bandeira das nações amigas;
- e por alvará de 1 de abril do mesmo ano revogou o ato proibitório de manufaturas e fábricas.

O caráter liberal das medidas adotadas padece de aspectos sumamente interessantes, quando se considera que o ato liberatório atingia a todas as nações amigas, mas de maneira discriminatória e nitidamente protecionista. Assim é que os barcos ingleses gozavam de regalias especiais. Basta assinalar — diz-nos Hélios Viana —, que pagavam apenas 15 % de direitos sobre o valor da carga, enquanto os portugueses pagavam 16 % e as demais nações 24 %. "Sómente em 1818 foram igualladas as taxas para as importações de Portugal e Inglaterra". O quadro econômico, em sua moldura mundial e quando se fixa o detalhe inglês, é — então o seguinte :

- na Europa, a Inglaterra prega o Liberalismo e se bate pelo Livre Câmbio;

- na América, procura acautelar seus interesses com medidas flagrantemente protecionistas.

Com a Independência, foram inicialmente mantidas as prerrogativas inglesas, estendidas depois aos principais países do mundo, entre eles França, Austria, Prússia, Dinamarca, Holanda e Estados Unidos. Consequência: "Cresceram as nossas importações de mercadorias, sem que fôssem aumentadas, na mesma proporção, as exportações brasileiras. Daí resultaram sérias dificuldades cambiais, caindo as respectivas taxas muito abaixo da paridade oficialmente fixada que era de 61 1/2 pence por mil-réis".

E o Governo Imperial teve de reconsiderar a atitude: "Pelas tarifas aduaneiras então decretadas adotou-se uma nova nomenclatura, compreendendo 2.919 artigos de importação; para muitas mercadorias os direitos a serem pagos nas alfândegas atingiram o duplo do que pagavam anteriormente, pois subiram de 30 % sobre o respectivo valor, quando antes só pagavam 15 %. Outras, foram taxadas em 40, 50 e 60 % "ad valorem", desde que pudessem ser produzidas no país. Excetuavam-se, naturalmente, as que fôssem convenientes ao nosso desenvolvimento cultural (livros e mapas por exemplo) e as que concorressem para aumentar o patrimônio nacional (tais como jóias e pedrarias)."

No âmbito da produção, são conhecidos os efeitos da predominância periódica de determinados produtos em nossa balança comercial externa e, — de maneira menos direta —, em nossa própria evolução política:

- ao pau brasil devemos os primeiros ensaios de colonização

e também as primeiras ameaças alimentadas pela cobiça estranha;

- ao fastígio da produção açucareira os anos penosos da guerra holandesa e risco sério de desmembramento territorial;
- a decadência da mineração acendeu e nutriu os primeiros anseios de independência e guiou pela estrada do martírio as primeiras manifestações de nacionalismo atuante, embora utópico e pouco objetivo.

Isto no Brasil colônia, quando o desequilíbrio econômico procurava as suas soluções naturais na evolução para a autonomia política.

Realizada esta, a crise da agricultura e o tormento do latifúndio relegado ao abandono com a libertação do elemento escravo, derrubou o Trono. De ontem é o exemplo da borracha; de hoje o do café; da manhã, quem sabe, o do petróleo e da energia atômica. Com a derrocada da borracha — face à intervenção do governo inglês, que a transplantou para condições comercialmente mais vantajosas no Oriente —, faliu a Amazônia. E a Teoria dos Custos Comparados, que antes estava contra a Inglaterra, passou a servi-la através da técnica da operação.

Com o café, talvez não haja exagero em se afirmar que a agitação da opinião pública em nossos dias e os excessos cívicos de ponderável corrente de opinião, apenas registram as crises do produto.

Qual tem sido o papel por ele desempenhado na economia nacional? Os dados abaixo, extraídos do livro "Brasil/1943-1944", que situam a rubiácea, em termos de percentagem, no conjunto de nossas exportações, falam com mais eloquência:

- Ano de 1890: Café exportado — 5.109.000 sacas, no valor de 189.894 contos de réis — percentagem: 67,66 da exportação total;
- Ano de 1900: 8.924.000 sacas — 484.342 contos — 56,96 %
- Ano de 1920: 11.525.000 sacas — 860.958 contos — 49,13 %
- Ano de 1930: 15.238.000 sacas — 1.827.577 contos — 62,86 %
- Ano de 1940: 12.053.000 sacas — 1.589.956 contos — 32,05 %
- Ano de 1944 (primeiro semestre)..... — 38,20 %

Pela mostra, é de se compreender as apreensões que dominaram o país por volta de 1930, quando "os preços do café entravam em verdadeiro colapso e os portos e estradas de ferro estavam abarrotados por milhões de toneladas invendáveis. Eram montanhas cafeeiras. Uma saca de café levava quatro anos para ir da fazenda às mãos do consumidor. Se fosse possível parar a produção, podia-se guardar o produto para exportação futura". A fim de que o café pudesse continuar "como o sustentáculo da balança comercial brasileira", foram queimadas, de 1931 a 15 de abril de 1944 — 79.139.198 sacas.

Hoje já não se queima mais café. Há processos mais artificiosos para mantê-lo "como o sustentáculo da balança comercial brasileira". Suas crises, porém, não são menos intensas e o seu futuro já se insinua pouco promissor pelas colunas dos jornais. O "Diário de Notícias" de 27 de novembro de 1955, por exemplo, anuncia em manchete a "Assistência Técnica e Financeira dos Estados Unidos ao Café da Abissínia", e não é este o único país que procura fomentar a produção africana, onde condições favoráveis da terra se reúnem a condições vis de trabalho, para, num regime de semi-escravidão, expulsar o café brasileiro do mercado internacional. Por outro lado — talvez ainda menos tranquilizador — o produto sintético, descoberto por um cidadão holandês, ao que parece radicado na América Central, começa a ser vendido na Europa, numa concorrência desleal, porque feita de maneira não ostensiva.

O governo brasileiro, no entanto, não está ausente dos acontecimentos e o seu Ministro da Fazenda — viajando pelos Estados Unidos — de lá mesmo anunciou as medidas com que o Brasil pretende se ajustar às novas contingências criadas — desenvolver a produção de "café finos".

Estes os aspectos da economia brasileira que mais parecem relacionados com a doutrina da especialização regional da produção. A

controvérsia não permite solução imediata e envolve aspectos sociais e até políticos, dos quais não é possível isolar o substrato econômico.

O ideal procurado, porém, parece não se situar muito longe daquele que Frederico List pregava para a Alemanha nos idos de 1819. O conceito de "Nação Normal" constitui, em nossos dias, mais do que uma simples meta a ser atingida, mas fundamental condição na sobrevivência dos povos. E a diversificação da produção pode, sem dúvida, ser alcançada, quando se palmilha uma diretriz de equilíbrio em que sejam evitados excessos doutrinários e fiscais. "O Protecionismo" — ensina H.M. Scott —, "pode ser útil para apressar progressos naturais, ou como medida passageira para casos de emergência, tal seja equilibrar uma balança de pagamentos adversa".

(1) É a expressão algébrica da reta representativa da condição de produtividade suposta, — 10:8, para o caso da Europa —, referidos os valores correspondentes a eixo octogonais e definida pelos pontos A (0,150) e B (120,0).

BIBLIOGRAFIA

Brasil/1943-1944 — Ministério das Relações Exteriores.

Djagir Menezes — Curso de Economia Política.

Hélio Viana — História Administrativa e Econômica do Brasil — 1951.

H.M. Scott — Curso Elemental de Economia — Fonde de Cultura Economica — 1954.

J. Lajugie — As Doutrinas Econômicas — Difusão Européia do Livro — 1955.

Juri Semjonow — Os Tesouros da Terra — Globo — 1955.

John Van Duyn Southworth — The Story of the World — Cardinal edition — 1954.

Paul A. Samuelson — Introdução à Análise Econômica.

T.S. Ashton — A Revolução Industrial — Europa-América-Lisboa.

GRANDE CONCURSO "NENO"

para os leitores de "A Defesa Nacional"

UMA VIAGEM A QUALQUER PONTO DO BRASIL COM
ESTADA PAGA NO MELHOR HOTEL PODENDO LEVAR
ACOMPANHANTE !

	Cr\$
1 Rádio Vitrola no valor de	20.000,00
1 Rádio Vitrola de mesa, no valor de	10.000,00
9 Prêmios em dinheiro, de Cr\$ 1.000,00 a	200,00

Condições do concurso :

Escreva uma historieta, de preferência um caso vivido
em campanha ou no quartel,

Envie-na, dactilografada em espaço duplo, não excedendo
duas páginas tamanho almaço, para a redação de "A Defesa
Nacional", Palácio da Guerra — Rio — até o dia 15 de cada
mês.

Uma comissão da Revista julgará a melhor história do
mês que será publicada em "A Defesa Nacional".

As doze histórias publicadas em 1957 concorrerão aos
doze prêmios acima enumerados.

Do companheiro para o companheiro, a "Casa Neno" tem
tudo para servi-lo.

Procure-nos num dos endereços abaixo :

Centro : Rua Sete de Setembro, 145 — Rua República do Líbano, 7 —
Rua Buenos Aires, 151 — Avenida Passos, 96 — Avenida Presi-
dente Vargas, 875.

Madureira : Rua Maria Freitas, 110.

Penha : Largo da Penha, 59.

Niterói : Rua da Conceição, 47.

Ilha do Governador : Avenida Paranaquã, 2146.



A PARTICIPAÇÃO DE OSCAR CORDEIRO NA HISTÓRIA DO PETRÓLEO NACIONAL

NELSON NASSIF

Assistente do Assessor-Chefe de Relações
Públicas da Petrobrás

Em junho do corrente ano, a Diretoria Executiva da Petrobrás designou o Sr. Nelson Nassif, Assistente do Assessor-Chefe de Relações Públicas daquela sociedade de economia mista, para ir à Bahia, com o fim de colher elementos capazes de permitir a formação de um juízo seguro sobre a participação do Sr. Oscar Cordeiro na descoberta do petróleo de Lobato, bem assim acerca de sua situação atual, levados em conta apelos formulados da tribuna do Senado Federal em favor da concessão de um prêmio ou auxílio àquêle cidadão.

De volta de Salvador, o Sr. Nelson Nassif apresentou circunstanciado relatório à Diretoria Executiva da Petrobrás, atestando a relevância dos serviços prestados pelo Sr. Oscar Cordeiro à causa do petróleo nacional e sugerindo uma recompensa financeira ao ilustre patricio, homem de idade avançada e sem recursos.

Firmada nas conclusões daquêlê documento e no pressuposto da aprovação de projeto de lei de autoria da Deputada Nita Costa, favorável à abertura de um crédito especial de Cr\$ 230.000,00 destinado a retribuir os trabalhos realizados pelo Sr. Oscar Cordeiro em prol da descoberta do petróleo baiano, decidiu a Petrobrás conceder-lhe, a partir de julho do ano em curso e pelo prazo de dez meses, um auxílio mensal no valor de Cr\$ 10.00,00. Ao mesmo tempo, a Petrobrás oficiou ao Chefe da Casa Militar da Presidência da República, dando-lhe conta das conclusões do relatório do Sr. Nelson

Nassif e, manifestando seu inteiro apoio à iniciativa da Deputada Nita Costa, matéria que serviu de base ao parecer do relator, na Comissão de Finanças da Câmara Federal, do projeto da representante baiana, ali aprovado, por unanimidade, no dia 30 de agosto último.

É este o relatório do Sr. Nelson Nassif :

"Dirigindo-me a Salvador, no dia 20 de junho último, pude reunir, no prazo de minha permanência ali — cerca de uma semana — a maior parte dos dados essenciais à elaboração do presente relatório, já consultando coleções de jornais antigos e documentos outros, já sondando a opinião de pessoas de diferentes níveis sociais, já, enfim, entretendo conversações com o próprio Sr. Oscar Cordeiro. De volta ao Rio de Janeiro, promovi novas pesquisas, completando, com outros esclarecimentos, as observações que trouxe da Bahia.

Creio poder afirmar que o cumprimento da honrosa tarefa que me levou à capital baiana foi extremamente facilitado pela ausência de pontos controversos ou aspectos duvidosos na questão que me competia examinar. Com efeito, os elementos informativos sobre a descoberta do petróleo de Lobato, por mim compulsados, me pareceram concordantes tanto na interpretação das circunstâncias que condicionaram o histórico fato, quanto na fixação da responsabilidade dos trabalhos graças aos quais se evidenciou a existência de óleo, a princípio, naquela localidade e, em seguida, em outras áreas do território baiano.

Feitas estas considerações preliminares, cumpre situar até que ponto e em que medida o Sr. Oscar Cordeiro contribuiu para a descoberta do petróleo na Bahia.

Conquanto se saiba que a perfuração vitoriosa de Lobato — precisamente aquela que, a uma profundidade de 208 metros, revelou, no dia 21 de janeiro de 1939, a existência de petróleo no Brasil — tenha sido promovida por iniciativa oficial, sob a direção do engenheiro Custódio Braga Filho, não se pode recusar ao Sr. Oscar Cordeiro o título de inspirador e principal sustentáculo do movimento de opinião

que induziu o governo federal a apontar aos técnicos a seu serviço o caminho do Recôncavo Baiano. Os elementos de convicção, em tal sentido, são numerosos e claros. A propósito, julgo bastante ilustrativos os pronunciamentos da imprensa, na época. O tradicional vespertino baiano, A TARDE, que ofereceu completa cobertura ao histórico episódio de Lobato, escreve, em sua edição de 25 de janeiro de 1939, entre outras coisas, o seguinte :

"Pode afirmar-se, sem receio de contestação, que à tenacidade do Sr. Oscar Cordeiro se deve o êxito já alcançado com as pesquisas de petróleo na Bahia. Há oito anos, até a publicação do Decreto Federal n. 369, de 11 de abril de 1938, o qual nacionalizou as jazidas petrolíferas, que ele se vem batendo pela exploração daquelas minas, invertendo nos serviços de sondagem economias pessoais."

No dia 30 do mesmo mês e ano, o referido jornal publicou declarações do engenheiro Luciano Jaques de Moraes, então diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral. Suas afirmações se resumiram nos seguintes pontos :

1) a descoberta de Lobato, diversamente do que se imaginava, devia ser interpretada como o resultado de pesquisas conscientes, baseadas em exaustivos estudos, que mereceram a cuidadosa atenção daquele órgão do Ministério da Agricultura, e praticadas, em parte não pequena, por técnicos seus em trabalho, na Bahia, desde 1936 ;

2) ao Sr. Oscar Cordeiro cabia o incontestável mérito de ter feito convergir para a mencionada região a atenção de especialistas como Irnack do Amaral, Glycon de Paiva e Fróes de Abreu.

No livro que êsses três ilustres patricios escreveram, em 1936, sobre a geologia do petróleo no Recôncavo Baiano, aparecem várias alusões à atividade pioneira do Sr. Oscar Cordeiro em Lobato. O prefácio da obra, assinado pelo Sr. Fróes de Abreu, diz, a certa altura :

"O autor destas linhas foi dos primeiros a reconhecer a procedência do apêlo de Oscar Cordeiro ao Presidente da República, para que se viesse estudar a zona petrolífera da Bahia."

E mais :

"Oscar Cordeiro, animado de um patriotismo quase agressivo, batalhador isolado num meio de adversários, de céticos e descrentes, durante longos meses, apelou, em vão, para o auxílio das autoridades oficiais. Começou, então, a aceitar a idéia errônea de que o Ministério da Agricultura era contrário aos que batalhavam pela descoberta do petróleo. À medida que os acontecimentos foram se desenrolando, a revolta do incompreendido foi se atenuando, porque, para fortalecer ainda mais a sua crença, encontrou na palavra dos técnicos um incentivo a seus mais puros ideais."

A obra em questão recorda a insistência com que, no século passado, Henrique Prager afirmava, repetidamente, existir petróleo na Bahia, para asseverar, em seguida :

"Agora, é o Sr. Oscar Cordeiro, presidente da Bolsa de Mercadorias, sem credenciais científicas mas alicerçado em fatos positivos e estimulado por um grande ardor patriótico, que propala pelo Brasil inteiro a existência de petróleo no Lobato e fornece amostras para os técnicos que o queiram estudar."

O mesmo livro reproduz, na íntegra, o parecer emitido, em 1935, pelo Sr. Fróes de Abreu, então assistente-chefe do Instituto Nacional de Tecnologia, a propósito das

amostras de óleo colhidas em Lobato e enviadas ao Rio de Janeiro, para análise. Assim termina o aludido parecer :

"A conclusão que tiramos do estudo das amostras no laboratório e da observação no terreno é que parece existir um nítido indício de petróleo na bacia cretácea de Todos os Santos. Os fatos observados no poço aberto pelo Sr. Oscar Cordeiro justificam a intensificação das pesquisas iniciadas, sobretudo sob uma orientação mais de acôrdo com os métodos modernos de pesquisa de petróleo."

OITO ANOS DE CAMPANHA

Foi em 1931 que o Sr. Oscar Cordeiro se decidiu a descobrir petróleo em Lobato. Atraído pela notícia — corrente, na Bahia, com foros de tradição — de que os poços d'água abertos naquela localidade apresentavam indícios de contaminação por um óleo denso e escuro com cheiro de querosene, fêz-se para lá o Sr. Oscar Cordeiro, levando uma cega confiança no êxito de sua empreitada, tida por muitos, senão por todos, como temerária e ridícula, ao mesmo tempo. Era o começo de uma dramática aventura que se haveria de prolongar por oito anos, arrastando o seu principal personagem a não poucas vicissitudes morais e materiais.

Começou o Sr. Oscar Cordeiro a promover sondagens em Lobato na companhia do engenheiro Manoel Inácio Bastos, já falecido, que foi, por assim dizer, o orientador técnico daquêles trabalhos, enquanto o primeiro atuava, por todos os meios a seu alcance, como o vulgarizador, o pregoeiro das possibilidades petrolíferas do local. Em tôrno, precisamente, das rudimentares sondagens ali então por âmbos praticadas é que, mais tarde, iria gravitar a curiosidade popular e o interesse dos setores oficiais responsáveis pelas pesquisas de petróleo.

Desprovidos da aparelhagem necessária, usando apenas ferramentas comuns, cavaram, Cordeiro e

Bastos, vários pequenos poços, num dos quais — o maior — de quatro a cinco metros de profundidade, exsudava, permanentemente, um petróleo negro e denso, à razão de poucas dezenas de centímetros cúbicos por dia.

Em 1933, o Sr. Oscar Cordeiro enviou amostra do produto ao Presidente da República. O livro "História da Pesquisa de Petróleo no Brasil", do saudoso geólogo patriótico Euzébio de Oliveira, informa que a referida amostra foi estudada, com todo cuidado, no antigo Serviço Geológico e Mineralógico, de que era ele diretor. Esclarece ainda a mesma obra que o Serviço Geológico e Mineralógico "não se manifestou definitivamente sobre a origem do petróleo de Lobato justamente porque foi extinto quando o seu diretor providenciava para elucidar esse ponto". A análise então realizada — a título de mero subsídio, como informa Euzébio de Oliveira — acusou a seguinte classificação: petróleo de base para-fínica, nobre em produtos leves, sem asfalto e rico em óleos lubrificantes. Todavia, foi lembrada a conveniência da remessa de outras amostras do óleo *in natura*, e não filtrado, isto "pela simples razão de que, em se tratando de um petróleo pesado, era natural que se fizesse um novo ensaio químico com material nas condições pedidas". Foi, precisamente, nessa altura dos acontecimentos, que se verificou a extinção do Serviço Geológico e Mineralógico.

Criou-se, logo em seguida, o Departamento Nacional da Produção Mineral, órgão com o qual o Sr. Oscar Cordeiro haveria de viver, durante algum tempo, em estado de beligerância, sobretudo no auge das controvérsias em torno da existência do petróleo de Lobato e da oportunidade de sua imediata exploração. A situação, felizmente, tomou um novo e melhor rumo, com o envio de técnicos e equipamentos de sondagem a Lobato, onde, afinal, veio a jorrar petróleo a 21 de janeiro de 1939.

Primeiramente, mandou o Departamento Nacional da Produção Mineral àquela localidade uma sonda

com capacidade para perfurar até 200 metros, cuja instalação se fez ao lado do poço aberto pelo Sr. Oscar Cordeiro. Resultou, então, o poço de n. 153, que alcançou mais de 70 metros, interrompendo-se a sondagem por haver atingido o complexo cristalino. Substituída a sonda por outra, de maior capacidade, proveniente do Paraná, iniciou-se, a 30 de julho de 1938, nova perfuração a 300 metros de distância do local anteriormente escolhido, da qual resultou o poço n. 163, exatamente o que iria comprovar a existência de petróleo no Recôncavo Baiano.

APOIO DO CONGRESSO NACIONAL

O simples fato de ter o Congresso Nacional votado, há pouco mais de quatro anos — buscando antes a opinião do Ministério da Agricultura — uma ajuda de meio milhão de cruzeiros ao Sr. Oscar Cordeiro, prova que aquele cidadão se fez merecedor da gratidão do povo brasileiro, por seus esforços e sacrifícios na luta em prol da descoberta do petróleo de Lobato e, tanto quanto ele, o saudoso engenheiro baiano Manoel Inácio Bastos, cujos herdeiros foram também aquinhoados com importância idêntica.

O projeto de que se originou a abertura do crédito citado teve como autor o então Deputado Nelson Carneiro, logrando a melhor receptividade no seio das comissões técnicas chamadas a opinar sobre a matéria.

Ao justificar, a 23 de agosto de 1948, a proposição, aquele antigo parlamentar baiano afirmou, entre outras coisas:

"É necessário estimular aos que, com o seu esforço, abrem novas perspectivas ao progresso nacional. É o caso desses dois intrépidos lutadores que souberam transformar em vitória o desestímulo de tantos e a resistência de muitos. Aprovando o presente projeto, o Poder Legislativo propiciará à nação o ensejo de ressarcir, embora em parcela mínima, o seu débito para com dois de seus filhos,

que "ao seu engrandecimento abriram amplas e definitivas estradas."

Ainda com referência ao projeto em questão, convertido que foi na Lei n. 1.570, de 10 de março de 1952, há um fato que merece particular registro: o pronunciamento favorável do Ministério da Agricultura à concessão do auxílio então pleiteado em favor do Sr. Oscar Cordeiro e dos sucessores do falecido engenheiro Manoel Inácio Bastos.

Tal pronunciamento se originou de um pedido de informações da Câmara dos Deputados àquela Secretaria de Estado, havendo sido designados os engenheiros José Lúcio de Melo Júnior e Abel Paulo de Oliveira, do Departamento Nacional da Produção Mineral, para o fim de apurar, na Bahia, o que, na realidade, se deveria atribuir a Oscar Cordeiro e Manoel Inácio Bastos, no tocante à descoberta do petróleo ali e às despesas pessoais que ambos foram obrigados a realizar naquêle sentido.

Do relatório elaborado pelos emissários do Ministério da Agricultura e encaminhado à Câmara dos Deputados — constante, todo êle, de nove laudas datilografadas — entendendo oportuno transcrever o seguinte trecho, que me parece tanto mais respeitável e insuspeito quando se sabe haver sido redigido por dois técnicos a serviço de um órgão que, por motivos óbvios, nunca poderia partilhar da louvação indiscriminada às atividades de Oscar Cordeiro e Manoel Inácio Bastos:

"As condições em que lutaram êsses homens foram as mais desfavoráveis possíveis, porque tiveram de enfrentar, a um só tempo, a carência de recursos materiais, os preconceitos duma política mal conduzida, sua absoluta falta de preparo técnico e científico, o ceticismo e a desconfiança de quase todos a quantos se dirigiram para comunicar o acontecimento. Os documentos chegados às nossas mãos, deficientes embora, parecem demonstrar que o engenheiro Manoel

Inácio Bastos foi o verdadeiro descobridor das emergências de hidrocarbonetos de Lobato, cabendo ao Sr. Oscar Cordeiro o papel, não menos importante, de liderar a campanha visando a conseguir a ajuda do governo para explorar a substância que um e outro supunham existir em abundância no subsolo. Êste pôs-se, desde logo, em evidência na imprensa da Bahia e passou a defender com firmeza e fé inabalável o ponto de vista de interesse comum e sua atuação impressionou a opinião pública de tal maneira que, dentro de pouco tempo, pouca gente se lembrava do seu modesto e resignado sócio. Não há dúvida de que êsses dois lutadores, com sua perseverança e sem medir sacrifícios, contribuíram, de modo decisivo, a fim de que fôsse aberta na Bahia a primeira sondagem produtora de petróleo, inaugurando uma fase de promissoras realizações no país. Nada mais justo, pois, que o governo conceda a êsses dedicados brasileiros uma recompensa pelos serviços que prestaram em prol do petróleo nacional."

O ASPECTO LEGAL E MORAL DA QUESTÃO

Em diferentes oportunidades, o Sr. Oscar Cordeiro dirigiu apelos ao governo federal pleiteando indenização das despesas que efetuou em Lobato, antes da comprovação oficial da existência de petróleo naquela localidade. Sobre o assunto, que foi objeto de exaustiva troca de correspondência entre o interessado e a Presidência da República, existe volumoso processo no Conselho Nacional do Petróleo.

Em exposição de motivos encaminhada ao Poder Executivo, a 22 de dezembro de 1951, o então presidente do Conselho Nacional do Petróleo, engenheiro Plínio Cantanhede, propôs fôsse promovidas gestões junto ao Sr. Oscar Cordeiro e aos herdeiros de Manoel Inácio Bastos, no sentido de lhes pagar aquêle órgão as despesas em referência,

na base de Cr\$ 150.000,00 para cada uma das partes interessadas, mediante plena e geral quitação. Procurado por um emissário do Conselho Nacional do Petróleo, o Sr. Oscar Cordeiro rejeitou, contudo, a proposta, que havia merecido a aprovação do Presidente da República.

Algum tempo depois, ou, mais precisamente, a 10 de março de 1952, promulgava-se a Lei n. 1.570, que abria, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de um milhão de cruzeiros, "para ressarcimento dos serviços e dispêndios feitos pelo engenheiro Manoel Inácio Bastos e por Oscar Salvador Cordeiro com os primeiros estudos e localização da zona petrolífera de Lobato, no Estado da Bahia". A cada um dos beneficiários seria paga metade da quantia mencionada, mediante quitação plena.

A questão, entretanto, não parou aí. Em setembro de 1954, o Sr. Oscar Cordeiro dirigiu-se ao Presidente da República, solicitando o pagamento da importância de 200 mil cruzeiros, a título de indenização pelos gastos que fez em Lobato, por isso que — alegava — o crédito que lhe fôra aberto pela Lei n. 1.570, há pouco citada, era insuficiente para cobrir aquelas despesas, cujo montante alcançaria a casa dos Cr\$ 700.000,00. Três meses depois, ou seja, em dezembro de 1954, o Sr. Oscar Cordeiro formulava a mesma exigência ao Presidente da República.

De tudo isso era informado o Conselho Nacional do Petróleo. Em parecer datado de 3 de fevereiro de 1955, o Dr. Alfredo Valdetaro da Fonseca, assistente jurídico daquêle órgão, deixou claro que o Sr. Oscar Cordeiro nada mais podia reclamar em reembolso dos seus gastos em favor da descoberta do petróleo de Lobato, pela simples razão de haver recebido uma importância (Cr\$ 500.000,00) que a lei ordenou, expressamente, lhe fôsse paga mediante quitação plena. O parecer se torna mais radical quando afirma que, legalmente, não cabe ao Sr. Oscar Cordeiro qualquer direito à indenização pretendida, dado não ter êle conseguido,

em 1938, o registro do manifesto das jazidas de petróleo de Lobato. E mais: mesmo que o tivesse obtido, o seu direito se tornaria insubsistente em face das disposições do Decreto n. 3.236, de 7 de maio de 1941, que instituiu o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais.

Recorda-se que foi depois de sua exoneração da presidência da Bolsa de Mercadorias e Valores da Bahia, a 15 de janeiro de 1941, que o Sr. Oscar Cordeiro passou a pleitear através de repetidas reclamações ao govêrno federal, direitos de manifestante do que ainda hoje êle chama de "minas de petróleo de Lobato". Talvez coubesse neste capítulo a informação de que o seu afastamento daquêle cargo se deveu a um artigo de sua autoria, intitulado "Técnicos e Pirotécnicos" e publicado em Salvador, a 21 de dezembro de 1940, com a nota de "Comunicado da Bolsa de Mercadorias e Valores da Bahia". Com êsse artigo, o Sr. Oscar Cordeiro levou às últimas conseqüências os seus ataques aos técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral. Instaurou-se, a propósito, inquérito policial, tendo, em decorrência, perdido o emprêgo — ao qual jamais haveria de voltar — o inflamado articulista.

Ainda com referência ao parecer do Dr. Alfredo Valdetaro da Fonseca, gostaria de salientar que o mesmo, conquanto taxativo na recusa de habilitação legal ao Sr. Oscar Cordeiro para postular pagamentos reparatórios, não obscurece, antes exalta, repetindo conceitos da já citada exposição de motivos do presidente do Conselho Nacional do Petróleo, de dezembro de 1951, a circunstância de que "foi a campanha movida pelo Sr. Oscar Cordeiro, com patriotismo e obstinação, que fez com que as pesquisas oficiais tomassem acertadamente o rumo do Recôncavo Baiano, onde conta hoje o país as suas conhecidas jazidas de óleo e gás".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo quanto ficou exposto, parece-me pacífico o entendimento de que foi relevante a con-

tribuição do Sr. Oscar Cordeiro à descoberta do petróleo de Lobato. Quando não houvesse testemunhos documentais, bastaria, para prestigiar tal convicção, a eloquência da própria tradição oral do povo, que é, por assim dizer, o instrumento mais definitivo de cristalização de conceitos, idéias e impressões sobre os fatos maiores da vida de uma nação. Com efeito, quem ousaria fazer crer à opinião pública que a luta pela descoberta do petróleo no Brasil não tenha sido, em boa parte, fruto do entusiasmo, do idealismo e — quase diria — da imperitência do Sr. Oscar Cordeiro?

Se é certo que os resultados definitivos das sondagens proveitosamente praticadas em Lobato, tanto quanto os estudos sobre a geologia daquela região, devem ser creditados à proficiência e à capacidade realizadora de um grupo de técnicos ilustres a serviço do governo, não é menos aceitável que se reconheça no Sr. Oscar Cordeiro o artífice do empolgante movimento de opinião graças ao qual aquela modesta localidade baiana se converteu no ponto de partida para o aproveitamento econômico das nossas ricas reservas de petróleo.

Só a circunstância de haver esse brasileiro hoje quase septuagenário vencido, em tantos anos de sacrifícios e incompreensões, a sua pouca ou nenhuma ciência com uma perseverança apenas comparável à dos idealistas e pioneiros, basta para não afastá-lo da companhia daqueles a quem este país ficou a dever a revelação do tesouro petrolífero da Bahia.

Grande curioso dos segredos do subsolo, espírito afeito à pesquisa daquilo que a natureza faz por furtar ao imediato conhecimento do homem, provocando-lhe, num constante desafio, o ânimo perquiridor, o Sr. Oscar Cordeiro conseguiu compensar as falhas e deficiências do seu autodidatismo com um ardor cívico que seria quixotesco se não tivesse a inspirá-lo o mais autêntico amor à Pátria, e uma fé quase ingênua, de tão desmesurada, nos seus sonhos e ideais. Foi isso, decerto, que o levou a perseverar na batalha pela descoberta do petróleo

de Lobato, no mesmo passo em que se fazia progressivo o exaurimento dos seus bens pessoais.

Das duas visitas que fiz, em Salvador, ao Sr. Oscar Cordeiro, resultou-me a impressão de um homem ainda não liberto do passado, antes sujeito às mesmas emoções e preocupações da recuada época em que se dispôs a cavar cisternas em Lobato. O seu escritório — uma pequena e velha sala de sobrado antigo, à qual se chega depois da escalada de uns quarenta penosos degraus — é o retrato mais perfeito desse ancião solitário e arruinado, todavia jovial, sem situação econômica definida ou qualquer perspectiva de vida melhor. Nas paredes, fotografias e gravuras mostrando diferentes flagrantes de Lobato, ao tempo em que a invocação desse histórico sítio excitava a imaginação do povo. Nas estantes, castigadas pelos anos, diversas amostras de petróleo e uma quantidade inumerável de pedras e minérios de todos os tipos e cores. Uma escrivaninha. Duas ou três cadeiras, se tanto. Tôscos armários guardando livros usados, recortes de jornais, papéis remotos. Uma antiga máquina de escrever. Objetos esparsos. E, envolvendo tudo isso, um ar de coisa pretérita, de resignado abandono.

Foi nesse ambiente quase esotérico que o Sr. Oscar Cordeiro me narrou os principais lances de sua arrancada pioneira em favor do petróleo de Lobato, bem assim os obstáculos que foi obrigado a transpor para ver concretizado o mais caro sonho de sua vida e, ainda, as dificuldades que teve de enfrentar depois de se ver privado de suas economias pessoais e dos proventos que lhe dava o cargo de presidente da Bolsa de Mercadorias e Valores da Bahia, perdido em meio aos destroços de uma campanha cheia de sacrifícios e apreensões.

Informou-me o Sr. Oscar Cordeiro residir, há algum tempo, no bairro de Nazaré, na capital baiana, em casa de uma sua irmã, professora primária. Deu-me conta de que escreve sobre economia e finanças no DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de Salva-

dor, pagando-lhe o jornal a quantia de quinze cruzeiros por artigo.

Certamente, não vive o Sr. Oscar Cordeiro de tão irrisório orçamento. Não será, pois, descabido supor que êle faça por melhorar sua receita com a ajuda de pequenos negócios ou serviços eventuais. De qualquer forma, porém, a um homem de sua notoriedade constringe ver praticamente abandonado e esquecido ao fim da vida.

Por vários motivos, entendo que a PETROBRÁS andaria certa se procurasse amparar o Sr. Oscar Cordeiro, a favor de quem e em tal sentido, aliás, se esboça um movimento de opinião nos meios parlamentares, liderado pelo Senador Lima Teixeira.

Não se cuidaria de discutir se aquele cidadão tem, ou não, direito à indenização pelas despesas que afirma haver efetuado com a procura de petróleo em Lobato. Do ponto de vista legal, como penso ter deixado claro, não há porque falar-se em tal direito. Ademais, a lei que permitiu ao Sr. Oscar Cor-

deiro e aos herdeiros de Manoel Inácio Bastos o recebimento, em duas partes iguais, da soma de um milhão de cruzeiros, a título de ressarcimento de dispêndios com os primeiros estudos e localização da zona petrolífera de Lobato, exigiu, expressamente, a quitação plena dos beneficiários. Não seria, pois, por via de pagamento indenizatório — já inteiramente atendido pela lei em causa — que a PETROBRÁS buscaria acudir aos apelos, a cada passo renovados, em favor da concessão de um prêmio ou auxílio ao Sr. Oscar Cordeiro.

Está claro que se trataria apenas da prática de um ato de liberalidade, de conteúdo eminentemente moral, capaz, por isso mesmo, de dar ao país uma medida da sensibilidade da PETROBRÁS em relação ao esforço de um homem que a opinião pública e — por que não dizê-lo? — a própria verdade histórica se encarregaram de consagrar como um dos pioneiros da campanha pela descoberta do petróleo no Brasil."

Fábrica de Carrinhos e Fogões "Tupinambá"

Marca registrada n. 99.327

Carrinhos e baldes para construções

ALBANO JOSÉ LUIZ

Fábrica própria

AVENIDA ITAÓCA, 745 — Estação de Bonsucesso — E.F.L.

Telefones : Fábrica — 30-1755 ; Residência — 30-0214

RIO DE JANEIRO

OS VÔOS DO VOADOR

AFFONSO DE E. TAUNAY

III (*)

Que Bartolomeu de Gusmão haja inventado, fabricado, e experimentado, um baionete de ar quente, legítima montgolfière em miniatura, que fêz ascender aos ares, no dia 8 de agosto de 1709, na sala chamada do Forte situada por baixo da das Embaixadas do Paço Real de Lisboa, experiência realizada em presença do Rei Dom João V, da Rainha D. Maria Ana de Habsburgo, do Núncio Papal Cardeal Conti, futuro Papa Inocêncio XIII, e grande cortejo de fidalgos, damas, diplomatas, que Bartolomeu de Gusmão haja, e pela primeira vez, no Universo, feito ascender na atmosfera um aeróstato, tal afirmação é indiscutível.

Os longos e aturados esforços de muitos eruditos conseguiram reunir depoimentos concordantes, contemporâneos de tal experiência, não uma ou duas opiniões, mas nada menos de seis.

Estes depoimentos procedem : a) de Francisco Leitão Ferreira, membro da Academia Real de Portugal ; b) de Salvador Ferreira, cronista portuense do século XVIII ; c) de José Soares da Silva, acadêmico, membro da Academia Real Portuguesa ; d) de um anônimo cujas palavras constam do códice 637 da Universidade de Coimbra, indivíduo aliás encarniçado detrator de Gusmão ; e) do Marquês de Fontes (o grande benfeitor do Voador, embaixador de Portugal junto à Santa Sé) ; e, por último, f) o mais prestigioso de todos, o que consta da carta do Núncio, Cardeal Miguel Angelo Conti, futuro Papa Inocêncio XIII, testemunha presencial da experiência, ao Cardeal Secretário de Estado, constante de um Foglietto di avvil, do tomo 67 da co-

leção Nunziatura di Portogallo do Arquivo do Vaticano.

Do confronto desses papéis, descobertos, após as mais árduas pesquisas e achados em milésimos quase sempre muito afastados uns dos outros deduz-se, indiscutivelmente, que Gusmão fabricou uma miniatura de aeróstato, pequena montgolfière que se alçou acima do soalho do salão do Paço Real de Lisboa, pequenino número de metros, em virtude do aquecimento do ar contido em seu bojo, graças à combustão de líquido alcoólico existente numa gamela.

Escreveu o Núncio Cardeal Conti ao Papa Clemente XI :

O indivíduo que, como há pouco se avisou, pretendia querer fabricar um aparelho para voar, fêz, nestes últimos dias, duas experiências em presença do Rei, tendo arranjado um corpo esférico de pouco peso. Como, porém, a força impulsiva ou atrativa parece consistir em espíritos, estes se incendiaram e o aparelho queimou, da primeira vez, sem mover-se do solo. Na segunda ardeu do mesmo modo, embora se alçasse à altura de "due canne" (entre 4 metros e 4,66 m).

Coincide o depoimento do Núncio Apostólico e futuro Papa com o do beneficiado Francisco Leitão Ferreira, cujo original manuscrito se encontra na Biblioteca de Évora :

Fêz o Padre Bartolomeu Lourenço, clérigo de ordens menores, natural do Rio de Janeiro (sic) a experiência em 8 de agosto deste ano de 1709 no pátio da Casa da Índia diante de Sua Majestade, e muita fidalguia e gente, com um globo que subiu suavemente à altura da sala das embaixadas e do mesmo modo desceu, elevado de certo material

(*) Continuação de artigos anteriormente publicados.

que ardia e a que ateava o fogo no mesmo invento. Esta experiência se fez dentro do salão das embaixadas.

Que se depreende desta concordância entre o manuscrito de Évora e o foglietto avvil, papal, constante do tomo 67 da coleção Nunziatura di Portogallo, do Arquivo do Vaticano?

Não era uma perfeita pequena montgolfière que o Voador fizera subir aos ares setenta e quatro anos antes de fabricada em dimensões muito maiores, aliás, pelos famosos irmãos de Annonay?

* *

A comissão que dirige as comemorações do ano de Santos Dumont em São Paulo entendeu, e com a maior clarividência, que se tornava indispensável associar a glória da prioridade aviação brasileira a outra glória igualmente brasileira, a da prioridade aerostática.

A testa desta comissão está um dos mais brilhantes oficiais gerais da nossa aviação, o Sr. Brigadeiro Luiz Neto dos Reis. Nela se integra um sobrinho do imortal inventor cujos feitos são agora apontados à atenção universal: o Dr. Henrique Dumont Vileas, que entendeu dar pública demonstração dos direitos que lhe assistem pelo nascimento, as relações de intimidade e os sentimentos admirativos daí decorrentes, a figurar na junta apoteosadora do imortal inventor brasileiro.

Assim traçou biografia, opulenta pela documentação e iconografia, a que impôs o mais bem escolhido título: *Quem Deu Asas ao Homem* (Alberto Santos Dumont, sua vida e sua glória). (São Paulo, 1953 pp. 632 in 8).

* *

A aproximação das comemorações simultâneas da vida e da obra de Santos Dumont e de Gusmão fez com que muita gente se pusesse a campo, querendo colaborar numa empresa patriótica qual a da comemoração de tão altas figuras brasileiras. E muito destes colaboradores graciosos dedicaram os seus es-

forços à procura de assunto mais fácil ou, pelo menos de exploração menos vultosa.

E assim preferiram encaminhar as suas lucubrações para a apresentação da vida e dos feitos do Voador. Daí resultou surgirem numerosas contribuições que vieram reforçar, como quantidade e como qualidade, a bibliografia da História do Brasil... pelo método confuso. Reforço volumoso e sobretudo precioso para tal bibliografia original e imaginosa. O empenho destes eruditos foi sobretudo procurar demonstrar que a Gusmão cabem os direitos de prioridade aeronáutica, deixando de lado, como coisa somenos, a indiscutível prioridade aerostática.

Assim graças a estas imaginações ardentes pouca importância se atribui ao invento do balão, passando-se a coisa muito mais vistosa: a navegação aérea.

Mas para tornar Gusmão o nauta pioneiro dos ares só havia um recurso: agarrar-se à sua célebre Passarola. Foi o que estes senhores fizeram. Passando por cima de tudo, apegaram-se ao único documento que tinham ao alcance, à estampa de tal Passarola, desenho teratológico, verdadeiro monstrengo repudiado pelo mais sumário exame feito de seu aspecto e de sua descrição setecentista, por qualquer pessoa que não esteja aberrando do mais elementar bom-senso.

Tive o ensejo de ler ultimamente em diversos artigos publicados em nossos periódicos, interpretações diversas justificadoras da viabilidade do aparelho descrito no memorial de Simão Tadeu Ferreira como sendo a exata reprodução do aparelho de Gusmão (isto quando eruditos portugueses já demonstraram que a tal memorial foi atribuída uma milésima falsificada, afirmando o falsificador que a estampa procedia das oficinas de Simão Tadeu Ferreira, em dias contemporâneas da experiência, em 1701, quando neste milésimo ainda longe se achava Ferreira de abrir o seu estabelecimento gráfico).

Pois bem, apareceu num de nossos jornais o invento de Gusmão sob a

forma de um balão cuja barquinha é a clássica Passarola ornitiforme, e barquinha onde se encontra empoleirado, tranqüilo e sorridente, como a clássica expressão requer, o inventor santista.

Entretanto o que é que na estampa da Passarola pode ser admitido, pelos observadores do mais elementar critério como sendo verossimil? Qual o único elemento de tão complicado desenho que possa resistir à pecha de falsidade? Só a bandeira real portuguesa, desfraldada e flamejante à pópa da caranguejola arvorada em barquinha de aeronave.

Esta sim é de inatacável autenticidade. Lá estão as quinas e os castelos, não lhe falta uma só, não lhe foi esquecido um único. Rigorosa autenticidade acompanha estes elementos heráldicos pluri-seculares. Estou certo de que Afonso Henriques se acaso lhe tivesse sido possível ver alçar-se aos ares o *Voador* ficaria entusiasmado notando que ele

subindo erguera das quinas a bandeira

Como cantaria o épico de raça narrando a tomada de Arrouches, fazendo como o heróico Antão Vaz de Almada com cuja ala não se escondia "das quinas e castelos o pendão" no meio da mesma da de "Joanne rei forte", em Aljubarrota.

É de supor aliás que ninguém haja, mais pôsto em dúvida a legitimidade da reprodução da bandeira das quinas e castelos. Ah! se o resto dos pormenores da estampa da Passarola possuísse as características da autenticidade que acompanham a bandeira desfraldada à popa!

Pois bem! Saltando por cima das mais inacreditáveis inverossimilhanças, houve patriotas paladinos estrênuos da atoarda que pretendem *Voador* com o título altissonantíssimo de primeiro nauta dos ares, no Universo, a voar dentro da sua caranguejola das esferas de ambar.

De que valera haver o Pe. Galileu Venturini trazido a público em sua tão erudita monografia: *Da Icaro o Montgolfier*, que a estampa da Passarola era uma fantasia in-

ventada pelo próprio Bartolomeu de Gusmão, e seu amigo, o Conde de Penaguião, a fim de mistificarem e ludibriarem aqueles que pretendiam surpreender o segredo do invento aerostático.

Esta descoberta do sábio jesuita italiano já divulgada fôra e várias vêzes, em Portugal e no Brasil. Aqui surgiu nestas mesmas colunas do *Jornal do Comércio*, onde agora se reproduz, a notícia sem os pormenores que oportunamente foram por mim dados.

* *

Mas, observa o leitor, não há fumaça sem fogo! De onde se originara esta atoarda tenaz de que Gusmão haja voado em sua Passarola? Não haverá, então, um único documento abonador de tal boato, por medíocre que seja a sua capacidade de convencimento?

Manda a lealdade que aos leitores façamos saber que um antigo documento impresso existe, antigo setecentista reconhecedor do boato de que Bartolomeu de Gusmão sulcou os ares com o seu aerostato.

Convém desde logo contar, aliás o que vem a ser tal documento. Não é contemporâneo das experiências do Condor em 1709 e sim delas posterior de meio século, de largo lapso portanto.

Procede de obra impressa em Lisboa e em 1759, de autoria de certo Pedro Norberto Aucourt e Padilha "cavaleiro professor da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real e Escrivão da Câmara de Sua Majestade na Mesa do Desembargo do Paço". Tais os atributos com que se qualifica o autor do volume "impresso com as licenças necessárias", estas "*Raridades da Natureza e da Arte, Divididas pelos quatro elementos, Escritas e dedicadas À Majestade Fidelíssima de El Rei D. Joseph I.*"

Constituem hoje grande raridade bibliográfica, das maiores da bibliografia portuguesa setecentista.

Obra vinda a lume em Lisboa, e em 1751, é nela que se encontra a primeira referência, impressa, às experiências de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, até hoje divulgada.

E como precede, de quatorze anos, às experiências dos Irmãos Mont-

golfler, dar-lhe-ia tal circunstância a mais considerável valia, não fôra a insignificância, senão mesmo a nulidade, consubstanciada no depoimento expresso à pág. 428 da obra, onde a falar de máquinas voadoras, escreve o autor esta a mais que lacônica notícia: "O Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, em sua máquina de papelão se elevou na presença do Senhor Rei D. João V".

A tal respeito comenta o erudito gusmanólogo, Coronel Gustavo Tedeschi Correia Neves, distintíssimo oficial do Exército Português: "Apesar de curta é a notícia valiosa, por impressa numa época em que ainda muita gente dizia que assistira às experiências, que portanto a desmentiria, caso não verdadeira".

Antes do mais convém, a meu ver, examinar o que pode valer tal asserção, que, acaso exata, provocaria a completa transformação na cronologia da aeronáutica universal. Que autoridade vem a ser a de Pedro Norberto de Aucourt e Padilha, personalidade a qual acompanha o mais denso anonimato? Sabe-se que nasceu em 1704 e que em 1755 ainda vivia, pois estava a imprimir as suas *Raridades* neste milésimo.

Assiste à sua obra real valor, mas, única e infelizmente, como repertório das abusões, correntes, e vivazes, no público português, contemporâneo.

Traduzem as *Raridades* a ingenuidade, a boa-fé, a credulidade incriveis, de um homem, aliás fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, etc. e portanto longe de ser algum pobre quidam.

Escreveu verdadeiro repertório enciclopédico de crendices, que ao mesmo tempo pode aspirar ao legítimo título de *asneirário*. É a sua zoologia simplesmente impagável e sua teratologia não menos inacreditável. Piamente acreditava o nosso Secretário da Mesa do Desembargo do Paço, em tritões, imãs vegetais; na fênix e no giboismo brasileiro, de carnes renováveis, nas enormes águias bicéfalas americanas, quase do porte de *Ave Roca* de Sindbad o Marujo das *Mil e Uma Noites*.

Como pois tomar a sério o depoimento desse homem em quem se

encarnavam a mais incrível credulidade e a mais toleirona ingenuidade?

O manuscrito do códice 1012 de Torre do Tombo descoberto por Brito Rebêlo e de autoria de um lente de teologia, Fr. Lucas de S. Joaquim Pinheiro, reforça a certeza de que o balonete de Gusmão era legítima *montgolfero* como bem observa Correia Neves. Não é o papel contemporâneo das experiências, positivamente mas parece do século XVIII ainda. Pensa o Padre Reimbaldas que se data de 1784. No documento em tela não há a menor afirmação de que o aparelho de Gusmão transportara tripulante. Parece que se deve ao catalão Bocons o recolhimento da landa da viagem aérea do *Voador*.

Em 1854 Frederico de la Fignière encontrou no British Museum um exemplar de petição de Bartolomeu, em 1709 sobre a sua máquina.

Uma nota apensa a este papel assevera que a 20 de abril de 1709 realizara Gusmão a sua proeza aeronáutica descendo do castelo de S. Jorge ao Terreiro do Paço em seu aparelho.

Ora, os depoimentos de Leitão Ferreira Soares da Silva é o que mais merece ser considerado, o do Núncio futuro Papa, são concordes em afirmar que a primeira experiência foi a de agosto de 1709.

Bem sabemos o que seja o contágio das notícias sensacionais a cujo conto sempre se acrescenta o ponto do próloquio popular.

Não tardou Dom Fernando Denis em valer-se de sua grande autoridade para oferecer, já em 1858 na *Nouvelle Biographie Générale* que a experiência de Gusmão, a que acompanhara o maior êxito efetuar-se a 8 de agosto de 1709. Pouco depois avançava Denis que nos arquivos de Brunswick, existia uma carta da princesa Elisabeth de Brunswick, datada de 10 de agosto de 1709 em que esta dama afirmava à sua mãe, Duquesa de Ottingen "haver visto a nau voadora de Gusmão elevar-se triunfalmente nos ares no dia 8 de agosto. Jamais se comprovou tal

achado, com grave dano à reputação de Denis.

A explicação por êle dada à ausência de repercussão extralusitana das experiências do santista é ingenuamente infantil, tomando ares até de obunbramento do espírito do escritor.

Menos ávidas de noticiário do que os nossos jornais de hoje as gazetas daquele tempo silenciaram a respeito do que ocorrera na Casa da Índia (sic!). Absolutamente obcecada gusmânica a versalhada do Denis a invocar em favor da prioridade gusmânica a versalhada do poeta de fancaria, do aretino profissional que tanto hostilizou a Gusmão com as suas saloiadas, Tomás Pinto Brandão vulgo Pinto Renas-

cido, quando no entanto em tôda a versalhada do sórdido truão — cujo único título de apêgo à sobrevivência do nome reside nas agressões desferidas contra o nosso imortal compatriota — em tôda a versalhada de tal insultador profissional, não há referência alguma à execução de qualquer viagem aérea de seu perseguido, de quem procura desmoralizar o invento em perspectiva, pois pretendia impingir:

*que pelo ar navega e vôa
Um barco sem piloto e sem remeiro*

*fcaro de baeta tonsurado
candidato a tripular
pacabote do não visto invento*

E assim por diante.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL MAGALHAES — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE — H. MONKEN & CIA. LTDA. — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON — Rua Visconde de Niterói, 1.364 — Rio de Janeiro.

CASA BALNEARIO — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, n. 191-B — Ramos Rio de Janeiro.

E.R. SCHEID — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas, 529-s/1211 — Tel. : 23-4830.

PNEUS GENERAL S. A. — Matriz : Rio, Av. Presidente Wilson, 165, 9º andar — Tel. 42-4092 — Filiais : Rio, Av. Brasil, 555 — Telefone 28-4135 — São Paulo : Rua Bento Freitas, 146-150 — Telefone 34-4699 — Curitiba : Av. 7 de Setembro, 1927-1941 — Distribuidores : Belo Horizonte — Pneumasa — Pneus, Máquinas e Acessórios S. A. — Av. Olegário Maciel, 484 — Tel. 2-4731 — Porto Alegre : Cronwood S. A. — Rua Garibaldi, 664 — Tel. 6150 — Salvador : Simtral — Sociedade Importadora de Máquinas, Tratores e Acessórios Ltda. — Av. Frederico Pontes, 120 — Tel. 6014 — Caixa Postal 720 — Agentes Depositários — Recife : Denis Paredes & Cia. — Av. Guararapes, 154, 5º andar — Tels. 6985 e 7875 — Caixa Postal 469.

SOARES PORTELLA & MAGALHÃES LTDA. — Aparelhos para laboratórios etc. — Rua Dr. Nunes n. 220 — Tel. 30-0155 — Pedro Ernesto — antiga Olaria.

GINASIO BRASIL — Rua São Clemente n. 295 — Tel. 46-9208 — Botafogo.

GINASIO JOSÉ BONIFÁCIO — Jardim de Infância — Primário — Admissão Ginásial — Instituto de Educação — Pedro II — Carmela Dutra e Colégio Militar — Rua Bambina n. 146 — Tel. 26-4224 — Botafogo.

OFICINA TÉCNICA DE RADIADORES LTDA. — Reformas, limpezas e remodelagens de radiadores em geral — Rua Dona Isabel, 71 C e D (Praça das Nações — Bonsucesso) — Tel. 30-6842.

LABORATÓRIO TÉCNICO DENTÁRIO CASTRO — (Ed. Rio Branco) — Avenida Rio Branco, 257, Salas 911-912 — Alberto Castro — Rio de Janeiro — Telefones 52-0569, 52-7425 e 42-2598.

FABRICA DE SACOS DE PAPEL — Artigos escolares e para escritórios — Papéis em geral — Barbantes — Caixa Postal n. 4538 — End. teleg. "JOMECRI" — Jorge, Mendes & Cia. — Fábrica: Rua 29 de Julho, 220 — Depósito: Rua Flávia Farnese, 120 — Escritório e loja: Praça 11 de Junho, 203-A — Tel. 52-2094 — Rio de Janeiro.

LATICÍNIO CRISTAL — M. Pereira Coronha & Cia. — Rua São Francisco Xavier, 176 — Tel. 28-2616 — Distrito Federal.

GRAFICA ARTECOR LTDA. — Tricomias — Policromias — Rua Flack n. 138 — Tel. 29-5689 — Rio de Janeiro.

RADIO TÉCNICA ATLAS — F. Perroni — Acessórios para rádios — Travessa Rodrigues Marques, 127, Bangu — Tel. 448 — Rio de Janeiro.

A METALÚRGICA FEDERAL — Fundação de Metal e Bronze — Rua Alfredo Dolabela Portela n. 89 — Tel. 43-2010 — Rio de Janeiro.

"DILAMI" DISTRIBUIDORA NACIONAL DE LAMINADOS S. A. — End. tel. "Dilaminos" — Rua Camerino n. 87 — Tel. 52-2174 — Rio de Janeiro.

SOCIEDADE ARMAZENADORA E COMERCIAL ATLANTICO LTDA. TRANSPORTES URBANOS — Armazenagens de mercadorias em geral — Rua Santana n. 21 — Tel. 43-2768 — Rio de Janeiro.

MACHADO CARNEIRO S. A. INDÚSTRIA E COMERCIO — Madeiras e Materiais de Construção — Cereais — Xarque — Manteiga — Produtos químicos — Rua do Acre n. 90, 7º — Tel. 43-2482 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE CALÇADOS CORCOVADO — Indústria brasileira — Delfim, Madeira & Cia. Ltda. — Rua Antunes Maciel n. 81 — Telefone 28-3706 — Rio de Janeiro.

ARTHUR VIANA CIA. DE MATERIAIS AGRÍCOLAS — Adubos e Produtos para lavoura — Telhas "Ondalit" — Avenida Graça Aranha n. 226 — Salas 1113 e 1117 — Caixa Postal 3572 — End. tel. "Salitre" — Fones: 22-2531 e 42-7848 — Distrito Federal.

"SEISA" EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO — Máquinas e Motores — Rua dos Inválidos, 194 — Rio de Janeiro.

JORGE MAENDES & CIA. — Papelaria em geral — Praça 11 de Julho, 203-A-loja — Rio de Janeiro.

NOTRE DAME DE PARIS — Modas e Tecidos em Geral — Largo de São Francisco, 18 — Rio de Janeiro.

"ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA. — Escritório: Av. Almirante Barroso, 72-13º And. — Tel.: 22-9981 — Rio de Janeiro.

- LABORATÓRIO J. AUBRYL LTDA.** — Rua Prudente de Moraes, 1.420 — Ipanema — Rio de Janeiro.
- GUSTAVO VEIGA & CIA.** — Rua dos Andradas, 72-Loja — Rio de Janeiro.
- IMPORTADORA UNIVERSAL LTDA.** — Rua Sacadura Cabral, 55 — Rio de Janeiro.
- HOTEL EXCELSIO** — Av. N.S. de Copacabana, 1.800 — Rio de Janeiro.
- S/A MARTINELLI** — Av. Rio Branco, 26-B — Loja — Rio de Janeiro.
- FÁBRICA DE BEBIDAS DAMIERI** — Rua Senador Alencar, 143 — Rio de Janeiro.
- LABORATÓRIOS DOCTA-FADIS LTDA.** — Rua Maxwell, 452 — Rio de Janeiro.
- O INÍCIO DO LAR** — Móveis em geral — Rua Ibiapina, 319 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- REFINARIA PIEDADE S/A** — Rua Assis Carneiro, 80 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- "MAGALHAES SUCUPIRA & CIA. LTDA."** — Tecidos, Fardamentos, Esportes e Campanha — Rua São Bento, n. 7 — Telefones 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal — 1966 — Rio de Janeiro.
- "FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA."** — Importadores — Ferragens, Ferramentas, Tintas, Oficinas especializadas na execução de qualquer tipo de chaves e consertos de fechaduras "Yale", tipo "Yale" e para automóveis — Av. Presidente Vargas, 710 — Rio de Janeiro.
- "MAGALHAES SUCUPIRA & CIA. LTDA."** — Tecidos, Fardamentos, Esportes e Campanha — Rua São Bento n. 7 — Telefones: 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal: 1966 — Rio de Janeiro.
- HELIOGAS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA** — Escritório: Av. Graça Aranha, 19-11º and. — Tels.: 42-2717 e 42-1447 — Pedidos de Gás, pelos Tels.: 42-1867 e 42-3568 — Depósito: Rua Viúva Cláudio, 215 — Jacarezinho — Tel.: 29-2616 — Rio de Janeiro — Brasil.
- COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA** — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Tels.: 42-0335 e 42-1316.
- ALBERTO GUEDES DA SILVA** — Fábrica de pratarías — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 73 — Benfica — Tel.: 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.
- CASA SANTO ANTONIO** — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel.: 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial: Rua Conceição, 183 — Niterói — Estado do Rio.
- REMINGTON RAND DO BRASIL S.A. (CASA PRATT)** — Máquinas de escrever, Máquinas de calcular, Máquinas tabuladoras. Arquivos e Fichários — Rua Buenos Aires, 283 — Rio de Janeiro.
- CORRETOR DE FUNDOS PÚBLICOS — IRMÃOS LIPS DA CRUZ** — Rua da Candelária, 9-4º, S/401 a 403 — Tel.: 23-1001 — Enderêço Telegráfico "Gelips e Stock".
- CERVEJARIA MAURIN** — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel.: 28-2706 — Rio de Janeiro.

CHINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET" — Filial de Copacabana : Automóveis, Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 88 — Tels. : 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.

EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. — Rua Araujo Pôrto Alegre, 70-8º. Sala 806 — End. Telegr. "Ecil" — Tels. : 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.

FÁBRICA DE TECIDOS CONFIANÇA — Rua Artidoro Costa, 67 — Tels. : 38-4440 — Rio de Janeiro.

MATHEIS TEXTEIS CIA. — Rua Beneditinos, 17-2º And. — Telefone 43-2860 — Rio de Janeiro.

S/A MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS — Rua Teófilo Ottoni, n. 15-5º and. — Rio de Janeiro.

MESBLA S/A — Rua do Passeio, 42 a 46 — Tel. : 22-7720 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

CASAS DAS CORTINAS LTDA. — Rua Riachuelo, 23 a 25 — Telefone 42-7872 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

COMPANHIA AUTOCARROCIARIAS CERMAVA — Fábrica e Escritório : Rua Cel. Almeida, 53 — Piedade — Tel. : 49-8068 — Rio de Janeiro.

A EXPOSIÇÃO MODAS S/A — Escritório — Av. 13 de Maio, 23-2º and. — Tel. : 32-6060 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DOCAS DA BAHIA — Av. Beira-Mar, 262-4º and. — Tel. : 52-7022 — End. Teleg. : "DOCBA" — Rio de Janeiro.

BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S/A — Praça Pio X, 54-A — Telefone 52-2170 — Correspondente do Credit Lyonnais — Rio de Janeiro.

COMPANHIA UNIVERSAL DE FÓSFOROS — Fósforos de Propaganda, Brindes e Fantasia — Escritório : Av. Rio Branco, 81-20º and. — Tel. : 23-5870.

"HOOS" MÁQUINAS MOTORES LTDA. — Av. Rio Branco, 25-16º and. — Tel. : 43-3510 — Rio de Janeiro.

LOWNDES & SONS, LTDA. — Administradores de bens ; Corretores de Imóveis e Seguros — Escritório — Av. Pres. Vargas, 290-1º and. — Telefone 43-0905 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA KOSMOS — Rua do Carmo, 27-A, Telefone : 52-8010 — Rio de Janeiro.

COLÉGIO ANGLA AMERICANO — Praia de Botafogo, 374 — Telefone : 26-1321 — Rio de Janeiro.

"E.T.E.C." — EMPRESA DE TERRAPLENAGEM ENGENHARIA — Av. Nilo Peçanha, 12-5º S/526 — Rio de Janeiro.

BACOREP S.A. — Av. Rio Branco, 81-21º And. — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DEODORO INDUSTRIAL — Av. Rio Branco, 26-7º And. — Rio de Janeiro.

"S.O.M.T." — SOCIEDADE COMERCIO E INDÚSTRIA DE METAIS LTDA. — Av. Graça Aranha, 226-10º, S/1017 — Rio de Janeiro.

SINDICATO DOS ESTIVADORES DO RIO DE JANEIRO — Rua Antônio Lage, 42-3º And. — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

- ALFAIATARIA COLUMBIA** — Aceita-se cortes à feitiço — Rua Miguel de Frias, 48 — Tel.: 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.
- ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S/A.** — Capital Realizado Cr\$ 2.000.000,00 — Sede social — Bahia — Agência geral no Rio de Janeiro — Av. Pres. Vargas, 642 — Tel.: 52-2108.
- E.G. FONTES & CIA.** — Av. Nilo Peçanha, 12-9º, S/901 e 903 — Rio de Janeiro.
- IPAMA IMPORTADORA PRODUTOS DE AÇOS, MADEIRAS, LTDA.** — Av. Franklin Roosevelt, 115 — Grupo 1101 — Tel.: 32-3335 — Material ferroviário — Madeiras e Esquadrias.
- COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHA"** — Casemiras finas de pura lã — Fábrica: Rua Garibaldi, 169 a 187 — Caixa Postal, 1853 — Rio de Janeiro.
- BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL** — Matriz: Avenida Rio Branco 39/41 — Tel.: 43-4885 — Filial: Avenida Nilo Peçanha, 12 — Tel.: 52-6122 — Agências: Campo Grande — Av. Cezário de Melo, 1.188-b — Tel.: CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas, 43-A — Tel.: MHS 1022 — Jacarepaguá: Av. Geremario Dantas, 56 — Tel.: JPA 453 — Meyer: Rua Frederico Meyer, 22 — Tel.: 29-7915 — Penha: Rua Custódio de Melo, 81-A — Tel.: 30-5311.
- COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Avenida Beira Mar, 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA** — Rua Marquês de Sapucaí, 200 e José Higino, 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.
- "MAGALHÃES SUCUPIRA & CIA. LTDA."** — Tecidos, Fardamentos, Esportes e Campanha — Rua São Bento, 7 — Telefones: 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal — 1966 — Rio de Janeiro.
- "FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA."** — Importadores — Ferragens, Ferramentas, Tintas, Oficinas especializadas na execução de qualquer tipo de chaves e consertos de fechaduras "YALE", tipo "Yale" e para automóveis — Av. Presidente Vargas, 710 — Rio de Janeiro.
- "USINAS BARCELOS"** — E. do Rio.
- COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL MAGALHÃES** — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.
- FÁBRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE — H. MONKEN & CIA. LTDA.** — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.
- CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON** — Rua Visconde de Niterói, 1364 — Rio de Janeiro.
- CASA BALNEÁRIO** — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, 191-B — Ramos — Rio de Janeiro.
- E.R. SCHEID** — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas 529-S/1211 — Tel.: 23-4830.
- "FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA."** — Importadores — Ferragens, Ferramentas e Tintas — Av. Presidente Vargas, 716 — Rio de Janeiro.

AS COMEMORAÇÕES EM HONRA DAS VÍTIMAS DA INTENTONA COMUNISTA DE 1935

DIRIGE-SE AO POVO BRASILEIRO O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA ATRAVÉS DA "VOZ DO BRASIL"

Ao ensejo das comemorações em honra dos soldados mortos na intentona comunista de 27 de novembro de 1935, o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek dirigiu ao povo brasileiro, através da "Voz do Brasil", o seguinte discurso :

"Não me dirijo ao povo brasileiro, no dia de hoje, apenas para unir minha voz às vozes que celebram e honram os soldados mortos de vinte e sete de Novembro de 1935. O intérprete militar, na cerimônia desta manhã no campo santo, disse o que importava dizer — falando como um soldado deve falar aos seus companheiros sacrificados. E não foram somente as entidades oficiais e as Forças Armadas que prestaram preito de gratidão aos que tombaram em defesa da ordem; o povo também participou comovido das demonstrações cívicas que recordaram a imolação dos bravos que, há vinte e um anos passados, pagaram com a própria vida o preço da liberdade, da lei moral, e da civilização que integramos.

Achei, meus patrícios, que, apesar de ter o país cumprido plenamente o seu dever de gratidão para com seus heróis no dia de hoje, nenhum momento se apresentava mais oportuno para mim, não somente para reverenciar os mortos, na qualidade de Chefe do Estado Brasileiro, em que estão incluídas as altas e honrosas responsabilidades de Chefe Supremo das Forças Armadas — mas também, para falar à Nação com toda a clareza, sin-

ceridade e firmeza, que a hora inspira.

Em respeito aos soldados da lei imolados na revolução de trinta e cinco, em respeito à verdade e a dignidade do cargo que exerço por livre escolha do povo, quero afirmar que não basta homenagear a memória dos bravos defensores da liberdade, que não basta cercá-los de palavras e ornar de flares os seus túmulos; é preciso não trair os ideais em cuja defesa eles se sacrificaram, não traí-los mesmo involuntariamente, ou por omissão, às vêzes mais criminosamente que os atos e palavras. Todos sabemos por que morreram os oficiais e praças, alguns lutando de armas na mão, outros surpreendidos em pleno sono; sabemos que morreram por princípios que importam mais que a própria vida, que tombaram para que pudéssemos continuar pelo tempo adiante, respirando o ar da liberdade, sem o qual tudo perde o sentido, a existência não é senão uma fatalidade dificilmente suportável. Morreram gloriosamente esses homens, esses soldados, esses brasileiros, para que não vingassem neste país o fanatismo revolucionário o ateísmo deformador da alma humana, o imperialismo político e econômico mais opressor de que a história moderna dá notícia, e que procura roubar-nos, além de tudo o mais, também o que possuímos de essencialmente precioso, de bem mais valioso ainda que as nossas riquezas naturais, que é a nossa personalidade de povo, nascido e plas-

mado sob o signo do cristianismo e na aspiração da liberdade.

Morreram êsses soldados em 1935, para que não morresse o Brasil como nação. Por isso merecem êles que honremos os seus sacrifícios, que nos devotemos à causa pela qual deixaram quase todos, em plena mocidade, esta Pátria terrestre. Morreram para que as gerações futuras continuassem a fluir os privilégios alcançados pelo esforço e pelo martírio de muitos vultos assinalados de nossa história.

Não podemos trair a memória dos que considerarem que esta nação merecia o dom da própria vida. Meditei muito antes de falar-vos sobre o que constitui o dever do Governo diante do sacrifício de heróis como os que hoje enalteçemos e parece-me, que, em primeiro lugar, se impõe continuar a luta e que esta, nos termos em que está colocada na atualidade, ainda mais do que ontem, se assemelha e corresponde à defesa do próprio solo brasileiro diante da invasão estrangeira.

Trair os mortos de vinte e sete de Novembro é não prosseguir na batalha contra o inimigo obstinado e traçoeiro, que vitimou, de forma vilmente inédita em nossa história, os bravos soldados do Brasil. Trair os mortos de vinte e sete de Novembro é permitir a desordem, é consentir no desprestígio da autoridade é não combater com as armas da lei os que procuram dividir o Brasil pelo ódio, pelos ressentimentos insanáveis solapando a crença nas instituições, criando dissensões até mesmo nas Forças Armadas, cujo destino é lutar por uma causa única, que é a da preservação da soberania nacional e da autoridade constituída, debaixo de uma só bandeira, que é a do Brasil.

Nunca, em nenhuma época da vida do nosso país, desde a independência, a defesa da ordem, esteve tão estreitamente ligada, tão intimamente conjugada com a defesa dos direitos dos cidadãos, com as suas conquistas cívicas e digo-o sem ênfase — com a própria sobrevivência da nação brasileira, tal como desejamos que ela sobreviva, com os foros de sua civilização intactos, com

a sua expansão e crescimento assegurados.

O problema da ordem impõe-se neste instante como um imperativo do patriotismo de todos os brasileiros, indistintamente, civis e militares. Ordem como base da justiça, ordem como medida de segurança, ordem como demonstração de bom senso, como prova de que merecemos de Deus o país que recebemos de sua munificência, ordem para que possamos cumprir neste momento decisivo da história, em que tudo anuncia a possibilidade de novas lutas no mundo, o nosso dever de solidariedade com os que combatem pela boa causa, e também o dever em relação a nós mesmos, na defesa de nosso patrimônio e da vida de nosso povo; ordem para que possamos contribuir em favor da paz, ordem para que possamos aproveitar-nos, como é legítimo e patriótico, da confiança de elementos alienígenas que, tangidos pela inquietação que lavra de novo em outras partes do mundo, começam a procurar-nos como um país de segurança.

Não perdi o contacto direto com o país, com a nossa gente, um só momento; depois que exerço a Presidência da República não deixei de procurar ouvir e sentir os anseios do nosso povo, e é com a autoridade de quem não se encastelou na sede do Governo a despachar papéis — mas que continuou a viajar e a ascultar a opinião de toda a Nação — que estou em condições de afirmar que o Brasil não só deseja, mas exige ordem.

A aspiração de que a ordem se faça tem sua origem, sem dúvida, no instinto profundo de defesa de nossa nacionalidade. Compreendo e admito que as divergências com o meu Governo sejam grandes, da parte de alguns, e que mesmo patriotas tenham sido arrastados pela paixão política e pelos efeitos do ódio sem razão, que infelizmente atua em nossa terra. A êsses adversários sinceros e bem intencionados, dirijo uma palavra direta e franca — mantenham-se vigilantes na oposição, pois maior serviço não podem prestar ao meu governo, sujeito a

errar porque humano, mas não contribuem para o mal comum exacerbando as paixões a pontos extremos, cavando uma separação intransponível entre irmãos; não se coloquem contra o país que trabalha, contra os que lavram a terra, contra os que se arriscam e labutam nas indústrias, contra os que conquistam o pão de cada dia com esforço e sacrifícios, contra o brasileiro de todas as regiões, para quem a vida é uma esperança que não pode mais ser adiada indefinidamente; não se coloquem enfim contra os interesses mais legítimos e sagrados desta Pátria, interesses esses que reclamam ordem, coesão e paz.

Sou o primeiro a admitir que muitas reformas devem ser praticadas e que estamos longe da perfeição; mas reformas, aprimoramentos, melhorias, e o próprio amadurecimento da nossa mentalidade política só podem ser conseguidos dentro da lei, da estabilidade, neste regime legal em que nos mantemos pela graça de Deus e pela vontade dos homens de bom senso, que não nos faltam ainda, e estão mais dispostos e vigilantes do que nunca nos seus propósitos de lealdade ao regime.

Nesta hora, quero reafirmar ao país que não sairei da lei em hipótese alguma, que continuarei na defesa da legalidade — como sempre estive e com o mesmo destemor, sem arrogância, com que me mantive durante as agitações e ameaças que enfrentei nas horas decisivas de candidato.

Não está nas cogitações do Governo — nem disso necessita ele — de recorrer a nenhuma providência de exceção, como o estado de sítio. Os elementos empenhados na destruição do regime é que sonham com providências que venham alarmar o país, trazer o desassossego e desacreditar-nos no estrangeiro. Forte no seu direito, sereno na defesa da causa da ordem e da lei, pois, não há no Brasil senão agitação de superfície, desapoitada por todo o país consciente, o Governo encontrará amparo e força no exercício de suas prerrogativas consti-

tucionais, todas as vezes que fôr necessário reprimir excessos e disciplinar os que se excederem e cometerem indisciplina.

Nesta hora de alarme no mundo, em que está pronto a seguir para o Oriente Próximo um contingente de nossas forças que vai colaborar na manutenção da paz e da ordem, será desnecessário insistir que devemos revestir-nos de toda a autoridade para a ação internacional de que vamos participar.

Ninguém, nenhuma intriga logrará desviar as nossas Forças Armadas do seu papel glorioso, que é o de garantir a lei e zelar pela integridade e pelo respeito que o país deve merecer não só do estrangeiro, mas também de seus próprios filhos.

Deus sabe, e sabem-no todos os brasileiros, que nada tenho feito com maior insistência, nestes meses decorridos na Presidência da República, do que pregar a ordem e a paz, do que bater-me pela concórdia, do que pleitear uma trégua pelo menos, para que se econtre a solução de tantos e tão grandes problemas que nos assoberbam e preocupam em face da crise de crescimento que atravessamos. Deus sabe, e justiça me será feita por todos, que coloquei o interesse da paz entre os brasileiros acima de quaisquer vaidades, que procedi com a humildade que me competia, todas as vezes que o ensejo se ofereceu, de desarmar prevenções injustificadas, de promover a formação de uma atmosfera menos carregada, de dar segurança a todos, principalmente aos que lutam e trabalham. Mas esse esforço e empenho em prol da serenidade tem um limite, uma fronteira intransponível e sagrada, que é a manutenção do princípio da autoridade, a preservação da dignidade do poder legitimamente constituído. A autoridade que suporta inerte seu aniquilamento, que não reage às provocações perigosas não fazendo cumprir a lei, a autoridade que permite, por omissão, a desordem, que tolera que se intriguem impunemente as Forças Armadas, estará concorrendo também para atizar fogueira capaz de

devorar o país, e contribuindo para o estabelecimento da desordem deservindo a harmonia e à união dos cidadãos, auxiliando na dissolução do país, abrindo novas possibilidades a que sejam feitas outras vítimas, a que jorre mais sangue, a exemplo do que aconteceu em 27 de Novembro de 1935.

Prometo e juro ao povo brasileiro que honrarei o meu mandato não cedendo a nenhuma ameaça, não permitindo que lave a anarquia no país; prometo e juro os mortos que no dia de hoje cultuamos, que não será em vão o supremo sacrifício que fizeram em favor do Brasil. Prometo e juro que, sem perder um só momento a serenidade e mantendo-me inalteravelmente dentro da lei, saberei reprimir os maléficos desvios dos que auxiliam a ação subversiva, que visa a solapar o organismo nacional e atingir o nosso sistema democrático.

Como não me senti diminuído em propor e batalhar pela paz até aqui, com uma pertinácia que a muitos pareceu fraqueza, como não me humilhou apresentar a bandeira branca, em benefício do país, aos meus decididos adversários de ontem, não hesitarei também em reprimir, venham de onde vierem, as demonstrações de desrespeito à lei, em enfrentar a fúria destruidora que não se detem, para a satisfação dos seus instintos, nem mesmo diante da violência de todos os princípios da moral e das regras que disciplinam as relações entre os homens. Tenho sentido, nestes últimos dias, que nada é mais sagrado para o povo do que o princípio e o respeito da autoridade, do que a luta em favor da ordem, contra os agitadores conscientes ou não.

Chegou enfim o momento de uma advertência enérgica aos inconformados, aos que sonham com a desgraça, aos que insistem em atribuir ao país para a satisfação de suas ambições malogradas. Chegou a ho-

ra de dizer-lhes diretamente que não prossigam, que não porfiem em querer transformar em caos este país, que já está dando demonstrações de impaciência e cansaço diante de provocações que já se tornaram insuportáveis. É preciso adverti-los de que não lograrão os seus intuítos, que o Brasil não é uma terra de ninguém, que o Brasil cresceu demais, que se tornou bastante adulto para não permitir que a loucura e os rancores estereis imponham as suas trágicas leis.

Presidente da República pela vontade do povo, disposto a governar em obediência à Constituição, não darei margem a que vinguem os propósitos desses desajustados, que são tão extremados ou mais ainda do que os obsecados por ideologias incompatíveis com a formação moral de nosso povo. Que os inconformados prestem atenção aos aplausos com que a Nação recebeu os atos afirmativos do Governo e se capacitem de que não poderão continuar no caminho em que insistem marchar. Acompanhará esses agentes provocadores a condenação do povo, expressa na confiança com que vem cercando as decisões do Governo, que luta para manter a estabilidade do regime e a fraternidade entre os brasileiros.

Conto para isso com o patriotismo e o sentimento sadio de disciplina das três Armas que compõem as nossas Forças Armadas, conto com o apoio da opinião sensata do Brasil, em maioria esmagadora pelo combate aos que querem transformar este país em terra de desordem, varrida pelo vento do ódio.

Neste dia de hoje tenho ainda um voto ardente a formular ao Criador: é que não me falte o ânimo no cumprimento do dever e que, se a ocasião se apresentar, tenha eu a mesma bravura desses que tombaram, no campo da honra, em defesa da causa da ordem, da justiça e da liberdade em nossa Pátria."

FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA

REMINISCÊNCIAS DE CAMPANHA

A. NOGUEIRA JUNIOR

A emoção que tivemos ao reler aquelas dez quadras originais com que o tenente médico Dr. Moura Ferreira estilizou o seu relatório quando assumiu a direção do serviço de saúde do 12º batalhão de infantaria, na Estação de Canoinhas, durante a Guerra do Contestado, foi incontensível. Ao espírito arguto do general Dermeval Peixoto não passou despercebido o valor histórico representado pelo documento que, segundo informação amiga, tanto irritou ao destinatário, cujos assomos punitivos se abrandaram ante a hilariedade com que foi acolhido por Setembrino de Carvalho, sempre disposto a encarar calmamente os fatos e aproveitar todos os ensinamentos que pudesse retirar de qualquer comunicação.

É muito importante lembrar que o general e cronista quis ocultar-se na neblina do pseudônimo "Crivelaro Marcial" com que exibiu sucessivamente três volumes sobre "A Grande Expedição" ou "Expedição Setembrino", onde vasou uma narração muito minuciosa dos acontecimentos que nos transmitiram grande parte dos sucessos da Campanha do Contestado, como é mais conhecida aquela efervecência deflagrada em 1912 e prolongada por vários anos. Muitos documentos que não pudemos encontrar os originais nos Arquivos do Exército, seus textos, por transcrição, pelo menos, estão, ali, preservados, para estudo e julgamento.

Um dos mais importantes e que tira qualquer dúvida quanto à iniciativa da Incursão Potiguarana levada a efeito por pequeno destacamento da Coluna do Norte, numa

projeção vertiginosa, cruenta, envolvendo peripécias de estarrecer e grande sofrimento, se representa pela Determinação clara expedida por Setembrino em 28 de março de 1915 e que foi alcançar aquele arrebatado comandante Tertuliano de Albuquerque Potiguar no seu bivaque da margem esquerda do rio Tamanduá, há muitas léguas do ponto de partida, no dia 30, ao escurecer. Tanta gente supõe ainda que o antigo capitão houvesse desprezado o concurso que lhe deveria ser oferecido por destacamento da Coluna Leste, para refôrço, quando pôde abandonar essa conjectura fantasiosa analisando a redação daquela ordem, mesmo de relance.

Há também, dois sonetos do mesmo autor e uma quadra satírica que saiu da imaginação irreverente, aqueles figurando às págs. 510 e 725 e, esta, à 364, figurando a intempestiva ordem de Setembrino na de n. 692-3, enquanto o faceto relatório metrificado se acolhe entre as de n. 359-61, sob a epígrafe "*Pedido de Medicamentos*".

Coronel Baima do Lago,
ao escrever estas linhas,
meus cumprimentos vos trago
da Estação de Canoinhas,

Onde cheguei, forte e são,
e fui mui bem recebido
pelo 12º batalhão,
a que sou agradecido

A Ambulância... faz-me dó!...
Dá-me, até, constrangimento!
Está pobre como Jó:
já não tem medicamentoss...

Há falta de antipirina,
de piramido, cloral
e sulfato de morfina,
aspirina e sulfonal.

Não temos ácido bórico,
nem iodofórmio e aristol,
ou elixir paregórico,
subnitrato e fenol.

Eu não sei como me saia
duma ferida, na cura :
não há gaze, nem cambraia,
mesmo em simples atadura

Preciso, é, que comunique :
falta, para uso geral,
a pomada de Helmerich
e, também, mercurial.

Esta Ambulância, com mágua,
digo ; ... se encontra tão ôca
tal qual uma bôlha dágua,
ou como cabeça louca !...

Como o "Baçu", coronel, (1)
eu passo, agora, a tratar
com rodela de papel
que não me custa alcançar.

Boas-Festas vos envia, (2)
desejando aura fagueira,
na data que se inicia,
o amigo Moura Ferreira. (3)

Os dois sonetos a que aludimos revestem a forma camoneana, sendo que o primeiro teria sido despertado ante a visão devastada de Santa Leocádia, quando foi reocupado a extinta povoação, lá por 28 de janeiro de 1915, no impulso inicial que iria completar-se com a famosa ofensiva no vale do Timbozinho. Talvez se intitulasse "Constituição". O outro, representa a figura varonil de Tertuliano de Albuquerque Potiguar, em seguida à inusitada "Incursão Potiguarana", é, igualmente, uma soberba composição, conquanto deixasse de incluir a idéia daqueles 572 valentes que ensinaram o êxito magnífico, espoucando nos arredores da Tapera depois de vá-

rios dias de combate e sofrimento, vencedores esfarrapados e famintos, com a perda de 62 dêles que ficaram abandonados à margem das 19 léguas de percurso, mas conduzindo todos os seus feridos em estado grave representados por 87, depois de registrar "um dos feitos mais fulgurantes da História Militar do Brasil", segundo nos afirma Aujor Ávila da Luz em seu livro "Os Fanáticos", editado recentemente. Mas... para contar essa epopéia... ainda não surgiu quem se abalancasse. Talvez que a rusticidade do relatório apresentado pelo seu comandante não facilite muito, dadas as falhas conhecidas e o entusiasmo natural com que êle ia redigindo, sem preocupações literárias e sem compreender o valor representado para o estudo futuro. Se a redação foi desataviada, mesmo sem ter desejo de apóntar os nomes dos seus colaboradores à posteridade, inconscientemente foi dizendo que eram "valentes, bravos, heróicos, abnegados", etc. registrando, assim, mais de vinte vezes, em geral ou em grupos.

Sobrevivem, ainda, na atividade o General Olímpio Falconiere da Cunha, na reserva, o autor dêste trabalho, reformados os generais Tertuliano Potiguara, Euclides Pereira Bueno e Major Telêmaco de Paula Rodrigues. No quadro da Fazenda do Paraná nos deparamos com o ex-cabo de nossa companhia Antônio Mandu da Silva, Nicolau Fernandes, Salvador Mendes, Vitor Crescêncio, Adolfo Pinto, Pedro Scheidt, Antônio Corá, João Padilha, Otávio Leão de Carvalho, Augusto Viana, Joaquim Fioravante, José Manoel Ferreira, Olímpio Rodrigues e Vicente Ferreira de Paula, antigos esclarecedores vaqueanos, ultimamente entabulando ligação conosco, ainda resistem às invernias, na maior penúria, sem um recurso que lhes atenuasse os dias de velhice, a contar aquelas pejejas sanguinolentas e impiedosas que tanto agradam às gerações.

(1) Baçu era um presídígitor que se exibia nos teatros do País.

(2) Êste verso nos autoriza deduzir que o autor se apresentara na Coluna do Norte no curso final de dezembro de 1914.

(3) 1º tenente médico Raimundo Teófilo de Moura Ferreira.

Discurso pronunciado pelo Embaixador Baptista Luzardo, como Diretor da Caixa Econômica, na inauguração da Agência Deodoro na Vila Militar

Tornaram-se tradição muito simpática e por certo muito grata ao interesse do povo carioca as comemorações com que a nossa Caixa Econômica celebra, anualmente, a passagem da consagrada "Semana da Economia". Lembramo-nos dos seus primeiros festejos, há cerca de vinte e cinco anos passados, no velho casarão da Rua D. Manoel, e guardamos o simbolismo da sua simplicidade, revendo mesmo o desbravador Solano da Cunha a oferecer confresinhos de economia ao povo sempre achegado a Caixa, e que então se espalhava pelas imediações desta sua Casa. Eis uma cena que não se pode apagar da lembrança de quem possui espírito público e a obstinação de com ele servir à sua Pátria. Tivemos desde logo a compreensão de que assistíamos ao pronúncio de uma nova revolução. Foi verdade: daí, daqueles idos iniciais da célebre década de 30, passava o Poder Público a observar o valor da difusão do espírito de poupança, através das camadas populares, fazendo, simbolicamente, esta advertência ao povo: em cada setor de atividade nacional, não pode faltar, a presença de um cofre de economia!

E, realmente, germinada a idéia, o lema se corporificou, brotando, em cada canto da terra carioca, uma estação arrecadadora da economia popular, enquanto as demais unidades federativas ganhavam também a sua Caixa.

Hoje, seria um ato de rotina a criação de mais uma agência da Caixa Econômica, tanto quanto rotineiras se tornaram as solenidades do

Dia Internacional da Economia, fixado nesta data de 31 de outubro pelo 1º Congresso Internacional, de Milão e que enterra as celebrações da Semana da Economia.

Mas a rotina é trabalho sem alma, e para quebrá-la, basta uma motivação sentimental, como a que emoldura esta festa.

Entre os motivos de ordem pessoal que nos despertam emoções, neste instante, um respeito a íntima satisfação com que vemos a se cumprirem os pontos essenciais do programa que trouxeramos para a direção deste Instituto de Crédito Popular, há dois anos passados, consócio dessa necessidade da disseminação das agências por todos os pontos do Distrito Federal, e integrado plenamente na consciência das vantagens de tal iniciativa, no que concerne às finalidades da Instituição. Da mesma sorte, o ideal da edificação de nossa compatível sede própria, alegro-me em vê-lo em vésperas de realização. Felizmente, pois, os nossos objetivos e as nossas iniciativas têm merecido o apoio dos companheiros de Administração e o próprio entusiasmo do meu eminente amigo, o atual Presidente do Conselho, o ilustre Almirante Augusto do Amaral Peixoto. Provamos a escolha de nosso nome para receber a honra de falar, neste Ato, em nome do Órgão Diretivo. No momento em que agradeço a homenagem descubro ainda outras razões capazes também de a terem influenciado, como sejam, de um lado a nossa admiração pelo trabalho sempre capaz e prestimoso do Serviço de Engenharia, e de outro

lado, a coincidência de ter pertencido ao corpo de meus auxiliares diretos, o competente servidor já designado para o comando desta nova Agência.

* *

Em contacto com as peculiaridades do crédito popular, essa matéria-prima que a nossa grande Instituição tem o encargo especializado de administrar, temos imaginado que seria bastante salutar a muitos homens públicos fazerem um estágio nessa seara de elevação da alma e purificação do espírito.

Mais do que outro qualquer setor da Administração Pública, lidando, aqui, com a economia da classe trabalhadora e sentindo mais de perto suas dificuldades, a gente robustece o sentimento do interesse coletivo. Quem se abandona entre os choques e contra-choques dos outros setores da vida pública, situados acima da Administração, muitas vezes se arrisca a comprometer o equilíbrio do senso moral que a sã Política reclama. Pois se os deveres da Administração exercem ação premunitora ou reformadora sobre o homem de Estado, a gerência do crédito popular o reeduca para a vida pública. O mister em aprêo muito tem de comum com a prática do magistério.

A propaganda das Caixas Econômicas deve ser feita de preferência, nas escolas. Mas não apenas nas escolas onde se vai buscar o conhecimento das letras e sim nas oficinas, que são a escola do trabalho; nas casernas, que são as escolas do patriotismo; e, afinal, no seio da classe média, que cursa a escola do sofrimento e da renúncia. Elas devem ensinar, dentro de todas as esferas sociais, como lembra Pedro Bonani, o conceito de que o aforramento representa uma função econômica e moral da vida, que induz o indivíduo a preferir os sentimentos mais dignos e elevados de moderação e continência, aos primitivos impulsos de prodigalidade e desperdício, fechando o caminho ao vício, à dissipação e à miséria.

É ensinando que melhor se aprende.

É ensinando a prática racional de poupança a todas as classes responsáveis, e divulgando a vantagem de seus resultados para o indivíduo e para Nação, que a gente se acostuma a cultivar melhor o senso de equilíbrio e o prazer da renúncia.

Outra razão que empresta poesia e sentido emocional a este ato é a de estar-se inaugurando uma dependência da Caixa Econômica, no seio mesmo do próprio Exército Nacional.

Não houve falta de propósito na escolha do local e da denominação desta Agência.

O entrelaçamento não decorre de simples relações ocasionais ou interesseiras. Está, ao contrário, ligado às próprias finalidades de ambas as Instituições do Estado.

Desde logo, o nome do Fundador e Proclamador da República será uma inspiração constante para o amor e para o respeito às Instituições. É desse herói epônimo, e grande cabo de guerra, a afirmativa de que quem pretenda enriquecer materialmente, não deve ser soldado, juiz, ou sacerdote. Igualmente, como esses missionários da Defesa, da Justiça e da Fé, não pode esperar também o missionário do Trabalho, acumular riqueza material, pois, como os outros, é o apostolado o seu objetivo, sempre que se cuide, naturalmente, da categoria de trabalhador que interessa à vida das caixas econômicas. Essas entidades servem às classes médias, e, principalmente, às mencionadas classes que produzem, antes de tudo, a riqueza do bem comum. O capital realizado por essas classes da sociedade não é o nascido da super produção, que se avilta na ganância e nas competições mercantis, mas sim o capital bem fadado, oriundo da abstinência e da poupança, capaz de honrar os demais cofatôres da produção da riqueza econômica, que são a Terra e o Trabalho.

É sempre emocionante contemplar a história e a vida do Instituto das Caixas Econômicas, porque estas, pela sua própria essência, fazem pensar melhor na nobre participação do Trabalho e da Terra

na vida econômica. Como seria pacífica a Distribuição e tranqüilo o Consumo se esse Capital de formação enobrecida e enobrecedora pudesse substituir totalmente a seu antagonista — o capital especulativo — na organização produtiva! Estaria resolvida, sem dúvida, a questão social.

Aí está a afinidade que sem maiores perquirições a gente descobre entre a finalidade das Caixas Econômicas, como fonte de segurança e tranqüilidade do trabalhador, e a finalidade das Forças Armadas, como preservadoras da segurança e da tranqüilidade da Nação.

Esta identificação explica por que se iniciaram e se encerram os festejos da Semana da Economia justamente dentro dos meios militares, assinalado seu início com a significativa cerimônia realizada outro dia no Batalhão de Guarda, e marcado o seu término com este acontecimento de hoje, de tanto alcance social, em que se planta uma base da Economia no território do Exército, tal como acabamos de lançar um posto avançado daquela mesma Força, em redutos próprios da Marinha e da Aeronáutica.

Aquelas "classes pobres" a que se referiu Deodoro são as nossas homenageadas deste momento. Pensemos, então, no poder incomensurável da sua riqueza, principalmente em confronto com a miséria das outras que costumam ambicionar Poder. Os apóstolos da Defesa, do Trabalho, da Justiça e da Fé, são precisamente os mais ricos, na glória da sua pobreza material, porque são justamente os milionários da vida do espírito.

A renúncia é a sua virtude. Quanta altivez, por exemplo, na atitude de um Deodoro, ao renunciar aos naturais impulsos mais viris da vida de soldado, para rever humildemente seus próprios atos de Chefe do Governo da República, depois de reexaminados pelo seu Ministro Ruy Barbosa, que foi o maior dos brasileiros! "As vertigens da soberbia e da força" eram assim suplantadas pelo patriotismo e pelo senso do dever militar. João Mangabeira, biógrafo de "Ruy — o estadista da

República" reproduz este documentado relato de seu ilustre biografado sobre a — pobreza e a probidade de deodoro :

"Um dia, em minha casa na Praia do Flamengo, recebi uma carta de Deodoro. Nela ele me dizia que, estando o seu irmão, o Marechal Hermes, Governador da Bahia, gravemente enfermo, precisava vir ao Rio, acompanhado por um médico, que pedia para isso um conto de reis. E nem o seu irmão, nem ele próprio tendo essa importância, ordenara ao Vice-Governador da Bahia para entregar ao médico essa quantia. E pedia que, do seu subsídio de Chefe do Governo Provisório, fôsse ela descontada".

E Ruy continuou : "À tarde, quando fui ao despacho e disse a Deodoro que ia providenciar sobre o assunto da carta, ele mostrou-se constrangido, e disse-me, escusando-se, e comovido : "O Sr. não imagina o meu vexame. Meu irmão é a maior cabeça do Exército, e não há ninguém mais bravo. Vi-o no Paraguai coberto de sangue. Está à morte. Não podia vir sozinho. Não tinha um conto para dar ao médico. Nem eu. Na hora, só me lembrei de ordenar ao Vice-Governador que desse pelo Tesouro do Estado o conto, que eu pagaria do meu ordenado. Mas fiquei muito aborrecido. Porque o Tesouro não tem nada com as doenças minhas ou de meu irmão". E como eu lhe dissesse : "Marechal, esse ato só o pode honrar", respondeu-me !

— "Não penso assim. Ao contrário, me diminui. Nunca toquei num real que não fôsse rigorosamente meu. Quem gosta de dinheiro não vai ser soldado, juiz, nem padre". E como eu retorquísse que, ao contrário, a carta merecia publicidade, objetou imperativo : — "O Sr. vai me dar a sua palavra que não falará sobre ela, nem com seus colegas, que indenizará o Tesouro do Estado com a máxima reserva, e nunca a publicará". Dei-lhe a minha palavra, e a tenho cumprido. A

carta está secreta em meu arquivo."

Explica em seguida o Dr. João Mangabeira :

"Essa carta eu agora a desenterto do arquivo de Ruy e a publico para glória do Chefe do Governo Provisório.

Vêde bem : São dois Marechais : ambos feridos em mais de um combate, mas em Iitoró feridos juntos, e gravemente, tendo Deodoro recebido três ferimentos graves ; ambos crivados de bala e cobertos de glória ; ambos ditadores, um da Bahia, outro do Brasil, ambos sem ter a quem dar satisfação, exceto às próprias consciências — e esses dois homens não tinham um conto de reis para um caso de morte, e não sabiam obtê-lo senão pelo processo ingênuo de que a carta dá notícia, o que tanto constrangia a Deodoro !

* *

Estas recordações históricas quadram bem ao tema desta solenidade.

O espírito de renúncia e o fôro de honradês que o hábito da poupança oferece ao homem de trabalho não são diferentes daquelas virtudes do homem de guerra.

Todos tem uma alta missão de Segurança e de Paz a cumprir. Deodoro sacrificou-se pela Paz, que glorificou Caxias. Em defesa da Segurança e da Paz, o nosso atual Ministro da Guerra acaba de ingressar na História Pátria. Elegemos a nobre personalidade dêsse herói de nossos dias, para depositário, junto às Fôrças Armadas e às Fôrças Trabalhadoras, das homenagens que a Caixa Econômica lhes está prestando.

O mesmo fundo moral de abnegação e patriotismo que imortalizou a Caxias e a Deodoro armou o ânimo do nosso General Lott na sua intransigência com a ilegalidade.

Imaginemos como é pesada a cruz da responsabilidade que esses homens têm carregado, para a redenção desta terra onde nascemos ! Só quando as perspectivas da história o permitem é que se torna possível inventariar, com isenção e com

a avaliação devida, a fortuna somada pela grandeza de um militar como o Ministro da Guerra que vendo em suas mãos, de repente, o pôder integral do Governo, não o entrega, de volta, senão ao seu legítimo titular, o Povo Brasileiro, cuja vontade soberana êle próprio evitou que fôsse violentada. Este País há de se dar conta, um dia, do que foi a ação heróica dessa cidade que soube conter as conspirações que tanto andaram ameaçando nossa liberdade.

No campo da Economia, a mentalidade do atual chefe do Exército está trabalhando a independência financeira dêste, reorganizando-o em bases autárquicas, para que custe menos à economia da própria Nação, cuja integridade êle próprio resguarda... A empresa lhe será facilitada, pelo senso de poupança, de disciplina econômica, de equilíbrio e sobriedade que constitui o patrimônio do soldado.

Pois bem, o trabalhador que sabe economizar, realiza anonimamente a mesma função de salvaguarda das Instituições. Soma-se ao exército de terra, mar e ar, como guardião delas contra a desordem e o vilipêndio à soberania. Faz parte das fôrças que sustentam a Nação, com a mesma e decidida neutralidade que delas participam as Fôrças Armadas. Serve à impersonalidade do regime legal, como dizia Ruy. Tanto mais sublime é o alcance dos designios atingidos pelo homem do trabalho ; tanto mais se assemelha êsse resultado ao bem realizado pelo homem da guerra, pelo homem da fé e pelo home da justiça, quanto mais humilde e silencioso é o fervor da sua atividade para o benefício social. As Caixas Econômicas se orgulham de poder concretizar, como seu instrumento, aquela participação. Elas adotam por sistema, nas épocas normais e sempre, as mesmas providências que o Governo se vê obrigado a aplicar nas ocasiões de desespero financeiro. Seria mais fácil então seguir o seu exemplo, para prevenir os despautérios do crédito, que geram as crises inflacionárias ou deflacionárias sempre atormentadoras. O seu exemplo

mostra que não há capital nunca, sem base na poupança e no aforramento. E a prevenção dos males financeiros é muito menos sacrificante que a sua remediação.

Senhores

A instalação desta Agência, que a Caixa Econômica neste Ato entrega aos militares, dentro de um setor das Forças Armadas do Brasil, se

assinala por um marco especial, que é a efeméride do Dia Internacional da Economia. Entretanto, o acontecimento dispensa outros sinais comemorativos, na certeza de que as lembradas relações entre a Caixa e as diversas unidades militares já é uma vivência, e das mais gratas ao interesse da instituição, pela afinidade de designios, consagrados à própria vida do Brasil.

Magazine LEREX Ltda.

ARTIGOS FINOS PARA HOMENS — ALFAIATARIA

Desconto de 10 % para os sócios do Clube Militar

AVENIDA RIO BRANCO, 251-A-RIO

FONES 22-8551 E 42-3837 — END. TELEG.: "LEREXMAGAZIN"

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de novembro do corrente ano :

a) Do exterior :

- Argentina — Revista Militar.
- Bolívia — Revista Militar.
- Espanha — "Ejército" — Revista ilustrada de las armas y servicios.
 - "Revista de la oficialidad" (apêndice da Revista Ejército).
 - "Guion" (Revista de los mandos subalternos).
- França — Revue de Defense Nationale.
 - Revue Militaire d'Information.
 - Revue des Forces Aér. Franc.
- Itália — Rivista Militare.
- Portugal — Revista Militar.
 - Revista da Cavalaria.
- U.S.A. — Military Review.
 - Rev. Aérea Latino Americana.
- Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

b) Nacionais :

- "Conjuntura Econômica", da Fund. Getúlio Vargas.
- "Comércio Internacional", do Banco do Brasil.
- "Digesto Econômico", da Assoc. Com. de S. Paulo.
- "Militia", da Fôrça Pública do Est. de S. Paulo.
- "Itamaraty" — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.
- "Rev. Brasileira de Geografia", do I.B.G.E.
- "Boletim de Informações", da Conf. Nac. de Ind.
- "Rodovia" — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.
- "Revista do Club Militar".
- "Revista do Cons. Nac. de Economia".
- "Revista do Serviço Público".

PETRA DE BARROS E "A DEFESA NACIONAL"

O Exmo. Sr. Presidente da República, por decreto do dia 13 do mês findo, resolveu aposentar, a pedido, o Chefe da Imprensa Militar, Sr. Armando Cesar Petra de Barros.

Trata-se de um velho servidor que se afasta da atividade após mais de 50 anos de serviços ao Governo, sendo 46 no Ministério da Guerra.

O Exmo. Sr. General Secretário do Ministério da Guerra, a quem a Imprensa Militar se acha subordinada, fez cumprir um programa de homenagens àquele antigo Chefe civil, ressaltando-se, dentre elas, as seguintes :

- 1 — Leitura do Decreto de aposentadoria ;
- 2 — Leitura do ato do desligamento ;
- 3 — Leitura do Aviso Ministerial de agradecimento ;
- 4 — Leitura do Louvor do Secretário do Ministério da Guerra ;
- 5 — Descerramento da placa com o nome de "Officinas Armando Cesar Petra de Barros" ;
- 6 — Colocação do retrato do Senhor Armando Cesar Petra de Barros, na Galeria dos Ex-Chefes da Imprensa Militar ;
- 7 — Homenagem da Imprensa Militar, com entrega de uma lembrança dos seus ex-auxiliares ;
- 8 — Homenagem da Secretaria do Ministério da Guerra com entrega de um pergaminho onde está transcrito o Louvor do Secretário do Ministério da Guerra e de uma lembrança dos seus Chefes e colegas ;
- 9 — Encerramento da solenidade pelo Secretário do Ministério da Guerra .

É o seguinte o Aviso n. 972-D-15-C, de 28-VIII-956 :

APOSENTADORIA DE FUNCIONÁRIO

AGRADECIMENTO

Por decreto de 13, publicado no "Diário Oficial" de 23, tudo de agosto do corrente ano, foi concedida aposentadoria ao Oficial Administrativo, classe "M", Armando Cesar Petra de Barros, do Quadro Permanente deste Ministério, que vinha ocupando, desde 1938, o cargo de Chefe da Imprensa Militar.

Perde a Administração o concurso de um dos mais dedicados e eficientes funcionários, depois de haver prestado mais de 46 anos de bons serviços ao Exército e, aproximadamente, 54 anos ao Serviço Público Federal.

Das homenagens que lhe serão prestadas e programadas pela SMG, significativa, por certo, é a que manda dar às oficinas da Imprensa Militar a denominação de "Officinas Armando Cesar Petra de Barros", assim como a inauguração do seu retrato na Galeria dos ex-Chefes daquela repartição.

Assim, publicamente, os seus Chefes imediatos proclamam e reconhecem os reais méritos desse excepcional funcionário, apontando-o, através dessas merecidas homenagens, como paradigma do servidor público civil.

Afável no trato, extremamente atencioso e educado, assíduo e pontual, prestativo sem ser subserviente, honrado e discreto, justo e sereno, não seria de admirar, portanto, que, detentor de tais dotes

e pendores, não houvesse imprimido à repartição que chefiou e da qual ora se afasta, um ritmo disciplinado e acelerado de trabalho, de modo a acompanhar as necessidades e os serviços sempre crescentes do Exército.

Enriquecem e embelezam a sua invejável fé de ofício as mais lisongeiras referências, assim como diversas condecorações, dentre as quais se destaca a da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Cavaleiro.

Cabe-me, pois, como Chefe do Exército, prestar a êsse invulgar servidor, no instante em que se aparta da sua profícua e fecunda atividade profissional, a homenagem que coroará de êxito o término de sua longa e afanosa jornada, traduzida no sincero agradecimento, que ora lhe dirijo, pelos bons e leais serviços prestados e os ardentes votos de um tranqüilo e justo repouso, dignamente conquistado.

Esse alto funcionário, que é detentor da Ordem do Mérito Militar, foi, durante sua atividade, à testa dêsse estabelecimento, um elemento de alta valia da administração do Exército pelos seus conhecimentos técnicos, sua capacidade de trabalho e a inexcédível boa vontade com que atendia ao numeroso volume de expediente submetido à sua consideração. Sempre bem humorado, atento e justo com seus subordinados, conquistou um conceito unânime entre todos os que recorriam à Imprensa para atendimento de serviços gerais.

* *

Particularmente a Revista "A Defesa Nacional" consigna aqui seu reconhecimento imperecível pela atenção que êsse ilustre funcionário lhe dispensou durante tantos anos. Que o prestimoso amigo desfrute tranqüilamente e com saúde a quietude e descanso que merece pelo bem que semeou e pelos trabalhos prestados ao Exército.

BRASILIANAS

● Produção brasileira de alumínio

De janeiro a junho do corrente ano o país produziu 1.021 toneladas de alumínio, no valor de Cruzeiros 27.557.000,00. Segundo informa o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, em igual período de 1955 o volume de alumínio produzido no país atingiu 967 toneladas, com o valor correspondente a Cruzeiros 20.137.000,00. Verifica-se, de confronto, que houve um aumento de 45 toneladas e Cr\$ 7.420.000,00.

● Brasil : movimento migratório em 1954

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização, através da Divisão de Estatística, do Departamento de Estudos e Planejamentos, forneceu os dados constantes do presente trabalho, que visa a informar às pessoas interessadas e ao público em geral, embora de maneira sintética e resumida, os resultados estatísticos da imigração no país, no ano de 1954.

O total de imigrantes entrados no país em 1954 atingiu a 72.248 pessoas, contribuindo os portugueses com o maior número (30.062), o que equivale aproximadamente a 42 % do total. Seguem-se-lhes os italianos com 13.408 imigrantes, o que, em números redondos, corresponde a 19 % do total. Surgem, depois, os espanhóis, que alcançaram o número de 11.338, constituindo cerca de 16 % do total. Os japoneses aparecem em número pouco superior a 3.000; para sermos mais precisos, alcançam, os japoneses, o número 3.119, colaborando com 4 % apenas. As demais nacionalidades — alemães, gregos, norte-americanos, libaneses, israelitas, holandeses, ingleses, sírios, apátridas

e outros — contribuem juntas, com 19 %, não ultrapassando nenhuma delas a 4 %. Os 81 % já comentados, estão assim distribuídos :

Portugueses	42 %
Italianos	19 %
Espanhóis	16 %
Japoneses	4 %
Soma	81 %

Dos 72.248 imigrantes, 58.049 são espontâneos (80 %) e 14.199 são dirigidos (20 %). Nota-se a superioridade da imigração espontânea sobre a dirigida, chegando a ser 90 % e mais do total de imigrantes de quase todas as nacionalidades ou de quase todos os grupos, exceção feita para com os gregos em que a espontânea atinge aproximadamente 65 % e a dirigida os outros 35 % restantes.

Já com os italianos, japoneses e holandeses, o fenômeno é inverso, isto é, há evidente superioridade da imigração dirigida sobre a espontânea, na seguinte ordem :

Nacionalidade	Imigração dirigida	Imigração espontânea
Italianos	81 %	19 %
Japoneses	60 %	40 %
Holandeses	55 %	45 %

De todos os portos e aeroportos, o que mais recebeu imigrantes foi o de Santos (60 %), seguido do Rio de Janeiro (36 %) e Belém (2 %) que, juntos, fizeram desembarcar 98 % de todos os imigrantes de 1954, oferecendo a seguinte distribuição percentual :

Santos	60 %
Rio de Janeiro	36 %
Belém	2 %
Soma	98 %

Os 2 % restantes estão mais concentrados em São Paulo (aeroporto), Recife e Salvador.

É curioso assinalar que dos imigrantes desembarcados em Belém, 79 %, ou seja, 1.353 indivíduos são japoneses, 12 % (198) são portugueses e 6 % (105) são norte-americanos; dos que aportaram no Recife, 53 % (209) são portugueses; e dos que desceram em Salvador, 63 % (186) são espanhóis.

Seguem-se os totais dos imigrantes desembarcados nos seguintes portos :

Belém	1.708
Recife	395
Salvador	186

Dos 72.248 imigrantes entrados no país, 43.916 (61 %) são do sexo masculino e 28.332 (39 %) são do sexo feminino; 9.005 (13 %) são crianças cuja idade, em anos completos, varia entre zero a seis anos; 4.640 (6 %) têm idade compreendida entre sete e 11 anos; 5.321 (7 %) são pessoas de 12 a 17 anos; 51.401 (72 %) possuem idade compreendida entre 18 e 59 anos; 1.687 (2 %) têm 60 anos e mais, existindo ainda 194 pessoas que deixaram de declarar a idade, número este muito pequeno que não atinge nem 0,5 % do total.

Daquele número (72.248), 41.455 são solteiros (57 %), estando incluídas aí todas as pessoas de zero a 11 anos e grande parte das de 12 a 17 anos, que, juntas, contribuem aproximadamente com 25 %, o que significa dizer que quase a metade dos solteiros são pessoas de zero a 17 anos; 29.087 são casados (40 por cento); 1.440 são viúvos (dois por cento); 137 desquitados, divorciados e separados e 129 deixaram de declarar o estado civil; ambos esses grupos não conseguiram atingir, juntos, nem 0,5 % do total geral.

Quanto à ocupação declarada ou a atividade exercida, 9.987 são agricultores (14 %); 302 classificam-se em "outras atividades da agricultura"; 16.734 são operários qualificados (23 %); 2.221 são operários em geral (3 %); 607 (1 %) são técnicos; 32.377 (45 %) são de atividades domésticas, incluindo aí as crianças, os estudantes e as pessoas sem ocupação; 5.321 (7 %) trabalham no comércio e 4.789 (7 %)

pertencem a outras atividades não englobadas nas anteriores.

Quanto a constituição dos imigrantes em grupos isolados ou organizados em família, percebemos que 11.646 (16 %) são chefes; 25.951 (35 %) são dependentes (espôsas, filhos, sogros, etc.), 35.011 (49 %) são avulsos, ou seja, viajaram só. Os avulsos contribuem, aproximadamente, com a metade do total e os chefes e dependentes com a outra metade.

● Produzirá um terço de derivados de petróleo gastos no país

A Refinaria "Presidente Bernardes", que está situada em Cubatão (São Paulo), recém-inaugurada, tem a capacidade normal de refinar 60.000 tambores diários de petróleo, de modo a representar para o país uma economia calculada em 30 milhões de dólares anuais. Ela, sozinha, fabricará um terço dos derivados de petróleo consumidos no país. Capacidade total dos tanques: 4.735.000 barris ou 752.960.400 litros. Para que se atente na economia para o Brasil, basta considerar que a cada barril refinado deixam de ser gastos: 1,5 dólar, se a refinaria trabalha com óleo nacional. A área em que se encontram as suas instalações, é de 5.165.427 metros quadrados. Pêso total do material importado: 41.359 toneladas. Comprimento das tubulações: 172.500 metros.

● Fábrica de "jeeps" em São Paulo

Em município vizinho à Capital paulista será instalada uma fábrica de "jeeps". A produção anual prevista pela indústria, em regime de trabalho de oito horas diárias, é de 2.400 veículos por ano, ou sejam, 10 por dia, e mais 300 motores avulsos. Mas como a fábrica pretende trabalhar 16 horas diárias a produção logo após o início de suas atividades, deverá ser dobrada.

Tôdas as peças, inclusive os motores, serão feitas pela nova indústria.

● Exportação brasileira de minério de ferro (Por países de destino)

PERÍODO/PAÍSES	TONELADAS									
	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955 Jan a Set
Canadá.....	30.784	58.782	84.943	112.070	105.517	113.361	115.705	57.887	70.567	20.442
Estados Unidos.....		74.537	262.797	422.100	686.057	1.075.361	1.054.991	507.403	578.217	815.852
Grã-Bretanha.....	30.480				18.491	98.452	91.522	323.243	458.243	408.422
Holanda.....		20.625	163.968	59.842	50.698	13.310	53.364	50.812	30.733	25.834
União B. Luxemburgo..	3.150	44.694	28.050	41.372	7.315	24.668	66.809	20.371		
França.....				29.020			28.256	6.960	49.552	14.826
Alemanha.....			48.356	11.170	22.047		120.569	467.897	229.116	330.097
Argentina.....			11.176							
Áustria.....							29.898	23.262		21.284
Itália.....									10.160	27.910
Japão.....								10.114		
Polônia.....								49.678	183.802	42.467
Tchecoslováquia.....								20.160	122.569	200.297
TOTAL.....	64.414	196.738	599.290	673.574	890.125	1.320.006	1.560.814	1.547.237	1.678.444	1.905.881

FONTE — S.E.E.F., do Ministério da Fazenda.

O quadro acima mostra, de um lado, o aumento constante das exportações de minério de ferro, não se registrando nenhum recuo no período de 10 anos, abrangido pelos dados mencionados e, de outro lado, o deslocamento das exportações para o continente europeu, destacando-se, entre os países importadores, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Tchecoslováquia, superando os países americanos, Canadá e Estados Unidos que, no período de 1949-1952, absorveram mais de dois terços de nossas exportações.

● Mais de 3.600 cooperativas em funcionamento no Brasil

Há atualmente no Brasil 3.616 cooperativas registradas no Serviço de Economia Rural, órgão do Ministério da Agricultura que coordena essas entidades, assim especificadas: 1.726 de consumo, 452 de crédito, 277 de produção animal, três de produção mineral, 1.009 de produção vegetal, diversas 112 e de segundo grau, 37.

Durante o quinquênio 1951 a 1955 foram registradas 1.143 cooperativas, sendo 188 em 1951; 217 em 1952; 287 em 1953; 231 em 1954 e 220 em 1955.

Dessas entidades 544 foram de consumo, 148 de crédito, 60 de produção animal, uma de produção mineral, 341 de produção vegetal, 59 diversas e 10 de segundo grau, totalizando 1.030 cooperativas registradas.

● Aço em lingotes no primeiro semestre do corrente ano

De acordo com o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, o país produziu, no primeiro semestre do corrente ano, 595.842 toneladas de aço em lingotes, como o valor correspondente de Cr\$ 2.038.493.000,00.

Em igual período de 1955, a produção brasileira de aço em lingotes foi de 554.441 toneladas, no valor de Cr\$ 1.595.846.000,00. O maior volume provém da Usina de Volta Redonda. Em Minas Gerais, o principal produtor é o município de Rio Piracicaba e em São Paulo o município de São Caetano do Sul.

● Produção de laminados no primeiro semestre do corrente ano

A produção brasileira de laminados, relativa ao primeiro semestre do corrente ano, elevou-se a 513.717 toneladas, com o valor correspondente de Cr\$ 3.945.333.000,00.

O volume de igual período do ano passado — informa o Serviço de Estatística da Produção, do Minis-

tério da Agricultura — foi de 475.928 toneladas, no valor de Cruzeiros 3.095.212.000,00. Confrontados os algarismos em apêço, verifica-se um aumento de 37.789 toneladas e Cr\$ 850.121.000,00 nos primeiros seis meses do corrente ano.

● Os telefones existentes no Rio de Janeiro

MENOS DE 300.000 — QUASE 130.000 PEDIDOS — NO BRASIL HÁ UM TELEFONE PARA CADA 76 PESSOAS — NOS ESTADOS UNIDOS UM PARA CADA TRES HABITANTES — O SISTEMA DO AUTOFINANCIAMENTO

O problema telefônico em todos os países vem sofrendo uma grande crise dadas as suas peculiaridades. Os índices porcentuais deste meio de comunicação atravessam ainda uma fase de crescimento lento, não atingindo o coeficiente de procura. Os dados estatísticos que se seguem poderão fornecer uma idéia de como anda a telefonia pelo mundo.

Os telefones distribuídos por continentes apresentam os seguintes índices: América, 61%; Europa, 28,8%; Ásia, 4,2%; Oceania, 2,6% e África, 1,3%. No continente americano encontramos a seguinte divisão: América do Norte, 60%; América Central, 0,8% e América do Sul, 0,2%.

Deste último contingente possui o Brasil 0,79%, o que representa a média de um aparelho para cada grupo de 76 habitantes, enquanto na Europa esse índice é de um para 22 pessoas e, nos Estados Unidos, um para três habitantes. Para ilustrar essa argumentação basta citar que a cidade de Chicago, pouco mais populosa que o Rio, tem o total de telefones do Brasil, ou seja, 788.000 aparelhos.

Segundo a opinião de vários técnicos, o processo de investimento telefônico que seria mais aconselhável é o do regime de autofinanciamento do aparelho solicitado, através de prestações em dois ou três anos, cujo total cobrisse o preço de uma linha, que é atualmente avaliada entre 25.000 e 30.000 cruzeiros. Este processo vem sendo usado em vários países, citando-se a Dina-

marca e a Finlândia, na Europa, e o México, no nosso continente. No Brasil, esta idéia não é totalmente desconhecida. Uma Companhia firmou, recentemente, com a Prefeitura Municipal de Barbacena, um contrato de autofinanciamento, o mesmo acontecendo nos municípios de Varginha e Itajubá, no mesmo Estado. Este processo tem uma vantagem flagrante para o assinante: transforma-o em acionista do investimento.

O Rio de Janeiro apresentava, ao iniciar-se o segundo semestre deste ano, o seguinte quadro estatístico: aparelhos instalados, 290.113, ou um telefone para cada grupo de 10 habitantes. O número de pedidos inscritos subia a 128.000, ou um aparelho para 4,5 habitantes.

O plenário da XI Mesa Redonda das Associações Comerciais do Brasil, realizada em abril último, em Porto Alegre, inseriu no seu bloco de recomendações, uma referente ao autofinanciamento, visando a solução do problema.

● Importância do novo porto de Macapá

ESCOADOURO PARA O MANGANÊS DO AMAPÁ — CONTRIBUIÇÃO DA MARINHA DE GUERRA DO BRASIL — SIGNIFICADO POLÍTICO, ECONÔMICO E ESTRATÉGICO-MILITAR

Calcula-se em cerca de um bilhão e meio de cruzeiros a receita da exportação de manganês, no período de 1956 a 1970, através do novo porto fluvial de Macapá, tomando-se em conta apenas as minas já prospectadas no Território Federal do Amapá.

A importância imediata desse novo porto brasileiro está em que ele servirá ao escoamento do manganês existente em abundância naquele Território, "oferecendo ao governo brasileiro poderoso instrumento de política internacional".

JÁ REALIDADE ANTES DE INAUGURADO OFICIALMENTE

O porto de Macapá está aberto à navegação continental, já tendo aportado no seu "pier" de carga, nada menos de 17 transatlânticos e

nove petroleiros, procedentes dos Estados Unidos, descarregando sete milhões de litros de combustíveis a granel e mais de 30.000 toneladas de material pesado ("dragolines", tratores, máquinas "Euclids", guindastes, trilhos, locomotivas, britadores, vagões para minérios, vagões para lastro, carras-pranchas, caçambas, caminhões, perfuratrizes, motores, estruturas de aço, etc.), a maior parte destinada aos trabalhos de construção e funcionamento da Estrada de Ferro Amapá.

CONTRIBUIÇÃO DA MARINHA DE GUERRA

O levantamento hidrográfico e o balizamento do canal do norte do rio Amazonas, indispensável ao livre acesso dos grandes barcos à cidade de Macapá, foi trabalho da Marinha de Guerra do Brasil, que ali manteve, durante dois anos, o navio hidrográfico "Rio Branco". Esse levantamento projetou-se numa extensão de 105 milhas náuticas (aproximadamente 195 quilômetros), desde o porto até o Oceano Atlântico, resultando em cinco cartas náuticas na escala de 1:77.000, em cuja elaboração figuram trabalhos de astronomia de campo, geodésia, topografia, fotogrametria, magnetismo terrestre, estudos de mares e sondagens.

No que concerne ao balizamento da região, a Marinha de Guerra instalou cinco faróis, providos de ampólas de acetileno, ao longo do canal.

DOS MAIS MODERNOS DA AMÉRICA LATINA

Com o funcionamento do porto de Macapá, que é considerado dos mais modernos da América Latina e cuja capacidade de embarque é de 2.000 toneladas por hora, toda a fisionomia da região se alterou, graças às novas perspectivas abertas aos capitais até há dois anos com suas vias de acesso no Sul estranguladas. A economia local está recebendo benéfica influência, pois núcleos de população se instalam nas proximidades do porto, fazendo comércio vultoso de mercadorias e utilidades, projetando-se a

formação de diversas indústrias particulares nas imediações.

ASPECTOS POLÍTICO, ECONÔMICO
E ESTRATÉGICO-MILITAR

A construção pôrto de Macapá, iniciada há dois anos, é considerada uma obra de grande significado político, econômico e estratégico-militar, isto porque abre nova fronteira marítima na planície amazônica; encurta os roteiros da navegação oceânica para as cidades do Vale Amazônico; altera os mapas do sistema hidrográfico brasileiro e inaugura perspectivas extraordinárias para o comércio exportador e importador da região. O relatório oficial do governador do Território informava, já em 1955, que na área portuária, em terra firme, estavam sendo construídos aceleradamente prédios para depósitos, escritórios, oficinas completas para reparos de máquinas e ferramentas, casas para

hospedagens, escolas, residências, etc., além de usinas de energia elétrica.

● Plano Quinquenal do D.N.E.R.

Para o período de 1956-60 o D.N.E.R. organizou um plano de construção e pavimentação aprovado pelo Governo para aplicação com as verbas de combustíveis e outras, orçamentárias.

Por ele, serão pavimentados 3.778 km e construídos 10.453 km. A inversão total será de 15 bilhões e 375 milhões de cruzeiros.

A pavimentação inclui a BR-2 de Capão Bonito-Pôrto Alegre-Pelotas, a BR-55 Belo Horizonte-São Paulo, trechos da BR-4 Rio-Bahia e bem assim outros trechos menores.

A arrecadação do impôsto sobre lubrificantes atingiu em 1955 a 2 bilhões e 817 milhões de cruzeiros.



A aplicação de medidas disciplinares a militares da ativa, da reserva ou reformados

NOTA DO GABINETE DO MINISTRO DA GUERRA

1 — “A fim de dissipar dúvidas e evitar interpretações tendenciosas a respeito da aplicação de medidas disciplinares a militares da ativa, da reserva ou reformados, êste gabinete esclarece, devidamente autorizado pelo Sr. Ministro, que o Aviso n. 1.243, de 22 de novembro de 1958, não constitui qualquer inovação na matéria.

Seu objetivo foi, principalmente, chamar a atenção de todos os militares do Exército — em face de expressa recomendação do Exmo. Sr. Presidente da República — para a estrita observância das normas disciplinares em vigor no tocante a pronunciamentos políticos e, em particular, para o art. 10 do Regulamento Disciplinar do Exército, que dispõe :

“Estão sujeitos a êste Regulamento :

- a) Os militares do exército ativo ;
- b) (Revogado Dec. n. 23.203, de 18-VI-947) ;
- c) Os oficiais e praças das reservas (convocados ou não) e reformados que exercem funções nos quartéis, repartições ou estabelecimentos do Ministério da Guerra ;
- d) Os oficiais e praças da reserva remunerada e os reformados, não compreendidos na letra anterior ;
- e) Os oficiais e praças da reserva não remunerada, os alunos do CPOR e os atiradores dos TG, das EIM e das UQ, sem função no Ministério da Guerra, quando fardados.

Parágrafo único. Êste artigo não compreende os magistrados da justiça militar, sujeitos às suas leis específicas e disciplina própria.”

2 — O RDE data de 28 de fevereiro de 1942, tendo sido elaborado na gestão do então Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, e aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas.

3 — O citado regulamento não impede que um militar venha a participar de atividades políticas ou a se candidatar a cargos eletivos, por outro lado, a atividade ou campanha política não acarreta necessariamente,

para o militar, a infração dos textos regulamentares. De qualquer modo, o militar, da ativa ou da reserva, reformado ou asilado, tem o dever de manter, em tôdas as circunstâncias da vida, a disciplina e o respeito à hierarquia, como estabelece taxativamente o estatuto dos militares (art. 13).

4 — A transgressão disciplinar, como preceitua o RDE, é tôda violação do dever militar, na sua manifestação elementar e simples. E como transgressão, o Regulamento especifica, entre outras, as seguintes :

- dirigir-se ou referir-se a superior de modo desrespeitoso ;
- censurar ato de superior ou procurar desconsiderá-lo, não só em círculos militares, como entre civis ;
- ofender ou responder, de maneira desatenciosa, a superior.

5 — Cumpre assinalar, por fim, que os militares investidos de funções que lhes asseguram as imunidades parlamentares previstas na Constituição da República, estão, naturalmente, fora da esfera da ação disciplinar dos regulamentos militares durante o tempo em que estiverem no exercício daquelas funções."

Aprovado e Promulgado o Projeto de Envio de Tropas Para o Suez

"O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º. É o Presidente da República autorizado a tomar as medidas necessárias para que o Brasil contribua com um contingente militar do valor de um batalhão independente, para a formação ou integração da Fôrça Internacional de Emergência instituída em consequência da Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 7 de novembro de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional na região compreendida entre o canal de Suez e a linha de armistício entre Israel e o Egito fixada na mesma Resolução.

Art. 2º. O contingente brasileiro que integrar a Fôrça Internacional de Emergência, em operação no Egito, não participará de qualquer ação que signifique a homologação de conquista territorial obtida com o uso da fôrça e permanecerá o tempo que fôr julgado necessário ao cumprimento de sua missão.

Art. 3º. O Brasil não formará ou integrará a Fôrça Internacional de Emergência se da mesma participarem tropas de qualquer das nações do Egito.

Art. 4º. O Governo Brasileiro não determinará medidas de restrição à liberdade de opinião, relacionadas com informações e comentários de imprensa e rádio, em torno do contingente militar que se incorporar à Fôrça Internacional de Emergência.

Art. 5º. É também autorizado o Presidente da República a permitir o trânsito, pelo território nacional, de contingentes militares integrantes da Fôrça Internacional de Emergência, que se destinem à região a que se refere o art. 1º, em cumprimento de deliberação da Organização das Nações Unidas, ou que dali regressem, depois de executá-la.

Art. 6º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Montgomery critica dispositivo militar da NATO

PROGNOSTICOU O COMANDANTE-CHEFE DAS FORÇAS DA ORGANIZAÇÃO A ELABORAÇÃO DE UM PLANO GLOBAL PARA LUTAR CONTRA O COMUNISMO

O marechal Montgomery, comandante-chefe adjunto das forças da NATO, criticou o dispositivo militar da NATO e prognosticou a elaboração de um plano global "para a luta contra o comunismo".

Fazendo uso da palavra perante uma organização de ex-oficiais britânicos, o marechal Montgomery pediu que seja constituída uma "autoridade suprema" que seria encarregada de elaborar esse plano.

"Julgo — disse o marechal — que a situação hoje é crítica; ou nos preparamos de modo realista para fazer face ao futuro e sobreviver a uma guerra nuclear ou nos deixamos arrastar, ao sabor do vento, preparando os nossos planos de ano em ano e empregando métodos "ad hoc" para finalmente chegarmos ao desastre."

Em seguida o marechal Montgomery insistiu na necessidade de abordar o problema da defesa de uma nova maneira. Declarou-se favorável à fusão das três armas numa só, o que permitiria eliminar, na sua opinião, "um grande desperdício — os serviços estão fazendo duplo emprêgo — bem como a rivalidade e a desconfiança que existem entre elas".

O vencedor de El Alamein a seguir pediu que o Ocidente seja dotado de um serviço secreto superior ao do que dispõe atualmente e que todas as unidades aéreas e as dotadas de projetis teleguiados sejam colocadas sob um único contrôle.

"A aviação — acrescentou — não é mais a principal arma de que têm necessidade as forças terrestres para o seu apoio. Em lugar de esbanjar os nossos esforços sobre a aviação tática, deveríamos dotar o exército terrestre das armas de que verdadeiramente tem necessidade: projetis guiados de pequeno alcance e morteiros disparando obuses de carga atômica". As divisões, declarou Montgomery, devem possuir a sua artilharia nuclear própria e projetis guiados de pequeno alcance.

"Não acredito que o dispositivo atual de mobilização dos países da NATO, que é complicado, possa jamais funcionar na era da guerra nuclear. Essa questão requer um estudo aprofundado", salientou o orador que concluiu pedindo "uma atenta revisão" do dispositivo defensivo.

Novas armas do Exército Ianque

GRANADA ATÔMICA

Revelou-se que o exército norte-americano está aperfeiçoando duas armas atômicas, um foguete e uma granada Howitzer de 8 polegadas, bem como um projetil teleguiado para dar apoio à infantaria.

Essa informação foi dada pelos chefes militares aos jornalistas.

O foguete tem o nome de Little John e o projetil teleguiado de Lacrosse.

Por dados colhidos em outras fontes, soube-se que a nova granada atômica para howitzer permitirá ao exército substituir certas baterias pesadas por outras mais leves.

O foguete Little John é uma versão mais leve do Honest John, cujo alcance é de 22 km.

O Lacrosse é um projétil de apoio a pouca distância, isto é, 16 km, podendo ser usado sob qualquer tempo.

Foguete com velocidade 104 vezes superior à do som

Depois de haver anunciado o lançamento de um projétil-foguete com quatro seções, a Comissão Nacional Consultiva da Aeronáutica — a mais importante organização governamental encarregada das pesquisas científicas no domínio da Aeronáutica — precisou que a velocidade atingida pelo projétil era 104 vezes superior à do som e que alcançava altitude acima de 320 quilômetros.

O foguete foi lançado da Ilha Wallops, centro de pesquisas da Comissão, situada ao largo da Virgínia, e a sua trajetória chegou ao Atlântico.

Era impulsionado por quatro motores por foguete, sendo os dois primeiros do tipo utilizado para lançar o projétil "Nike". A ogiva do aparelho continha instrumentos para registrar a temperatura e enviar informações a um posto de recepção em terra.

ATOS OFICIAIS

Leis, decretos, portarias e avisos, de interesse geral para o Exército, publicados durante o mês de setembro de 1956 no "Diário Oficial"

AVISO N. 936-D/6-A — DE 24 DE AGOSTO DE 1956

Biblioteca do Exército — Aumento de contribuição

Tendo em vista o que propõe o Diretor da Biblioteca do Exército, em Ofício n. 335-Sec., de 18 do mês em curso, resolvo elevar de Cr\$... 20,00 para Cr\$ 30,00, as mensalidades dos subscritores da aludida Biblioteca, a partir de 1 de outubro p. vindouro.

Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

("Diário Oficial" n. 203, de 1-IX-1956.)

* *

AVISO N. 975 — DE 29 DE AGOSTO DE 1956

Concurso de Admissão à ES CEME (Recomendação)

A seleção de oficiais para o ingresso no Quadro de Estado-Maior, pelo alto significado de que se reveste para o Exército como para o militar, exige um planejamento criterioso, pormenorizado, oportuno e sobretudo rigorosamente obedecido, por todos os escalões de Comando e de Chefia.

As faltas cometidas em uma determinada fase podem comprometer o normal desenvolvimento do processo seletivo.

No corrente ano, numerosos requerimentos solicitando inscrição ao concurso de admissão à ESCEME chegaram ao Estado-Maior do Exército apresentando irregularidades: instruídos incompletamente, fora do

prazo ou, ainda, sem amparo legal.

Recomendo, portanto, às autoridades responsáveis pelo estudo e encaminhamento da referida documentação que determinem providências tendentes a evitar a repetição das falhas verificadas no corrente ano, devendo propor, desde já, aquelas medidas que, julgadas necessárias, escapem ao âmbito de suas atribuições — General-de-Exército Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" n. 204, de 3-IX-1956.)

* *

DECRETO N. 39.908 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1956

Dá nova redação ao art. 105 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto número 8.736, de 10 de fevereiro de 1942

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. O art. 105 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas aprovado pelo Decreto número 8.736, de 10 de fevereiro de 1942, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 105. Durante a noite, isto é, das 18,00 horas até o toque de alvorada, a sentinela só prestará continência às autoridades referidas no art. 86. Deve, no entanto, tomar a posição de sen-

tido, sempre que um superior se aproximar do seu posto ou para corresponder à saudação militar de soldados e marinheiros."

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Antônio Alves Câmara

Henrique Lott.

Henrique Fleiuss.

("Diário Oficial" n. 209, de 11-IX-1956.)

* *

DECRETO N. 39.906 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1956

Revoga o § 1º do art. 14 do Regulamento do Quadro de Especialistas de Saúde do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica revogado o § 1º, do art. 14 do Regulamento do Quadro de Especialistas de Saúde do Exército, aprovado pelo Decreto número 32.850, de 23 de maio de 1953.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Henrique Lott.

("Diário Oficial" n. 210, de 11-IX-1956.)

* *

DECRETO N. 39.907 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1956

Dá nova redação a letra b) do art. 23 e art. 25 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o

art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. É dada à letra b) do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954, a seguinte redação:

b) Para sargentos em serviço nos Parques de Material Bélico, Arsenais e Fábricas; para cabos e soldados:

Idêntica a anterior, porém com as seguintes alterações:

- cinto costurado em toda a largura das costas;
- meia manga;
- sem gola;
- sem ombreira (Fig. 51).

Art. 2º. É dada ao art. 25 do Regulamento aprovado pelo mesmo Decreto n. 34.999, a seguinte redação:

Art. 25. Véstia — Para oficiais e Aspirantes a Oficial:

— de brim branco de algodão, aberta na frente em toda a extensão e fechando por seis botões grandes, brancos, de jarina;

— gola de colarinho duplo, abotoando na altura do pescoço;

— manga sem canhão, de feitiço comum, aberta até o meio do antebraço e fechada por um botão pequeno, branco, de jarina, para permitir ser arregaçada quando necessário;

— de corte reto, de comprimento até as entrepernas e ajustado a cintura por um cinto do mesmo tecido, de cinco centímetros de largura, preso em toda a extensão das costas pelas costuras que o contornam e fechando na frente por dois botões pequenos, brancos, de jarina;

— externamente um bolso simples sem prestana, aplicado no lado esquerdo do peito, de forma retangular, de 12 x 14 ou 14 x 16 centímetros, com os cantos inferiores arredondados;

— costas com costura central em toda a extensão;

— ombreiras de forma e feitiço idênticos aos da blusa de instrução.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, re-

vogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.
Henrique Lott.

("Diário Oficial" n. 210, de 11-IX-1956.)

* *

AVISO N. 1.006-D-5 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1956

Tendo em vista que é comum encontrarem-se nas folhas de alterações de oficiais, referências elogiosas emitidas após a data da vigência do Aviso n. 3.112, de 20 de dezembro de 1943 e antes da Lei número 2.657, de 1 de dezembro de 1955, sem levarem expressamente consignada, uma das palavras — "Individual" ou "Coletivo" — como preceitua o referido ato ministerial, e, considerando o que estabelece o parágrafo único, do art. 63, da Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955, em seu número nove (9) com relação ao cômputo dos elogios individuais, no intuito de evitar prejuízos para os oficiais em cujas folhas de alterações existam elogios escriturados em desacordo com o Aviso n. 3.112, acima mencionado, e de acordo com a proposta da Comissão de Promoções de Oficiais, resolvo:

— estipular o prazo de sessenta (60) dias a partir da data da publicação deste no "Diário Oficial", para que os oficiais requeiram, se o desejarem, a necessária retificação;

— determinar que os requerimentos sejam dirigidos diretamente ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, e acompanhados de cópia autêntica dos elogios a apreciar, em dupla via;

— autorizar a Comissão de Promoções de Oficiais a apreciar o elogio e declarar por escrito, em ambas as vias das cópias autênticas que acompanham o requerimento, se o mesmo tem caráter "individual" ou "coletivo", retornado uma das vias ao interessado para ser republicado no boletim da organização

militar a que estiver diretamente subordinado; a outra via permanecendo no arquivo da CPO.

2. Fica revogado, em consequência, o Aviso n. 839, de 27 de julho de 1956 — (a) General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" n. 211, de 12-IX-1956.)

* *

DECRETO LEGISLATIVO N. 35, DE 1956

Aprova as Convenções concluídas em Genebra, sob os auspícios do Comité Internacional da Cruz Vermelha

Art. 1. São aprovados os seguintes atos internacionais assinados pelo Brasil em Genebra, a 12 de agosto de 1949, sob os auspícios do Comité Internacional da Cruz Vermelha: Convenção para melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha; Convenção para a melhoria da sorte dos feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar; Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra e Convenção relativa à proteção dos civis em tempo de guerra.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO GOULART.

Vice-Presidente do Senado Federal

("Diário Oficial" n. 212, de 13-IX-1956.)

* *

AVISO N. 1.009 — EM 10 DE SETEMBRO DE 1956

Fica criada uma guarda especial para o Panteon que encerra as cinzas do patrono do Exército, denominada "Guarda de Caxias".

2. O Comando do I Exército é responsável pela mesma, devendo estabelecer um rodízio entre suas Grandes Unidades e as Unidades diretamente dependentes, com a finalidade de se emprestar ao serviço de sentinela e atos de rendição e substituição o máximo brilho e solenidade.

3. Com tal finalidade, a sentinela, dupla ou simples, deverá ser postada sobre o monumento, no passado da frente, de maneira a poderem os soldados deslocar-se em passo cadenciado até as respectivas extremidades.

4. Nas grandes datas e datas festivas, desde que haja possibilidade, a "Guarda de Caxias" será dada em uniforme de gala, sendo sua substituição realizada com Banda Marcial ou Banda de Música, consoantes os meios da GU ou Unidade responsável.

5. O ato da substituição da "Guarda de Caxias", diariamente, às 12..... do monumento. Um clarim ou corneta dará os toques regulamentares e o de "Marechal", completo.

6. Um serviço de plantão, no interior do monumento, será mantido, das 10 às 18 horas, diariamente, a cargo da guarda do Ministério da Guerra.

7. Outras medidas de minúcias ou ordens complementares ficam a cargo do Comando do I Exército, inclusive a escala das GU ou Unidades que concorrerão ao serviço.

("Diário Oficial" n. 213, de 14-IX-1956.)

* *

PORTARIA N. 1.658 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1956

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, usando da atribuição que lhe confere o art. 59 da Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130-42) e no interesse do ensino nos Colégios Militares do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte:

1. Colégio Militar de Belo Horizonte:

Fixar em 300 vagas para matrícula no 1º ano ginasial, a serem preenchidas mediante concurso de admissão, na forma do art. 57 do R-69 (com a redação dada pelo Decreto n. 27.363-49) e obedecendo às Instruções para matrícula, que estão sendo elaboradas pela Diretoria Geral do Ensino, para substituírem as que até então vigoraram, e nesta data ficam revogadas.

2. Colégio Militar do Rio de Janeiro:

Que não haja exame de admissão para o ano letivo de 1957, atendendo às razões do Comandante daquele Estabelecimento e do Estado-Maior do Exército.

("Diário Oficial" n. 221, de 25-IX-1956.)

* *

AVISO N. 1.063-D/8 — EM 26 DE SETEMBRO DE 1956

A partir de 1 de outubro o horário para o expediente nas Repartições do Ministério da Guerra fica assim fixado:

Segundas, terças, quartas e sextas-feiras — Início, às 12 horas e término às 18 horas;

Quintas-feiras e Sábados — Início às 7,30 horas e término às 12 horas.

Aproveitando-me da oportunidade desta alteração de horário de-sejo encarecer a importância de sua rigorosa execução para o bom funcionamento dos serviços no Ministério.

Se, para todos, é a pontualidade uma virtude, para nós militares constitui ela, além de um dever precipuo, a evidência de nossa coerência com a carreira das armas, onde, muitas vezes, a despreocupação pelo horário acarreta prejuízos e sacrifícios insanáveis e a própria derrota provoca.

Se assim é, cumpre-nos, em todos os escalões da hierarquia, ademais do cuidado por praticá-la, o dever de exigí-la de nossos subordinados e comandados, a fim de que se estratifique em todos como hábito e reflexo de ordem e disciplina.

Dou, portanto, por muito bem recomendado o respeito aos horários e a prática da pontualidade nos Quartéis-Generais, Corpos de Tropa, Repartições e Estabelecimentos militares, solicitando, com especial interesse, de todos os Chefes Militares o máximo zelo porque seus auxiliares cumpram com o rigor devido às prescrições constantes dos horários de serviço, no Ministério da Guerra — (a) General Henrique B.D. Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" n. 222, de 26-IX-1956.)